



Relatório de Estágio na empresa Marques de Almeida,  
J. Nunes, V. Simões & Associados - SROC, S.A.

# Percurso de uma Auditoria Financeira

Estagiário | **Dina Maria Moniz Monteiro**

Orientador de Estágio | **Dra. Georgina Morais**

Supervisor de Estágio | **Dr. José Joaquim Marques de Almeida**

Mestrado | **Auditoria Empresarial e Pública**

## RESUMO

O relatório tem como objetivo descrever e confrontar com a vertente teórica adquirida ao longo do curso as atividades desenvolvidas ao longo do estágio concretizado na sociedade, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., mais concretamente na delegação de Coimbra, por um período de 960 horas, o qual está integrado na parte não letiva do Mestrado em Auditoria Empresarial e Pública.

O estágio foi enquadrado no percurso de uma auditoria financeira tendo como objetivos principais, adquirir conhecimentos que permitam a compreensão e aplicação das normas de auditoria, obter capacidade para desenvolver juízos profissionais aquando da aplicação das normas de auditoria, desenvolver competências no âmbito de práticas de controlo interno e apreensão das tarefas inerentes à revisão legal das contas, nomeadamente, preparação das visitas de auditoria (planeamento), preparação dos papéis de trabalho subjacentes e a emissão dos relatórios finais.

O estágio decorreu de acordo com o plano inicial traçado, foi ao encontro das espetativas iniciais. Os conhecimentos adquiridos durante o mesmo foram fundamentais para aliar a vertente prática com a teórica adquirida. Neste sentido, considero que o objetivo de estágio e o plano traçado para o mesmo foram concretizados.

**ABSTRACT**

The main goal of this report is to describe all the activities developed along the traineeship who took place in Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados - SROC, SA specifically in the delegation of Coimbra, for a period of 960 hours, which is integrated in a non lective part of the Master degree in Corporate and Public Audit.

The stage was framed in the course of a financial audit and its main objectives, to acquire knowledge to the understanding and application of auditing standards, get ability to develop professional judgment in the application of auditing standards, develop skills under control practices internal and seizure tasks in statutory audit, including audit visits of preparation (planning), preparation of the underlying working papers and the issuance of final reports.

The stage was in line with the original layout plan was to meet the initial expectations. The knowledge acquired during the same was fundamental to combine the practical part with the theoretical acquired. In this sense, I believe that the probation order and the layout plan for the same were realized.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me prestaram o seu apoio incondicional e me proporcionaram a concretização de um dos meus sonhos. A eles, agradeço-lhes os valores que incorporaram na minha educação, a perseverança que nunca me deixaram abandonar e a força e carinho de tantos anos.

À minha irmã, pela compreensão e total apoio. Por me ter sempre acompanhado, apesar da distância que nos separa e por nunca me ter deixado desistir.

Ao Dr. José Joaquim Marques de Almeida por me ter permitido realizar estágio curricular, bem como ter aceite ser o meu supervisor de estágio na Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Delegação de Coimbra), ao Dr. Bruno José Machado de Almeida, que me proporcionou a oportunidade de estágio, componente essencial que me poderá fazer alcançar o grau de mestre.

Aos colaboradores da sociedade, nomeadamente à Rosa, à Filipa e ao Reinaldo, que me transmitiram os seus conhecimentos, à paciência, dedicação, disponibilidade, força, à boa disposição, à compreensão tratando-me com respeito e amizade numa etapa tão importante na minha vida.

À minha orientadora do Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra, Dra. Georgina Morais e a todos os de mais docentes que contribuíram para a minha formação académica.

À minha melhor amiga, Christine que contribuiu para a realização deste estágio, como também pelo apoio, força e estabilidade emocional que me proporcionou nos momentos mais difíceis.

A todos obrigado!

**LISTA DE ABREVIATURAS**

**CAE** – Classificação de Atividades Económicas  
**CEOROC** – Código de Ética da OROC  
**CLC** – Certificação Legal de Contas  
**CMVM** – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
**CSC** – Código das Sociedades Comerciais  
**DRA** – Diretrizes de Revisão/Auditoria  
**DRAI** – Dossier de Revisão/Auditoria Informatizado  
**IAASB** – Internacional Auditing and Assurance Standards Board  
**IFAC** – International Statements on Auditing  
**IRC** - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas  
**IRS** - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares  
**ISA** – International Statements on Auditing  
**IT** – Interpretações Técnicas  
**IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado  
**NCRF** – Normas Contabilísticas de Relato Financeiro  
**NTR/A** – Normas Técnicas de Revisão/Auditoria  
**OROC** – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas  
**RA** – Risco de Auditoria  
**RC** – Risco de Controlo  
**RD** – Risco Deteção  
**RI** – Risco Inerente  
**ROC** – Revisor Oficial de Contas  
**RT** – Recomendações Técnicas  
**S.A.** - Sociedade Anónima  
**Lda.** - Limitada  
**SNC** - Sistema de Normalização Contabilística  
**SROC** - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

## Índice Geral

INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I – APRESENTAÇÃO DA EMPRESA .....	3
1.1. Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – SROC, S.A. ....	3
1.2. Serviços Prestados.....	4
1.3. Estrutura Organizacional.....	5
1.4. Sistemas Informáticos Associados.....	6
PARTE II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	7
2.1. Definição de Auditoria Financeira .....	7
2.2. O papel do ROC .....	9
2.3. Auditoria Financeira em Portugal.....	11
2.4. Código de Ética da OROC.....	12
2.5. Processo de trabalho de uma Auditoria.....	14
2.5.1. Aceitação/ Compromisso do Cliente.....	15
2.5.2. Planeamento de uma Auditoria .....	16
2.5.3. Materialidade .....	18
2.5.4. Risco de Auditoria.....	19
2.5.5. Relação entre os componentes do risco de auditoria.....	23
2.5.6. Relação entre Materialidade, Risco e Prova.....	25
2.5.7. Estratégia de Auditoria.....	26
2.5.8. Programas de Auditoria.....	26
2.6. Papéis Trabalho e obtenção de Prova.....	26
2.7. Acontecimentos Subsequentes.....	28
2.8. A Certificação Legal das Contas.....	29
PARTE III – DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO .....	30
3.1. Caracterização das Atividades Desenvolvidas .....	30
3.1.1. Papéis Trabalho e Prova .....	31
PARTE IV – ANÁLISE CRÍTICA .....	48
PARTE V - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	50
REFERÊNCIAS .....	51
ANEXOS .....	53
ANEXO I – Declaração de Aceitação.....	54
ANEXO II – Índice do Dossier Corrente.....	55

ANEXO III – Índice do Dossier Permanente .....	56
ANEXO IV – Modelo de relatório de revisão/auditoria para contas individuais .....	66
ANEXO V - Declaração de Impossibilidade de CLC .....	68
ANEXO VI – Planeamento .....	69
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados .....	70
<b>I. Atividade do cliente.....</b>	<b>72</b>
1. Organização .....	72
2. Propriedade .....	72
3. Enquadramento da actividade .....	72
3.1. Enquadramento macroeconómico.....	72
3.2. Enquadramento setorial .....	74
4. Recursos Humanos .....	75
5. Investimentos.....	75
6. Revisão Analítica Global .....	75
6.1. Comparação com o período homólogo .....	75
6.2. Comparação com o final do período anterior .....	78
<b>II. Plano Geral da Revisão .....</b>	<b>81</b>
1. Condições de compromisso.....	81
2. Natureza e oportunidade do compromisso .....	81
3. Políticas Contabilísticas adoptadas pelo cliente e suas alterações .....	82
4. Grau de confiança no controlo interno .....	85
5. Plano geral de abordagem geral .....	86
6. Acontecimentos significativos para a revisão.....	87
7. Risco de auditoria.....	87
8. Áreas significativas de revisão.....	88
9. Planeamento da materialidade.....	90
10. Distorção tolerável.....	91
11. Estratégia de Auditoria.....	92
12. Planos de revisão, datas e horas .....	93
13. Planeamento de equipa .....	94
ANEXO VII - Mapa da evolução do Ativo Fixo Tangível (BS4).....	95
ANEXO VIII – Modelo 22 de 2013, quadro 07 (página 2-5) .....	96
ANEXO IX – Modelo 31: Mais- Valias.....	101

---

ANEXO X – Modelo de carta de circularização a clientes.....	102
ANEXO XI – Modelo de reconciliação de saldos.....	104
ANEXO XII – Modelo de reconciliação de saldos – Procedimentos Alternativos.....	105
ANEXO XIII – Resumo da informação do processo de circularização – Clientes.....	106
ANEXO XIV – Mapa de trabalho das vendas.....	107
ANEXO XV - Modelo de carta de circularização a bancos.....	108
ANEXO XVI - Modelo de Reconciliação Bancária.....	110
ANEXO XVII - Modelo de carta de circularização a fornecedores.....	111
ANEXO XVIII - Modelo de reconciliação de saldos.....	113
ANEXO XIX - Modelo de reconciliação de saldos – Procedimentos Alternativos.....	114
ANEXO XX – Resumo da informação do processo de circularização – Fornecedores.....	115
ANEXO XXI- Mapa de trabalho de compras e FSE.....	116
ANEXO XXII - Modelo de carta de circularização a locadoras financeiras.....	117
ANEXO XXIII - Modelo de Pagamento por Conta e Pagamento Especial por Conta.....	117
ANEXO XXIV- Teste Global ao IVA.....	119

## Índice de Quadros

Quadro nº 1 – Sócios da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.....	3
Quadro nº 2 Relação entre as componentes do risco de auditoria .....	24
Quadro nº 3 Áreas Significativas .....	31
Quadro nº 4 Dados do exemplo das menos-valias contabilísticas e fiscais (elaboração própria)33	
Quadro nº 5 Teste às Contagens .....	34
Quadro nº 6 Teste à Valorização .....	35
Quadro nº 7 Especialização de Juros.....	38
Quadro nº 8 Especialização de Seguros .....	38
Quadro nº 9 Teste ao Pessoal .....	41
Quadro nº 10 Teste Global às contribuições para a Segurança Social (NS4) .....	42
Quadro nº 11 Extratos de conta solicitados para a área Q .....	44
Quadro nº 12 Variações no Capital Próprio .....	47

## Índice de Figuras

Figura nº 1 Localização por distrito dos clientes da sociedade – delegação de Coimbra.....	4
Figura nº 2 Organigrama da Sociedade (elaboração própria).....	5
Figura nº 3 Organigrama da Delegação de Coimbra (elaboração própria) .....	5
Figura nº 4 Objetivos de uma Auditoria Financeira .....	9
Figura nº 5 O risco de auditoria e as suas componentes (Hayes et. Al) .....	23
Figura nº 6 Relação inversa entre a materialidade e o risco de auditoria .....	25

## INTRODUÇÃO

O presente relatório surge na sequência do estágio curricular para obtenção do grau de mestre em Auditoria Empresarial e Pública pelo Instituto de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Este trabalho é composto por cinco capítulos distintos, mas que se complementam e procuram retratar de forma clara e simples o processo de auditoria financeira.

O primeiro capítulo respeita à apresentação da entidade de acolhimento, caracterizando-a e começando por um breve relato do seu percurso histórico, da sua estrutura e dos clientes, que fizeram parte integrante do meu estágio. Salienta-se ainda a importância dos sistemas informáticos como base de apoio ao registo do trabalho efetuado.

No segundo capítulo é apresentado um enquadramento teórico do processo de uma auditoria financeira, abordando os seus aspetos fundamentais, desde aceitação do trabalho, o planeamento e avaliação do risco até à finalização e relato, apoiada em diversa bibliografia presente no final do relatório.

O terceiro capítulo é a apresentação do trabalho executado ao longo das 960 horas de estágio. Neste ponto do relatório descrevo o processo de auditoria financeira na empresa FREEZEFISH, S.A. que se encontra no mercado do comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos, desde a declaração de aceitação ao passo final, a emissão Certificação Legal das Contas.

Por fim, no quarto capítulo é feita uma análise crítica do estágio, e do contributo de todo o percurso académico para o desempenho das minhas funções enquanto estagiária. O último capítulo (quinto) são as considerações finais do trabalho realizado.

Como objetivos definidos no plano de estágio, destaque para a apreensão do conjunto de tarefas inerentes à revisão legal de contas, nomeadamente, preparação da visita de auditoria que consiste na elaboração de um planeamento de auditoria, onde era definido a materialidade, o risco de auditoria e as áreas significativas. À *posteriori*, era solicitado à empresa um conjunto de elementos, tendo por base o planeamento, e após a receção desses elementos eram efetuados os respetivos papéis de trabalho por áreas. Após preparação dos procedimentos referidos acima era agendada a deslocação à empresa que era efetuada juntamente com a equipa de auditoria, com

intuito de elaborar e recolher a restante documentação que não era possível analisar no escritório, nomeadamente, os procedimentos substantivos. Em conjunto a estes processos ressalvo ainda a organização da prova obtida juntamente com o cliente nos dossiers, corrente e permanente.

Ainda dentro das tarefas inerentes à revisão legal das contas e com peso significativo nos trabalhos efetuados, sublinha-se as circularizações a terceiros, nomeadamente, das contas de clientes, fornecedores e instituições bancárias, que de forma resumida consiste na confirmação externa, perante os mesmos, dos valores constantes na contabilidade.

No que concerne às deslocações às empresas, destaque para a recolha de prova e consequente análise da mesma, com a finalidade de elaborar os respectivos papéis de trabalho, para à *posteriori* emitir os relatórios finais de revisão de contas, particularmente, a certificação legal de contas. Além do descrito era usual deslocações com o intuito de assistir à inventariação final de algumas empresas. Naquelas empresas em que não era possível este procedimento, era selecionado uma amostra de artigos a contar com referência a uma determinada data.

Em anexo, encontram-se vários papéis de trabalho associados a uma auditoria, que considerei mais relevantes de acordo com a estrutura do presente relatório.

Em suma, este relatório pretende a descrição dos diferentes itens inerentes ao trabalho de auditoria, bem como a abordagem dos conteúdos presentes em cada tarefa aludida.

Representou um privilégio para mim a realização deste estágio durante o período de 3 de Fevereiro até ao dia 8 de Agosto de 2014, na Sociedade Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. na delegação de Coimbra, pelos ensinamentos que me foram sendo transmitidos e pelas capacidades e competências que adquiri, quer a nível profissional quer a nível pessoal.

## CAPÍTULO I – APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### 1.1. Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – SROC, S.A.

O estágio realizado teve lugar na empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., com sede na Guarda situada na Rua Batalha Reis, nº81, 2º e com duas delegações, uma em Viseu e outra em Coimbra. Foi constituída em Março de 2001, possui um capital social de 50.000 € e encontra-se inscrita na Ordem de Revisores Oficiais de Contas (OROC) sob o nº 176.

O estágio decorreu na delegação de Coimbra, mais propriamente, na Avenida Fernão de Magalhães, nº 619, Edifício Mondego – Sala 101.

Atualmente, a sociedade é constituída por seis sócios, dos quais quatro são revisores oficiais de contas, uma SROC e um sócio não ROC (Quadro nº1), uma equipa de profissionais com habilitações académicas nas áreas de Contabilidade, Auditoria e Fiscalidade, composta por três elementos na delegação de Coimbra.

Nº ROC	Administração	Nome
571	Administrador	Dr. José Joaquim Marques de Almeida
780	Administrador	Dr. Vitor Manuel Lopes Simões
1062	Administrador	Dr. João Andrade Nunes
297	Não	CARLOS CUNHA, CAMPOS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
1407	Não	Dr. Bruno José Machado de Almeida
	Não	Dr. Nuno Filipe Furtado Almeida Fragona

Quadro nº 1 – Sócios da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (Fonte: OROC)

## 1.2. Serviços Prestados

Esta sociedade dedica-se principalmente, à Revisão Legal de Contas e à prestação de serviços de auditoria, atividade a que corresponde o código 74120 da classificação das atividades económicas (CAE).

Portanto, tem como objetivo central, a emissão da Certificação Legal das Contas no final de cada exercício económico das empresas suas clientes. Nesta sociedade, os clientes principais são sociedades anónimas, contudo também presta serviços a empresas do setor público e a sociedades por quotas. Na figura nº 1 ilustra a localização dos clientes por distritos, apenas da delegação de Coimbra.

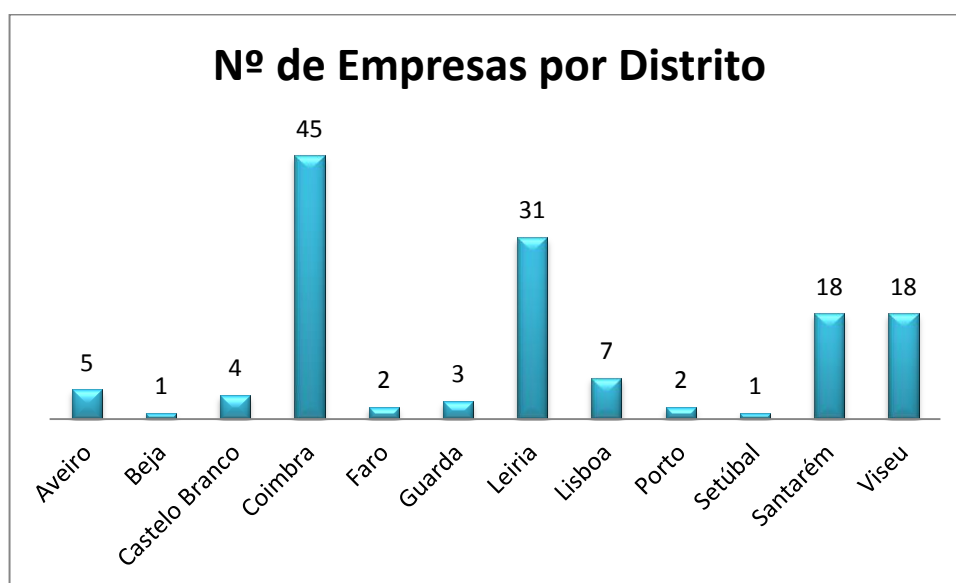


Figura nº 1 Localização por distrito dos clientes da sociedade – delegação de Coimbra (Fonte: elaboração própria)

### 1.3. Estrutura Organizacional



Figura nº 2 Organigrama da Sociedade (Fonte: elaboração própria)

#### ➤ Delegação de Coimbra

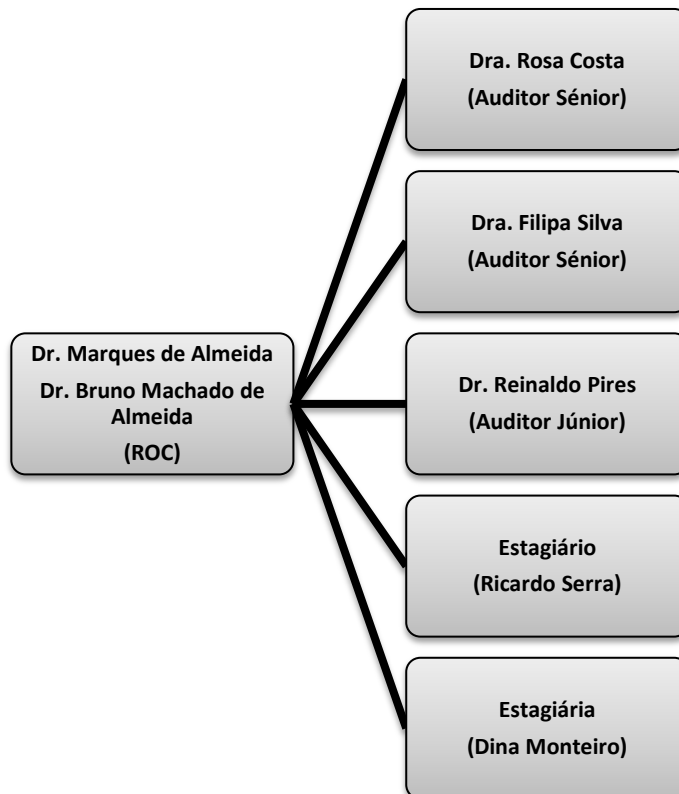


Figura nº 3 Organigrama da Delegação de Coimbra (Fonte: elaboração própria)

## 1.4. Sistemas Informáticos Associados

O trabalho de auditoria está ligada a ferramentas informáticas de apoio muito específicas.

Um dos *softwares* utilizados na sociedade é o DRAI3 2010 (Dossier de Revisão/Auditoria Informatizado), é um dos sistemas mais aplicado pelas sociedades de revisores oficiais de contas, que permite uma maior rapidez e qualidade no desenvolvimento do trabalho de revisão/auditoria.

Proporciona um rápido tratamento dos dados e reduz o tempo despendido na elaboração de tarefas rotineiras. Esta aplicação, para além de fazer a integração automática dos dados, tratand-os e analisando-os, permite identificar erros e encontrar soluções. Também possui vários tipos de questionários com o objetivo de avaliar o risco, a materialidade e o controlo interno, definindo assim uma estratégia de auditoria.

Um *software* muito utilizado é o programa de Circularizações a terceiros, este elaborado internamente pelo informático da sociedade. Este programa proporciona a elaboração de modelos de cartas pré definidos, bem como o acompanhamento de todo o processo de circularização.

Outro *software* usado é o *Active-date*, que trabalha de forma estatística os dados. Este programa permite criar amostras estatísticas e selecionar de forma aleatória diversos documentos, em particular faturas, a partir de um balancete analítico a uma determinada data. Com base na amostra resultante, o auditor efetua os respetivos testes substantivos.

## CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO PROCESSO DE AUDITORIA FINANCEIRA

### 2.1. Definição de Auditoria Financeira

Existem diversos tipos de auditoria (interna, forense, operacional, de gestão, entre outros). O presente trabalho debruça-se, apenas, sobre a auditoria financeira, também conhecida como auditoria externa, âmbito em que esteve inserido este estágio. Pode-se definir auditoria financeira, como:

*“ Um processo objectivo e sistemático, efectuado por um terceiro independente, de obtenção e avaliação de prova em relação às asserções sobre acções e eventos económicos, para verificar o grau de correspondência entre as asserções e os critérios estabelecidos, comunicando os resultados aos utilizadores da informação financeira. ”<sup>1</sup>*

Neste processo os *stakeholders* (donos; acionistas; investidores; fornecedores; consumidores; etc.), são a parte interessada em que as demonstrações financeiras de uma empresa/entidade representem de uma forma verdadeira e apropriada a sua situação financeira e os resultados das suas operações de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Este processo inicia-se com o órgão de gestão, que é responsável pela gestão da entidade e lhe está confiado a salvaguarda dos ativos e a preparação das demonstrações financeiras. As quais devem espelhar as condições financeiras e económicas da entidade ao longo de um certo período. As mesmas estão disponíveis aos terceiros, para que possam avaliar e tomar as suas decisões quanto às suas intenções de investir ou qualquer outro interesse pela entidade.

Cabe aos auditores recolherem provas para determinar se as demonstrações financeiras foram devidamente preparadas de acordo com as normas nacionais e internacionais de relato aplicáveis, emitindo um relatório disponível tanto ao órgão de gestão como aos terceiros. Desta forma, o auditor acrescenta valor ao certificar as demonstrações financeiras, através da obtenção de prova, de se pronunciar de forma independente e do conhecimento sobre os riscos que estão subjacentes à entidade.

---

<sup>1</sup> § 3, Almeida, Bruno, (2014), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa

Por asserção entende-se uma afirmação sobre um acontecimento ou condição relativo a um determinado período. Durante a realização de uma auditoria o auditor testa as asserções do órgão de gestão, ou seja, se um determinado ativo existe, quem tem os direitos sobre o mesmo e se está corretamente valorizado. Neste sentido, a **ISA 315** identifica as seguintes asserções:

a) **“Relativas a classes de transações**

- **Ocorrência** - as transações e acontecimentos que se encontram registados ocorreram e dizem respeito à entidade;
- **Plenitude** - todas as transações e acontecimentos que deveriam ser registados foram registados;
- **Rigor** - quantias e outros dados relativos a transações e acontecimentos registados foram apropriadamente registados;
- **Corte** - transações e acontecimentos foram registados no período contabilístico correcto;
- **Classificação** - transações e acontecimentos foram registados nas contas devidas.

b) **Relativas aos saldos finais**

- **Existência** - ativos, passivos e interesses no capital próprio existem;
- **Direitos e Obrigações** - a entidade detém ou controla os direitos a ativos, e os passivos são as obrigações da entidade;
- **Plenitude** - todos os ativos, passivos e interesses no capital próprio que deveriam ter sido registados foram registados;
- **Valorização e imputação** - ativos, passivos e interesses de capital próprio estão incluídos nas demonstrações financeiras pelas quantias apropriadas e quaisquer ajustamentos resultantes de valorização e imputação estão apropriadamente registados.

c) **Relativas à apresentação e divulgação**

- **Ocorrência e Direitos e Obrigações** - os acontecimentos, transações e outras matérias divulgados ocorreram e dizem respeito à entidade;
- **Plenitude** - todas as divulgações que devam ter sido incluídas nas demonstrações financeiras forma incluídas.

- **Classificação e compreensibilidade** - a informação financeira está apropriadamente apresentada e descrita, e as divulgações estão claramente expressas.
- **Rigor e Valorização** - a informação financeira e outra estão razoavelmente divulgadas e por quantias apropriadas.”

No entanto, e como se pode verificar acima, a ISA 315 não relaciona especificamente as asserções com as classes de transações, com os saldos finais ou com a apresentação e divulgação.

A comunicação dos resultados ao órgão de gestão e aos terceiros interessados é o fim do processo de auditoria financeira. É apresentado um relatório padronizado o qual descreve as responsabilidades do órgão de gestão, do auditor, o âmbito do trabalho e as conclusões a que o auditor chegou.

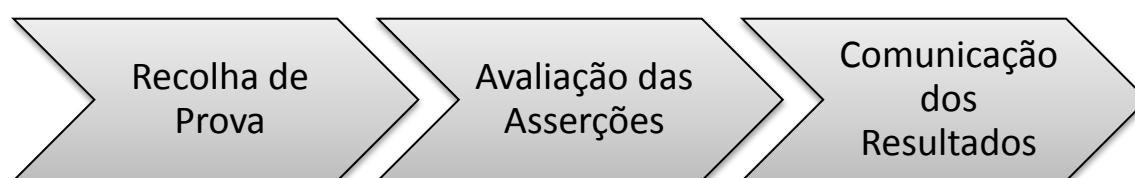


Figura nº 4 Objetivos de uma Auditoria Financeira (Fonte: elaboração própria)

## 2.2. O papel do ROC

Os Revisores Oficiais de Contas (ROC) são responsáveis pela Revisão Legal das Contas tanto de empresas públicas, como de privadas, pela auditoria às contas como outro tipo de serviços relacionados.

A auditoria às contas e outros elementos financeiros são fundamentais para espelhar a transparência e garantir a credibilidade da informação financeira prestada às empresas, assim dando possibilidade aos utilizadores dessa informação poderem tomar decisões mais sustentáveis, reduzindo o risco.

O trabalho do ROC consiste em emitir um parecer sobre as demonstrações financeiras, se estas representam ou não de forma verdadeira a imagem de uma empresa a uma determinada data, e se as mesmas estão isentas de erros materialmente relevantes.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), representa e regula a atividade dos ROC's, têm competências reconhecidas para emissão de normas, sendo que, nos nossos dias, o normativo técnico das mesmas é composto em Normas Técnicas de Revisão/Auditoria (NTR/A), Diretrizes de Revisão/Auditoria (DRA), Interpretações Técnicas (IT) e Recomendações Técnicas (RT).

Relativamente às primeiras, são aquelas que regulam a profissão de ROC, por isso de aplicação obrigatória. Sendo estas auxiliadas e desenvolvidas pelas DRA's, também obrigatórias, excepto se a sua utilização não for permitida. As Interpretações Técnicas surgiram devido a várias questões de ordem técnica, assim tornaram-se um auxílio aos ROC's. Por fim, as normas e recomendações internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants* (IFAC) deverão ser constantemente aplicáveis.

O ROC nas sociedades por quotas apenas tem carácter de obrigatoriedade, se possuírem, segundo o artigo 262º nº2 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), o seguinte:

*“As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas para proceder à revisão legal desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:*

- a) Total do balanço - € 1 500 000;*
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos - € 3 000 000;*
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício - 50.”*

Contudo, os artigos 413º e 414º do CSC referem que a revisão legal nunca está dispensada para as sociedades anónimas. Em relação às sociedades por quotas, são sempre obrigadas aqueles que dispõem de um conselho fiscal, sendo que, aquelas que não dispuserem estão limitadas pelo previsto no nº2 do artigo transcrito anteriormente.

### 2.3. Auditoria Financeira em Portugal

Os utilizadores da informação financeira confiam aos auditores independentes a compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade da informação contida nas demonstrações financeiras. Estas quatro características são fundamentais para que os utilizadores se sintam confiantes na informação apresentada e assim tomarem decisões de forma mais acertada.

Em Portugal a organização que regula este setor é a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC). Apesar dos decretos-lei anteriores do estatuto do ROC, em 1999, o Decreto-lei n.º 487/1999, de 16 de Novembro, instituiu o novo regime jurídico dos ROC's, reformulando o anterior Decreto-Lei 422-A/93, face à necessidade de acompanhar a evolução e de proceder a alguns ajustamentos decorrentes da experiência da sua aplicação. O mesmo Decreto-lei n.º 487/99, de 16 de Novembro já sofreu alterações, estando neste momento em vigor o Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro. Na OROC todas as matérias de revisão legal de contas, a auditoria às contas e serviços relacionados de empresas ou outras entidades estão sujeitas a disciplina normativa e ao controlo de qualidade.

O *International Federation of Accountants* (IFAC) é o organismo que fundou a *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), o qual emite as normas internacionais reconhecidas como dotadas de elevada qualidade técnica, as ISA (*International Statements on Auditing*). A Ordem é membro do IFAC e mantém relações de grande proximidade com os organismos congéneres de outros países. É crucial, para a profissão, a ligação em rede a organizações internacionais para que o desenvolvimento e difusão dos aspetos técnicos concorram para a sua credibilidade. A ligação a estes organismos internacionais constitui-se como um fator de acumulação de conhecimento.

Em Portugal, a auditoria financeira pode seguir dois caminhos: auditoria de fonte legal, imposta por lei a diversos tipos de entidades a qual apenas pode ser praticada por profissionais denominados ROC e inscritos na respetiva Ordem; e auditoria de fonte convencional, contratada por iniciativa das entidades interessadas e realizadas por empresas especializadas, nacionais e multinacionais.

O controlo de qualidade é o elemento central em qualquer estrutura empresarial, e fundamental numa empresa de prestação de serviços. A sua importância é tão elevada que é nesse sentido que

as empresas implementam e monitorizam sistemas de controlo interno. A nível externo, quem tem esse papel de supervisão é a OROC e outras entidades, tais como o Banco de Portugal e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), entre outros.

## 2.4. Código de Ética da OROC

Em Portugal, o Código de Ética da OROC (CEOROC) estabelece que os revisores devem exercer a sua atividade com independência, responsabilidade, competência e urbanidade, respeitando a legalidade, o sigilo profissional, as regras sobre publicidade pessoal e profissional e os seus deveres para com os colegas, os clientes, a OROC e outras entidades, acautelando legitimamente os seus direitos.

O CEOROC regulamento n.º 551/2011, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 198, 14 de Outubro de 2011 e foi elaborado com base no Código de Ética do IFAC. Os ROC têm o dever de cumprir com os seguintes requisitos:

**Independência:** a atividade deve ser exercida com independência e objectividade, sem que o profissional nunca se coloque numa posição que diminua a sua livre capacidade de formular uma opinião justa e desinteressada;

**Competência:** Deve ser um trabalho planeado, executado, revisto e documentado, de forma a constituir fundamentação adequada dos relatórios e pareceres emitidos;

**Sigilo Profissional:** Não pode haver proveito, pessoal ou em benefício de terceiros, de segredos comerciais de que venham a tomar conhecimento no decorrer do seu trabalho. A documentação e as informações devem ser conservadas, seja qual for o seu suporte, protegê-las adequadamente.

**Publicidade:** Não pode haver qualquer tipo de publicidade pessoal, direta ou indireta, e por quaisquer meios.

**Deveres para com os Colegas:** Os profissionais não devem pronunciar-se publicamente sobre funções confiadas a outros, salvo com o seu acordo prévio, e atuar com a maior lealdade em todas as situações e circunstâncias.

**Deveres para com os Clientes:** Baseiam-se na lealdade, independência, imparcialidade e satisfação do interesse público e implicam consciência, saber, iniciativa, liberdade de ação e respeito pelo segredo profissional.

**Deveres para com a OROC e outras Entidades:** Os profissionais deverão proceder com urbanidade, correção e cortesia em todas as suas relações com entidades públicas ou privadas e com a comunidade em geral. Devem colaborar com a OROC nos fins legais e estatutários, no seu prestígio e na prossecução das suas atribuições. Devem ainda exercer os cargos para que tenha sido eleito ou nomeado e desempenhar, em geral, os mandatos que lhes forem conferidos.

## 2.5. Processo de trabalho de uma Auditoria

O auditor utiliza um conjunto de papéis e sistemas de armazenamento que têm como objetivo auxiliar o planeamento do trabalho, possibilitar uma melhor análise e coordenação do mesmo e servir de prova de auditoria.

Os papéis de trabalho devem ser elaborados de forma cuidada, para que qualquer pessoa externa ao processo consiga interpretar corretamente o trabalho efetuado, e também devem estar organizados para serem de fácil acesso. É de salientar que estes papéis encontram-se no dossier permanente e dossier corrente, sendo que cada papel de trabalho compete a determinado dossier.

Assim, o processo de auditoria pode ser identificado de acordo com a figura nº3.

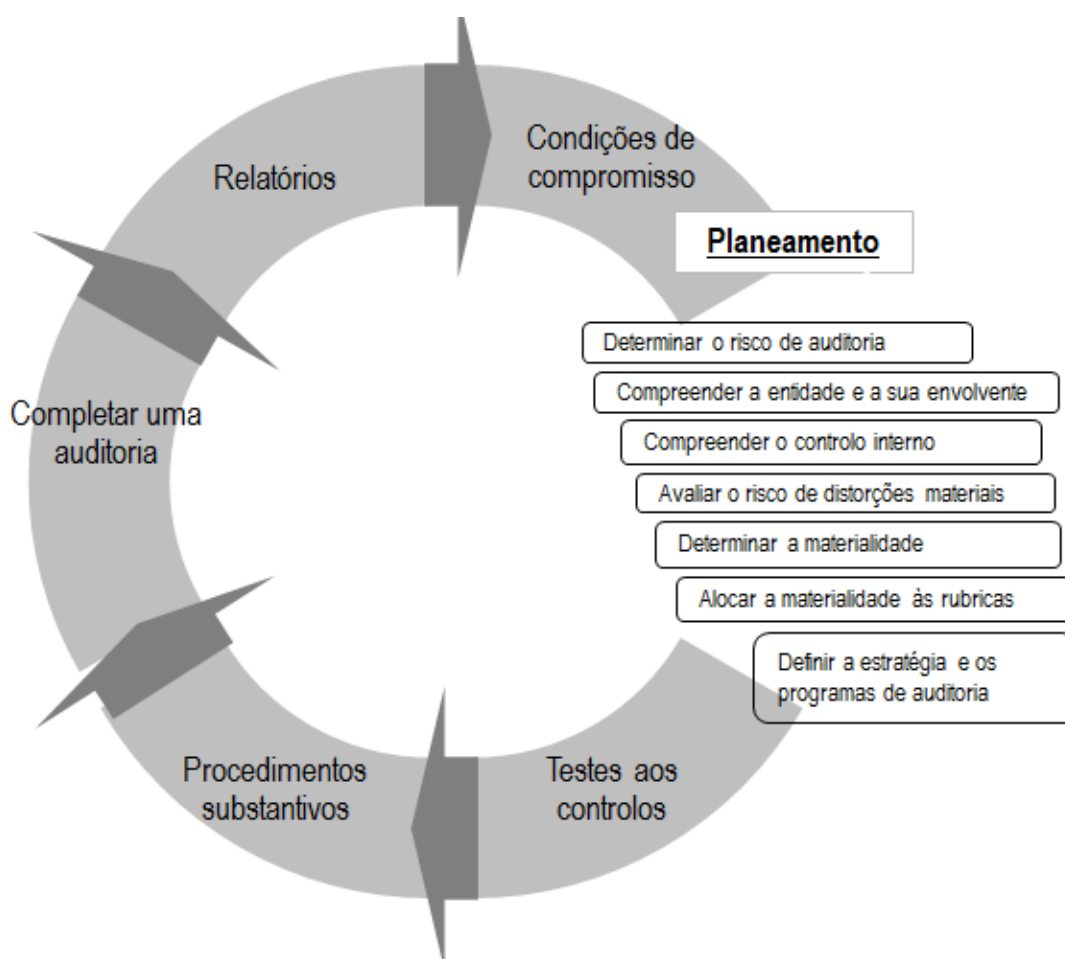


Figura nº 3 Fases do planeamento em uma auditoria (adaptado)

( Fonte : §109, Almeida, Bruno, (2014), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa)

### 2.5.1. Aceitação/ Compromisso do Cliente

Esta fase resume-se à continuação do trabalho com um cliente já existente ou com a angariação de um cliente novo. Neste último é particularmente importante que a Sociedade de Revisores, procure conhecer alguns aspetos característicos do cliente, como a sua imagem no mercado, as suas práticas empresariais, possíveis problemas legais ou societários, entre outros. A integridade do cliente é fundamental de forma a garantir que a existência de erros e irregularidades materiais não sejam uma constante.

Uma das formas de adquirir informação sobre o cliente, é recorrer aos auditores anteriores para recolher informação relevante sobre a integridade e boas práticas da administração, bem como a terceiros que lidem com o mesmo.

O estágio final desta fase subsiste na elaboração de um Contrato de Aceitação, este deve ser enviado ao cliente antes da execução do trabalho e deve fazer referência aos objectivos e termos do contrato, bem como ao período por que este é válido (Anexo I).

No que diz respeito às condições de compromisso, estas refletem a decisão de se aceitar ou não um cliente, minimizando a possibilidade de ser posta em causa, a independência e a integridade do auditor. Para isso existe um número de fatores de risco que o auditora analisa e pondera a sua decisão:

- Integridade do órgão de gestão;
- Obrigações de relato;
- Transações entre partes relacionadas;
- Situação financeira da organização;
- Valores éticos;
- Adequação dos recursos materiais e/ou humanos.

Na fase seguinte - planeamento - o objetivo é planear o trabalho de campo e estabelecer a natureza e extensão dos procedimentos a adotar, podendo ser resumido de acordo com os tópicos presentes na figura nº 3. O desenvolvimento destes encontram-se nos capítulos 2.5.2. e seguintes deste relatório

Na fase seguinte da figura -Testes aos Controlos - podemos de forma sintética definir que os procedimentos inerentes aos mesmos têm como objetivo compreender e avaliar o sistema de

controlo interno implementado pelo órgão de gestão com a finalidade de prevenir que distorções materiais sejam prevenidas e no caso de ocorrerem sejam detetadas.

Os Procedimentos Substantivos têm como finalidade detetar distorções causadas por erros ou fraudes que possam existir nas demonstrações financeiras, e que não tenham sido detetadas pelo sistema de controlo interno.

Com a aproximação e a responsabilidade acessória à emissão do relatório final, o auditor precisa de completar a auditoria, tendo em atenção os seguintes aspetos:

- Avaliar a continuidade da empresa;
- Necessidade de ajustamento e reclassificações;
- Avaliar a adequação das divulgações;
- Identificar acontecimentos subsequentes; e
- Comunicação ao Órgão de Gestão.

Assim a fase final de uma auditoria termina quando é emitido o relatório final, que deve obedecer às disposições da DRA 700 - Relatório de Revisão/Auditoria, que em complemento com a ISA 700 - Formar uma Opinião e Relatar sobre Demonstrações Financeiras e conter as conclusões (reservas ou ênfases) que o auditor ache pertinente à emissão da sua opinião.

### 2.5.2. Planeamento de uma Auditoria

A fase do planeamento comporta o desenvolvimento de uma estratégia global dos trabalhos a serem executados na entidade auditada, pressupõe um adequado nível de conhecimentos sobre as atividades, fatores económicos, legislação aplicável e práticas operacionais da entidade, além do nível de competência da sua administração.

*"15. O revisor/auditor deve planear o trabalho de campo e estabelecer a natureza, extensão, profundidade e oportunidade dos procedimentos a adoptar, com vista a atingir o nível de segurança que deve proporcionar e tendo em conta a sua determinação do risco da revisão/auditoria e a sua definição dos limites de materialidade."*<sup>2</sup>

Um adequado planeamento permite a elaboração de programas de auditoria, que facilitam o controlo e o acompanhamento do trabalho a realizar, contribuindo desta forma que seja dada

---

<sup>2</sup> DRA 300 - Planeamento

especial atenção às áreas mais significativas e com maior potencial de distorções. Desta forma os problemas potenciais serão identificados, permitindo que o trabalho se realiza de forma eficaz e eficiente.

De acordo com a DRA 300 – Planeamento, em conjunto com a ISA 300 - Planear uma Auditoria de DF's, a planificação do trabalho de auditoria deverá abranger, os seguintes pontos:

- ❖ **Conhecimento do Negócio** – O auditor deve compreender a área de negócio da entidade, bem como o seu enquadramento económico, ou seja, estratégias e condições que possam afetar a atividade.
- ❖ **Conhecimento dos Sistemas Contabilísticos e de Controlo Interno** – É essencial que o auditor identifique os procedimentos e as normas contabilísticas adotadas pela entidade auditada, de forma a verificar a sua consistência e uniformidade. O levantamento e avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno (testes de controlo) assumem, também, uma enorme importância, na medida em que permite um juízo sobre o risco de controlo.
- ❖ **Risco e Materialidade** – Identifica a importância e necessidade do auditor estimar o risco de auditoria e determinar os níveis de materialidade, procurando sempre a identificação das áreas significativas com potenciais distorções que sejam materialmente relevantes, nomeadamente as áreas complexas que envolvam estimativas contabilísticas.
- ❖ **Natureza, Tempestividade e Extensão dos Procedimentos** – Identificação das áreas a testar e dos respetivos procedimentos a executar, e a definição dos objetivos a cumprir para as áreas a auditar.

A DRA referida ainda aborda outros pontos relacionados com o planeamento de uma auditoria, no entanto e pela sua importância menor não serão referidos.

De referir ainda, que caso uma auditoria não seja adequadamente planeada o auditor corre o risco de realizar uma auditoria ineficiente conduzindo à emissão de uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras. A ISA 200 refere que *“O auditor deve planejar e executar uma auditoria com cepticismo profissional, reconhecendo que podem existir circunstâncias que originaram que as demonstrações financeiras estejam materialmente distorcidas.”*

### 2.5.3. Materialidade

A materialidade proporciona um ponto a partir do qual o auditor, de acordo com o seu juízo profissional, considera que as distorções são materialmente relevantes, ou seja, um assunto é material se a sua omissão ou distorção influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas com base nas demonstrações financeiras.

É um conceito importante, visto que é através dele que o auditor define os aspetos materialmente relevantes (recorrendo a amostras) e que define os procedimentos a adotar para recolher a informação suficiente e apropriada para exprimir a sua opinião.

A ISA 320 – Materialidade, refere que apesar do conceito não ser consensual, na sua generalidade das definições confrontam os seguintes aspetos:

- As distorções, incluindo as omissões, são consideradas serem materiais se se espera que elas, individualmente ou em agregado, possam influenciar as decisões económicas dos utentes, tomadas na base das demonstrações financeiras.
- Os julgamentos acerca da materialidade são feitos à luz das circunstâncias envolventes, e são afetadas pela dimensão e natureza de uma distorção, ou de uma combinação de ambas; e
- Os julgamentos acerca de matérias que sejam materiais para os utentes são baseados numa consideração das necessidades comuns de informação financeira dos utentes como um grupo. Não é considerado o possível efeito de distorções em específicos utentes individuais, cujas necessidades podem variar largamente.

O facto da definição do nível de materialidade depender do juízo profissional do auditor e da sua experiência relativamente à entidade, permitirá que determinados auditores, com pontos de vista diferentes, concluam níveis de materialidade diferentes. Portanto, é imprescindível que o auditor consiga justificar, de forma clara e adequada, o nível de materialidade preliminar estimado, dado o grau de subjetividade a ele associado. Assim, quanto menor for a materialidade maior é a quantidade de prova que o auditor deve recolher.

Desta forma e na fase de planeamento de auditoria, é impossível que o auditor consiga antever todos os fatores importantes para a definição da materialidade.

Assim, com o desenrolar da auditoria, poderá haver uma mudança na envolvente da empresa. Deste modo, conclui-se que os níveis de materialidade não são absolutos, mas sim relativos, sendo, o auditor obrigado a rever o quantum definido e os procedimentos planeados. Verifica-se, assim, que o conceito de materialidade está presente em todo o processo de auditoria e que existe uma relação imediata entre o risco de auditoria e a materialidade, ou seja, quanto maior o nível de materialidade menor o risco de auditoria e vice-versa.

#### 2.5.4. Risco de Auditoria

O risco de auditoria pode ser definido como “*a susceptibilidade do revisor/auditor dar uma opinião de revisão/auditoria inapropriada quando as demonstrações financeiras estejam distorcidas de forma materialmente relevante*”<sup>3</sup>.

O auditor deve planear e executar uma auditoria, com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

A expressão “*um grau de segurança aceitável*” pretende informar os utilizadores das demonstrações financeiras que os auditores não garantem que as mesmas estejam completamente corretas. Por outro lado, a expressão “*isentas de distorções materialmente relevantes*”, visa informar os utilizadores da informação que os auditores limitam a sua responsabilidade à informação financeira materialmente relevante.

Portanto, o risco de auditoria é avaliado com base no conjunto de informações que o auditor recolhe acerca da empresa, sendo expresso através do seguinte modelo:

$$RA = f(RI;RC) \times RD$$

( Fonte : §123, Almeida, Bruno, (2014), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa)

Em que RA representa o risco de auditoria, RI o risco inerente, RC o risco de controlo e RD o risco de deteção.

<sup>3</sup> DRA 400 – Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria

#### 2.5.4.1. *Risco Inerente*

Segundo a ISA 200 que vigora atualmente, o risco inerente pode ser definido como “*A susceptibilidade de uma asserção relativa a uma classe de transacções, saldo de conta ou divulgação a uma distorção que possa ser material, individualmente ou agregada com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controlos relacionados.*”.

A avaliação deste risco implica a análise de diversos fatores e varia de empresa para empresa e de atividade para atividade, por exemplo, transações entre partes relacionadas, transações pouco usuais ou uma grande rotação de pessoal acarreta um risco inerente muito mais elevado. O risco inerente existe independentemente da auditoria, assim os auditores não conseguem controlar nem modificar este risco.

#### 2.5.4.2. *Risco Controlo*

Pode definir-se este tipo de risco, como aquele que está associado à probabilidade de existirem distorções materialmente relevantes que não sejam atempadamente prevenidas, detetadas e corrigidas pelo sistema de controlo interno da empresa.

O risco de controlo nunca pode ser zero, uma vez que os controlos implementados por uma empresa não conseguem assegurar a 100% que erros materialmente relevantes sejam detetados, por exemplo, a fadiga e o descuido humano podem originar que os controlos internos em determinadas situações não sejam cumpridos.

A avaliação inicial do risco de controlo está relacionado com dois aspetos:

- 1) Eficácia do Desempenho do Controlo Interno;
- 2) Se os Controlos desenhados estão devidamente implementados.

Os auditores não podem controlar este risco, mas podem influenciá-lo, no entanto, esta influência está sujeita a dois aspetos: apenas influencia para exercícios futuros, e depende se o órgão de gestão aceita ou não as recomendações propostas pelo auditor.

#### 2.5.4.2.1. *Controlo Interno e a sua relação com o risco de controlo*

O *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) elaborou, em 1992 um estudo extensivo sobre o controlo interno. O controlo interno segundo o COSO, consiste num processo, realizado por todos os colaboradores e administração, com o intuito de fornecer uma razoável certeza acerca do cumprimento dos objetivos, em três pontos:

- Eficiência e eficácia das operações;
- Confiança nas demonstrações financeiras;
- Conformidade com as leis e regulamentos.

À *Posteriori*, o COSO estabeleceu que o controlo interno consiste nos seguintes objetivos, ambiente de controlo; avaliação de risco e atividades de controlo, informação e comunicação e motorização dos controlos.

Desta forma a DRA 410 define controlo interno da seguinte forma, *“todas as políticas e procedimentos (controlos internos) adotados pela gestão de uma entidade que contribuam para a obtenção dos objetivos da gestão de assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente do seu negócio, incluindo a aderência às políticas da gestão, a salvaguarda de ativos, a prevenção e deteção de fraude e erros, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível”*.

A implementação e funcionamento de um bom sistema de controlo interno requer em simultâneo cinco componentes:

- 1) **Ambiente de Controlo**, é a base para a execução de todos os outros e está relacionado com a necessidade da empresa consciencializar os seus colaboradores sobre a importância do controlo;
- 2) **Avaliação do Risco**, ou seja, com base nos riscos definidos a empresa deverá detetar e analisar os riscos relevantes e definir a forma como os mesmos serão ultrapassáveis;
- 3) **Procedimento de Controlo**, isto é, políticas e outros procedimentos que visem assegurar que as diretivas de gestão são cumpridas;
- 4) **Informação e Comunicação**, visa garantir que a informação pertinente é identificada, compreendida e comunicada em tempo útil;

- 5) **Monitorização do Sistema de Controlo Interno**, de forma a permitir a avaliação do seu desempenho de uma rápida deteção de deficiências.

Em suma, o auditor deverá compreender e avaliar estes componentes através de teste de conformidade/controlo permitindo-lhe identificar assim os pontos fortes e fracos do sistema de controlo interno, e consequentemente avaliar a eficácia do mesmo. Assim, se uma entidade se encontra bem organizada e o sistema de controlo interno é eficiente e adequado, o auditor tem confiança nos procedimentos da empresa, resultando daí um risco de controlo baixo, caso contrário, o risco de controlo é elevado.

#### 2.5.4.3. *Risco Deteção*

Este risco ao contrário dos outros apresentados anteriormente pode ser controlado pelo auditor através de planeamento, execução, supervisão e revisão do trabalho e da determinação da natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos de auditoria e ainda com um dever muito importante que é o exercício com o devido cuidado profissional. Este risco pode ser definido da forma que segue: *“O risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria para um nível aceitavelmente baixo não detetem uma distorção que existe e que possa ser material, quer individualmente quer quando agregada a outras distorções.”*<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> ISA 200 -Objectivos Gerais do Auditor Independente e Condução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria

### 2.5.5. Relação entre os componentes do risco de auditoria

Existe um relacionamento avesso entre o risco de deteção e a combinação entre o nível do risco inerente e do risco de controlo. Podemos observar na figura nº 5, a forma como estes três riscos contribuem para o risco de auditoria, permitindo, desta maneira compreender como os riscos se relacionam entre si.

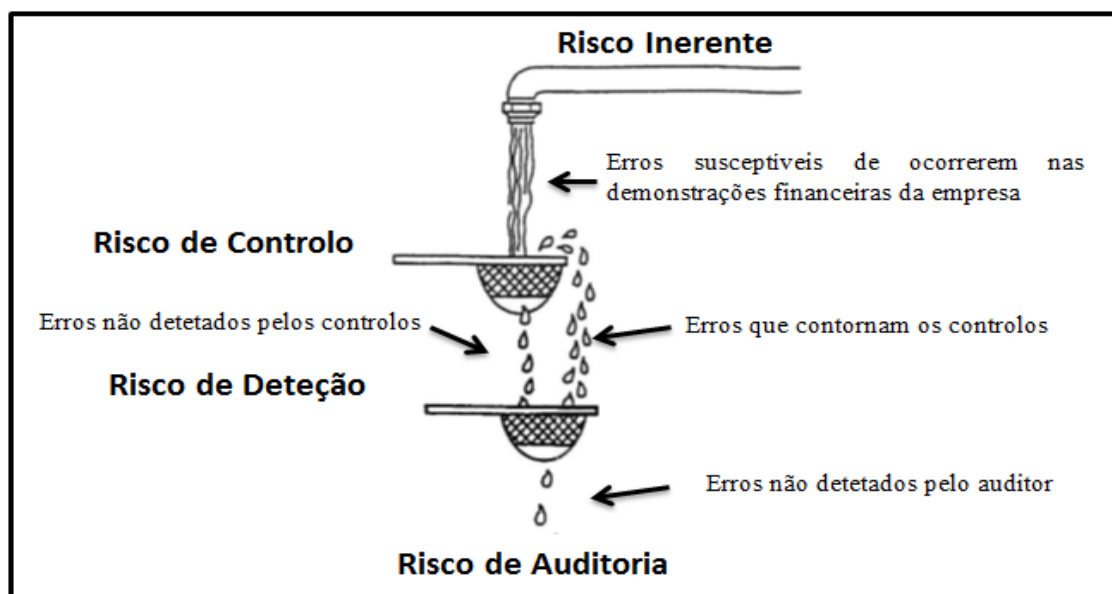


Figura nº 5 O risco de auditoria e as suas componentes

(Fonte: COSTA, C. Baptista da, (2010), Auditoria financeira – teoria e prática, 9ª edição, Rei dos Livros, Lisboa)

Na figura acima, estão esquematizados os três tipos de riscos e o seu impacto nas demonstrações financeiras. A água que sai da torneira representa o risco inerente, ou seja, simboliza as distorções que resultam da entidade e da atividade que desempenha. O primeiro filtro representa o sistema de controlo da empresa, o qual depende da eficácia com que deteta e previne as distorções. Cabe ao auditor de fazer essa avaliação ao risco de controlo, ou seja, quanto maior for a eficácia do sistema, menor será a probabilidade de erros materiais não serem detetados atempadamente, e assim o risco de controlo será menor. O segundo filtro representa os procedimentos substantivos realizados pelo auditor para detetar distorções materialmente relevantes. No entanto, estes procedimentos podem não ser suficientes na revelação de todas as distorções, assim surgindo o risco de deteção. Podemos concluir que o risco de auditoria é o risco dos pingos de água (distorções), passarem por ambos os filtros até chegarem ao lava mãos (demonstrações financeiras).

O risco de deteção é o único sobre o qual o auditor tem poder para atuar. No quadro seguinte podemos verificar como pode variar o nível aceitável de risco de deteção com base nas avaliações do risco inerente e do risco de controlo.

#### Avaliação pelo auditor do risco de controlo

	Alto	Médio	Baixo
Avaliação pelo auditor do risco inerente	<b>Alto</b> <i>O mais baixo</i>	<b>Médio</b> <i>Mais baixo</i>	<b>Baixo</b> <i>Médio</i>
	<b>Médio</b> <i>Mais baixo</i>	<b>Médio</b> <i>Médio</i>	<b>Baixo</b> <i>Mais alto</i>
	<b>Baixo</b> <i>Médio</i>	<b>Baixo</b> <i>Mais alto</i>	<b>Baixo</b> <i>O mais alto</i>

Quadro nº 2 Relação entre as componentes do risco de auditoria

( Fonte : §126, Almeida, Bruno, (2014), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa)

Portanto, pode confirmar-se que risco inerente e o risco de controlo têm uma relação inversa com o risco de deteção e, conseqüentemente, uma relação direta com a quantidade de prova que deverá ser recolhida. Por exemplo, se o risco inerente e de controlo for alto, o risco de deteção será baixo, para o risco de auditoria se manter como baixo, o auditor amplia o número de testes a executar. Caso, a situação seja inversa, ou seja, o risco inerente e o risco de controlo sejam avaliados como baixos, o risco de deteção será alto, neste caso o auditor irá realizar menos procedimentos, não descurando, a necessidade do risco de auditoria ser baixo. No entanto, o auditor não deve deixar de realizar testes, tendo em conta que a avaliação dos riscos inerentes e de controlo poderão não ser a mais correta.

### 2.5.6. Relação entre Materialidade, Risco e Prova

Na realização de um planeamento, podemos observar que o risco e a materialidade são conceitos indissociáveis, contudo a relação entre eles é inversa. O risco, prende-se com a incerteza, por sua vez a materialidade está relacionada com o nível qualitativo/quantitativo de distorções que influenciam as demonstrações financeiras.

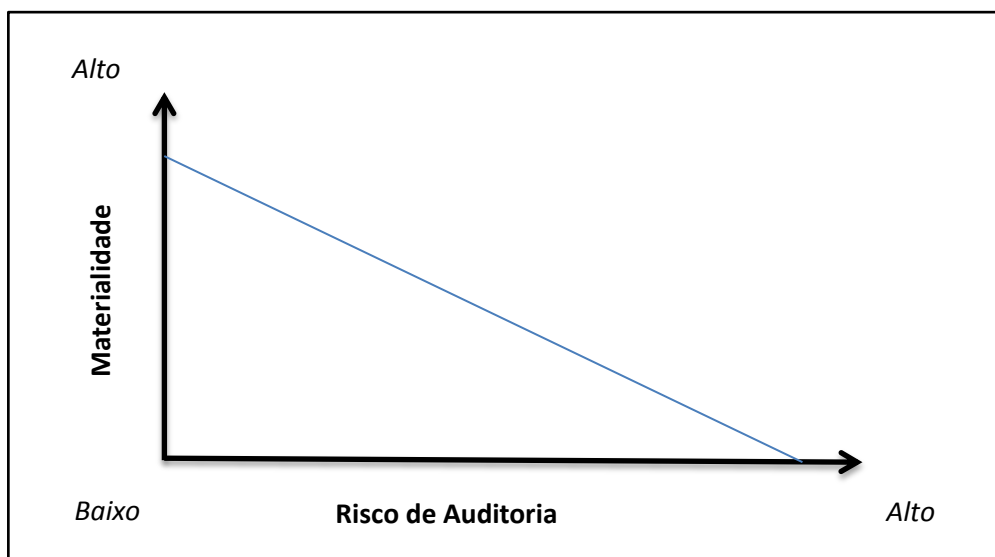


Figura nº 6 Relação inversa entre a materialidade e o risco de auditoria

Por exemplo, no caso de o auditor verificar que a entidade seja detentora de um sistema de controlo interno fraco, existe probabilidade de haver um nível elevado de distorções materialmente relevantes. Por outro lado, se possuir um controlo interno eficaz e capaz de prever a totalidade dos erros, o auditor aumentará a quantia de distorções que considera ser materialmente relevantes. O volume de prova a obter pelo auditor, a fim de expressar a sua opinião com segurança, relaciona-se também com a avaliação do risco e com o nível de materialidade.

Desta forma, podemos referir que, quanto maior for o risco, menor será a materialidade e maior deverá ser a quantidade de prova recolhida pelo auditor, a fim de se poder exprimir de forma segura e apropriada.

### 2.5.7. Estratégia de Auditoria

Dada a relação entre prova de auditoria, materialidade e risco de auditoria, o auditor deve optar por uma estratégia. A primeira hipótese é adotar uma abordagem predominantemente substantiva, ou seja, quando o risco inerente e de controlo são avaliados como elevados. Uma segunda hipótese é adotar uma abordagem mais focada num mix de procedimentos substantivos e testes aos controlos (RI e RC são avaliados como baixos). Contudo, ambas podem ser aplicadas a um nível global ou de forma individual às asserções. Independentemente da estratégia adotada, quando o auditor a está a definir, deve ter atenção à estrutura do controlo interno da empresa.

### 2.5.8. Programas de Auditoria

Após definir a estratégia a adotar, o auditor elabora os programas de auditoria. Os mesmos têm como finalidade responder ao risco das demonstrações financeiras possuírem distorções materiais. O auditor elabora programas de auditoria, para se certificar que o planeamento de auditoria aborda todos os riscos significativos para cada área. Neste sentido, o auditor elabora programas específicos para cada área, sendo que, os programas de auditoria são mais detalhados que a estratégia, este por incluírem a natureza, extensão e oportunidade dos procedimentos a efetuar pelo auditor (testes aos controlos e procedimentos substantivos).

## 2.6. Papéis Trabalho e obtenção de Prova

Durante o processo de auditoria, toda a informação recolhida (prova), todos os procedimentos empreendidos pelo auditor e as suas conclusões estão traduzidos nos papéis de trabalho, que vão além do suporte em papel, designadamente armazenamento eletrónico. Por norma, os papéis de trabalhado estão organizados em três arquivos distintos: o *Dossier Corrente* (ANEXO II); o *Dossier de Circularização* e o *Dossier Permanente* (ANEXO III).

- ❖ *Dossier Corrente* – neste dossier estão arquivados todos os elementos que fundamentam a auditoria realizada, ou seja, planeamento, programas de trabalho, testes e procedimentos realizados e as conclusões obtidas;

- ❖ *Dossier de Circularização* (confirmação externa) – este dossier comporta todo o processo de circularização de terceiros, ou seja, a informação obtida junto destes, normalmente através de cartas enviadas aos mesmos com pedidos de confirmação de saldos a uma determinada data, ou outras informações pertinentes para a obtenção de conclusões.
- ❖ *Dossier Permanente* – neste dossier estão presentes informações que possam ser relevantes e utilizáveis em mais do que um exercício económico, por exemplo, contratos de financiamento, atas, demonstrações financeiras assinadas.

Os papéis de trabalho representam toda a história da auditoria permitindo ao leitor uma compreensão rápida das questões, riscos, asserções testadas e procedimentos de auditoria empreendidos com o objetivo de obtenção de prova e das conclusões alcançadas pelo auditor.

Por norma, a análise documental e recolha de prova têm como base técnicas de amostragem, já que devido ao binómio custo/benefício, o auditor não examina a totalidade da informação disponível. Segundo o §1 na DRA 510 - Prova de Revisão/Auditoria, “19. o revisor/auditor deve obter a prova de revisão/auditoria apropriada e suficiente, através de inspeções, observações, indagações, confirmações, cálculos e procedimentos analíticos, cuja realização e conclusões devem ser adequadamente documentadas por forma a suportar a sua opinião”.

Assim, a prova em auditoria é toda a documentação recolhida pelo auditor que serve de suporte à opinião emitida sobre as demonstrações financeiras. A necessidade de recolha de prova está relacionada com a diminuição do risco de auditoria, ou seja, o auditor deve obter prova suficiente para manter um risco de auditoria baixo.

Os procedimentos de auditoria utilizados na obtenção de prova são essencialmente os seguintes, avaliação do risco do cliente, teste aos controlos e procedimentos substantivos e consistem no seguinte<sup>5</sup>:

“a) **Inspeção Física**, que consiste no exame dos registos, dos documentos de suporte e dos ativos tangíveis (por exemplo, imobilizado corpóreo e existências), sendo as seguintes as principais categorias de prova documental de revisão/auditoria com diferentes graus de credibilidade:

---

<sup>5</sup>§19 da DRA 510 – Prova de Revisão/Auditoria

- (i) a criada e detida por terceiros;
- (ii) a criada por terceiros e detida pela entidade; e
- (iii) a criada e detida pela entidade.

b) **Observação**, que consiste em presenciar a execução por outrém de um processo ou procedimento (por exemplo, assistência à contagem física das existências).

c) **Indagação**, que consiste em procurar obter informação, escrita ou oral, de pessoas conhecedoras dentro e fora da entidade.

d) **Confirmação**, que consiste em obter respostas corroborativas da informação contida nos registos contabilísticos (por exemplo, confirmação direta de saldos de terceiros).

e) **Cálculo**, que consiste na verificação da exatidão aritmética dos documentos de suporte e dos registos contabilísticos ou na realização de cálculos separados.

f) **Procedimentos analíticos**, que consistem na análise e comparação de rácios e tendências significativos, incluindo a investigação das flutuações e relacionamentos que sejam inconsistentes com outra informação ou que se desviem das quantias que tenham sido previstas.”

## 2.7. Acontecimentos Subsequentes

A ISA 560 – Acontecimentos Subsequentes, diz-nos que, “o auditor deve tomar em consideração o efeito de acontecimentos subsequentes nas demonstrações financeiras e no relatório do auditor.”

Acontecimentos subsequentes são por exemplo transações ocorridas entre a data do balanço e a data de emissão do parecer do auditor, que podem modificar, se não forem corretamente divulgadas, a opinião emitida. Por exemplo, perdas relevantes a investimentos; ocorrência de sinistros; alterações na legislação.

Na data do término do exercício e até à data de emissão do parecer, o auditor deve tomar conhecimento de eventos que afetam de maneira relevante as demonstrações contabilísticas,

desta forma, verificando se foram bem contabilizados e de forma adequada, bem como se estão divulgados nas demonstrações.

## 2.8. A Certificação Legal das Contas

Como já foi referido inicialmente, a principal função do auditor é confirmar se a informação financeira produzida e divulgada é verdadeira e apropriada, e ainda na mesma informação deve espelhar a segurança de um profissional independente. É desta forma, que na Certificação Legal das Contas (CLC), o ROC transcreve a opinião *“de que as demonstrações financeiras apresentam ou não, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa ou de outra entidade, bem como os resultados das suas operações, relativamente à data e ao período a que as mesmas se referem”*.<sup>6</sup>

A CLC deve obedecer às disposições da DRA 700 – Relatório de Revisão/Auditoria, na qual está explícito o modelo de relatório de revisão/auditoria. (ANEXO IV)

Contudo, existem observações que por vezes dão lugar a reservas e/ou a ênfases, as primeiras afetam a opinião do ROC, enquanto as segundas não a atingem. Desta maneira, *“a certificação legal das contas concluirá exprimindo uma opinião com ou sem reservas, uma escusa de opinião, uma opinião adversa, e, com ênfases, de acordo com as modalidades definidas nas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem.”*<sup>7</sup> É de salientar que o ROC pode ser obrigado a emitir uma Declaração de Impossibilidade de CLC, no caso de se deparar com situações de inexistência/insuficiência/ocultação de matéria de apreciação. (ANEXO V)

<sup>6</sup> Artigo 44º, nº2 do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16/11 (Estatuto Jurídico dos ROC)

<sup>7</sup> Artigo 44º, nº3 do Decreto-Lei nº487/99, de 16/11 (Estatuto Jurídico dos ROC)

## CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

### 3.1. Caracterização das Atividades Desenvolvidas

Durante o período de estágio, acompanhei e desenvolvi trabalho em diversos clientes da entidade acolhedora, clientes de áreas de atividade distintas, nomeadamente do ramo da construção, madeiras, metalúrgica, alimentar e automóvel.

O trabalho desenvolvido vai ser descrito em profundidade nos pontos seguintes, cingindo-se a uma empresa específica do ramo alimentar, mais concretamente, do comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos. De salientar que apesar do relatório abordar esta empresa em particular, com características e procedimentos específicos à sua atividade. No entanto, os procedimentos gerais utilizados, bem como o trabalho realizado, é idêntico para todos os clientes da entidade acolhedora.

Assim, o trabalho desenvolvido começa normalmente pelo planeamento de todo o trabalho de auditoria, através da análise histórica da atividade da empresa em causa, nomeadamente através da revisão analítica global, que consiste na comparação trimestral/anual dos valores históricos da contabilidade (Ativos e Passivos), e histórico de rácios.

No planeamento é definido também a natureza e oportunidade do compromisso, bem como ainda é feito um levantamento do controlo interno da empresa, de forma a definir o grau de confiança neste. São ainda identificadas as políticas contabilísticas utilizadas pelo cliente.

Como trabalho final associado ao planeamento, está a definição do risco e as suas particularidades, a identificação da materialidade e identificação das áreas significativas, papéis de trabalho e obtenção de prova.

Em suma todo o trabalho inicial efetuado, relativo a esta empresa em particular está descrito no planeamento (ANEXO VI), do qual resulta os programas de trabalho e plano de abordagem para cada área considerada relevante ou significativa.

Torna-se assim necessário, a obtenção de prova e a elaboração realização de papéis de trabalho, com o intuito de demonstrar que as demonstrações financeiras da empresa apresentam de forma verdadeira e apropriada a sua situação à data de 31 de Dezembro. Os pontos seguintes descrevem a análise efetuada área a área no trabalho de auditoria financeira.

### 3.1.1. Papéis Trabalho e Prova

De acordo com o planeamento, as áreas significativas assinaladas conforme se pode verificar no quadro seguinte, são aquelas sobre as quais vou exemplificar todo o trabalho desenvolvido para cada uma delas.

O quadro nº3 ilustra o nível de risco setorial por asserção e para cada área de trabalho. A definição do risco atribuído, resulta da análise e preenchimento de questionários de controlo interno, que avaliam as respetivas asserções (Plenitude; Existência; Mensuração e Valorização). Em complemento a esta informação é definida o nível de materialidade a aplicar resultando as áreas significativas a analisar.

ACESSO	ÁREAS DE AUDITORIA	Risco Global	Risco Sectorial por Asserção				Perfil de Risco				Significância		
			P	E	M	V	P	E	M	V	Valor	Áreas Signif.	
A	Goodwill e outros activos intangíveis	Médio										0,0	<input type="checkbox"/>
B	Activos fixos tangíveis (Inclui recursos minerais)		B	B	B	B	M	M	M	M		35,4	<input checked="" type="checkbox"/>
C	Propriedades de investimento											0,1	<input type="checkbox"/>
D	Inventários e activos biológicos		M	B	M	M	M	M	M	M		141,6	<input checked="" type="checkbox"/>
E	Clientes, vendas e prestações de serviços		B	B	B	B	M	M	M	M		145,5	<input checked="" type="checkbox"/>
F	Outras contas a receber e a pagar		B	B	B	B	M	M	M	M		2,0	<input checked="" type="checkbox"/>
G	Accionistas (Sócios) e outras partes relacionadas											0,0	<input type="checkbox"/>
H	Activos não correntes detidos para venda											0,0	<input type="checkbox"/>
I	Investimentos financeiros											0,2	<input type="checkbox"/>
J	Instrumentos financeiros mensurados justo valor											0,0	<input type="checkbox"/>
K	Caixa, depósitos bancários e outros equiv. caixa		B	B	B	B	M	M	M	M		4,4	<input checked="" type="checkbox"/>
L	Diferimentos, imp. diferidos e cont. construção		B	B	B	B	M	M	M	M		2,9	<input checked="" type="checkbox"/>
M	Fornecedores, compras e fornecimentos		B	B	M	M	M	M	M	M		33,0	<input checked="" type="checkbox"/>
N	Pessoal e benefícios dos empregados		B	B	B	B	M	M	M	M		8,4	<input checked="" type="checkbox"/>
O	Financiamentos obtidos		B	B	B	B	M	M	M	M		34,2	<input checked="" type="checkbox"/>
P	Provisões e matérias ambientais											0,0	<input type="checkbox"/>
Q	Estado e outros entes públicos e Impostos		B	B	B	B	M	M	M	M		1,3	<input checked="" type="checkbox"/>
S	Capital próprio		B	B	B	B	M	M	M	M		27,2	<input checked="" type="checkbox"/>
V68	Outros gastos e perdas											0,5	<input type="checkbox"/>
V69	Gastos e perdas de financiamento											0,2	<input type="checkbox"/>
V75	Subsídios à exploração											0,0	<input type="checkbox"/>
V78	Outros rendimentos e ganhos											0,0	<input type="checkbox"/>
V79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares											0,0	<input type="checkbox"/>
Z	Responsabilidades, contingências, continuidade											0,0	<input type="checkbox"/>

Quadro nº 3 Áreas Significativas  
(Fonte: software DRAI3 - empresa FREEZEFISH, S.A.)



## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A conta de **Ativos Fixos Tangíveis** reflecte “*as quantias escrituradas referentes aos itens tangíveis da entidade que têm como finalidade o uso na produção, o fornecimento de bens ou serviços, o arrendamento a outros ou para fins administrativos, e se espera que sejam usados durante mais do que um período*”<sup>8</sup>.

Por norma, os ativos ligados á exploração da empresa são sujeitos a desgaste, esse evidenciado na conta de Depreciações do Exercício e Acumuladas. O período de vida útil dos ativos é normalmente calculado de acordo com as taxas de depreciação do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

O primeiro trabalho efetuado nesta área foi, através dos balancetes trimestrais, verificar a evolução do ativo fixo tangível, identificando o montante dos abates/alienações e aquisições para o mesmo período (ANEXO VII). Em sede de trabalho de campo, estas “entradas” e “saídas” eram confirmadas através da análise dos documentos que as suportassem, por exemplo faturas, ficha dos bens, e autos de abate, analisando todos os procedimentos contabilísticos que lhes estavam implícitos, assim como através da conferência física dos bens.

Ainda dentro desta área, era dada especial relevância à contabilização das mais e menos-valias e às suas implicações fiscais, particularmente ao nível da modelo 22 do IRC (ANEXO VIII). Eram solicitadas as listagens de alienações/abates e os mapas fiscais (ANEXO IX), com o intuito de averiguar o cálculo, das mais/menos-valias contabilísticas e fiscais, tal como é exemplificado de seguida.

<sup>8</sup> §6 da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis

<b>Descrição do Bem</b>	Viatura VU-62-22
<b>Data de Aquisição</b>	2011
<b>Valor de Aquisição</b>	958,30€
<b>Amortizações Acumuladas</b>	574,98€
<b>Taxa de Amortização</b>	25%
<b>Valor contabilístico</b>	382,32€ (958,3-574,98)
<b>Valor de realização</b>	173,25
<b>Menos-valia contabilística</b>	210,07€ (382,32-173,25)
<b>Coefficiente de desvalorização</b>	1,03 <sup>9</sup>
<b>Menos-valia fiscal</b>	221,57€ (v.c.*coef -v. r.= 383,32*1,03-173,25)

Quadro nº 4 Dados do exemplo das menos-valias contabilísticas e fiscais (Fonte: elaboração própria)

No exemplo anterior o bem não se encontrava totalmente amortizado. Tendo em consideração o ano de aquisição do mesmo, desta venda advêm diferenças entre o valor contabilístico e o fiscal. Aplicando o coeficiente de desvalorização ao valor contabilístico, obteve-se uma menos-valia fiscal de **221,57€**, enquanto a contabilística assume o valor de **210,07€**. No preenchimento da Modelo 22 (quadro 07), estas diferenças terão de ser consideradas.

Assim, deverá ser acrescido à modelo 22, no quadro 7, o valor da menos-valia contabilística (no campo 736).

No caso de se verificar uma mais-valia, e caso exista reinvestimento do valor realizado o tratamento é o disposto no artigo n.º48 do Código do IRC, ou seja, o valor da mais-valia contabilística deverá ser deduzido no campo 767, e deverá ser acrescido o valor da mais-valia fiscal: na totalidade, no caso de não haver reinvestimento (campo 739) ou metade, no caso de haver expressa intenção de reinvestimento (campo 740).

Ao nível das depreciações do exercício, eram testadas as taxas aplicadas, recorrendo ao Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 Setembro.

Por fim, era verificada a existência de “cobertura” de seguros, através de uma circularização enviada às seguradoras da FREEZEFISH, processo que será aprofundado mais à frente no relatório.

<sup>9</sup> Portaria nº 376/2013 Diário da República, 1.ª série — N.º 252 — 30 de dezembro de 2013



## INVENTÁRIOS, ATIVOS BIOLÓGICOS E PRODUÇÃO E CUSTOS

De acordo com a NCRF 18, os inventários englobam bens comprados e detidos para revenda, bens acabados produzidos, ou trabalhos em curso que estejam a ser produzidos pela entidade e incluem materiais e consumíveis aguardando o seu uso no processo de produção. Devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários deve incluir todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O trabalho realizado nesta área incidiu essencialmente em comprovar a razoabilidade dos saldos das contas que o integram, bem como a sua correta apresentação e valorização.

Assim os objetivos específicos foram:

- ❖ Confirmação da existência física dos bens, da quantidade e dos registos, através da contagem, aleatória de diversos artigos a uma determinada data, normalmente com a referência a 31 de Dezembro;
- ❖ Teste à valorização (Quadro nº 6) dos bens e análise de imparidade subjacentes nomeadamente de bens com pouca rotação, obsoletos ou defeituosos, e teste ao preço médio dos mesmos.

Artigos		N.º cartão ou Folha de Contagem	Contagem		
Código	Designação		Unidade de contagem	Empresa	Auditor
3210200300EO	Pota Média E0 (pota nº0)		kg	76.934,70	76.934,70
32102003PGEO	Pota Grande EO (pota nº1)		kg	53.781,00	53.781,00
32103008VIEI	Ameijoia Vietnamita		kg	6.428,00	6.428,00
3510120400EI	Sardinha		kg	118.536,00	118.536,00
321010010AEO	Pescada 0 Argentina		kg	23.139,00	23.139,00
321010011AEO	Pescada 1 Argentina		kg	17.974,00	17.974,00
321010012AEO	Pescada 2 Argentina		kg	27.241,00	27.241,00
321010013AEO	Pescada 3 Argentina Env EO		kg	44.247,00	44.247,00
321010013CEO	Pescada 3 Chile		kg	4.010,00	4.010,00
32101001H3EO	Pescada 3 África do Sul		kg	9.994,00	9.994,00

Quadro nº 5 Teste às Contagens

Designação	Mercadorias Existentes em armazém			Última Entrada			CMP		
	Qtd	CMP	V. Total	Qtd.	V. Unit.	V. Total	Nosso Cálculo	Cálculo da Empresa	Valorização do Desvio
Pota Média EO (pota nº0)	66.712,70	1,512	100.869,60	10.222,00	1,5	15.333,00	1,51 €	1,51 €	- €
Pota Grande EO (pota nº1)	32.093,00	1,93	61.939,49	21.688,00	1,75	37.954,00	1,75 €	1,75 €	- €
Ameijoas Vietnamita	4.028,00	1,922	7.741,82	2.400,00	1,95	4.680,00	1,95 €	1,95 €	- €
Sardinha	103.956,00	1,16	120.692,92	14.580,00	1,2966	18.904,86	1,30 €	1,30 €	- €
Pescada 0 Argentina	18.000,00	2,024	36.432,00	5.139,00	2,05	10.534,95	2,05 €	2,05 €	- €
Pescada 1 Argentina	14.992,00	2,137	32.037,90	2.982,00	2,15	6.411,30	2,15 €	2,15 €	- €
Pescada 2 Argentina	27.000,00	2,315	62.505,00	241,00	2,35	566,35	2,35 €	2,35 €	- €
Pescada 3 Argentina Env EO	29.209,00	2,359	68.904,03	15.038,00	2,35	35.339,30	2,35 €	2,35 €	- €
Pescada 3 Chile	3.500,00	4,434	15.519,00	510,00	3,67	1.871,70	3,67 €	3,67 €	- €
Pescada 3 África do Sul	9.800,00	2,75	26.950,00	194,00	2,75	533,50	2,75 €	2,75 €	- €

#### Quadro nº 6 Teste à Valorização



### CLIENTES, VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os procedimentos substantivos são realizados com o objetivo de se detetarem as distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. Nesta área, o **processo de circularização de saldos de terceiros** surge como principal ação específica. Este processo permite averiguar se os montantes que constam no balanço representam efetivamente os créditos legítimos da empresa sobre terceiros.

A primeira etapa e após análise das contas de terceiros, era seleccionar uma amostra mínima e representativa de 60% do total do saldo de clientes. O critério de seleção utilizado era normalmente, os saldos de grande valor, os saldos acumulados significativos e os saldos contra natura. A data de referência é por norma a 31 de Dezembro.

Após esta seleção eram efetuados os seguintes passos:

- ❖ Pedido de contatos e extratos de conta corrente à data dos clientes seleccionados;
- ❖ Inserir os dados no programa de Circularização;
- ❖ Criação das cartas através do programa interno de **Circularização** (ANEXO X);
- ❖ Envio das cartas para os terceiros com os respetivos extratos;

Receção das respostas enviadas pelos clientes, onde eram introduzidas as respostas na mesma base de dados, permitindo um controlo do desenrolar do processo de circularização. A resposta recebida do cliente assumia uma das seguintes situações:

### 1) **Resposta concordante**

Nesta situação, tinha de verificar a existência de assinatura na resposta do cliente e do saldo corrente. Caso estivesse tudo em conformidade, a resposta era considerada como concordante, e pronta para ser arquivada no Dossier de Circularizações.

### 2) **Resposta discordante**

Sempre que o cliente não confirmasse o saldo, era necessário proceder à reconciliação das contas (ANEXO XI), apurando-se os documentos que contribuía para a diferença. Estas diferenças eram analisadas envolvendo o contabilista, questionando-o sobre a justificação para esta divergência.

### 3) **Sem Resposta**

Por vezes não foi possível obter resposta dos clientes, mesmo após insistência telefónica e via *e-mail*. Nestes casos, eram efetuados **Procedimentos Alternativos** (ANEXO XII), que se iniciavam com a identificação dos documentos que compunham o saldo final à data de circularização, sendo, posteriormente, identificada a existência de suporte documental. Eram, também, solicitados os extratos das contas do cliente em causa, desde a data de circularização até ao momento, com intuito de averiguar a regularização do saldo.

Além deste processo, eram realizados procedimentos substantivos (ANEXO XIV) para verificar o adequado processamento contabilístico e a existência de suporte documental, através da análise dos extratos de *Vendas e Prestação de Serviços*, onde eram selecionados documentos de forma aleatória para serem averiguados na visita à empresa, nomeadamente, faturas, notas de débito, notas de crédito, entre outras. Neste processo era dada ainda atenção às implicações fiscais nomeadamente taxas e valores de IVA aplicadas.

No final de todo este processo, era elaborado um resumo da circularização (ANEXO XIII), onde era possível, entre outros, identificar a percentagem de respostas obtidas e a concordância dos saldos.

**OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR**

Os principais procedimentos de auditoria subjacentes a esta área resumem-se ao processo de circularização descrito na área anterior. Neste contexto era dada especial atenção aos saldos credores e devedores existentes entre empresas com relações especiais, ou seja, do mesmo grupo.

**CAIXA, DEPÓSITOS BANCÁRIOS E OUTROS EQUIV. DE CAIXA**

Conforme estipulado no SNC *“esta classe destina-se a registar os meios financeiros líquidos que incluem quer dinheiro e depósitos bancários quer todos os ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor, cujas alterações sejam reconhecidas na demonstração de resultados”*<sup>10</sup>.

Os papéis de trabalho envolvidos na área dos Meios Financeiros Líquidos incidem, fundamentalmente, nas contas de Depósitos Bancários. Na análise destas contas foram realizadas confirmações de saldos junto dos bancos, através do processo de circularização descrito anteriormente (ANEXO XV).

Além deste procedimento era solicitada à empresa as reconciliações bancárias (ANEXO XVI) trimestrais de todos os bancos, onde a informação recolhida era cruzada com as respostas resultantes do processo de circularização no final do ano.

Ainda no que diz respeito às reconciliações, era verificado se as mesmas estavam aritmeticamente corretas, se os valores coincidiam com os constantes nos extratos bancários e na contabilidade, assim como a antiguidade das diferenças (se existentes). Tendo em conta que é normal existirem discrepâncias temporárias (devido, por exemplo, a pagamentos em trânsito), era tida especial atenção às que se referiam a períodos mais antigos. Neste contexto, e junto dos responsáveis pela elaboração das reconciliações, era verificado se as mesmas já se encontravam regularizadas.

Ainda dentro desta área assistia às contagens de caixa com referência a uma determinada data.

<sup>10</sup> § 43 - Notas de Enquadramento do SNC



## DIFERIMENTOS

O SNC refere que “os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram”<sup>11</sup> (pressuposto subjacente ao regime do acréscimo). Desta forma os procedimentos utilizados nesta área tinham como objectivo a verificação deste princípio contabilístico, nomeadamente, através da análise da periodicidade de rubricas específicas, como por exemplo os seguros, juros de empréstimos e estimativa de salários.

No exemplo seguinte apresenta-se o papel de trabalho usado para testar neste caso em particular juros e seguros.

Banco	Período dos Juros		Nº Dias			Valor dos Juros Ilíquidos		
	Início	Fim	Total	2013	2014	Total	2013	2014
<b>Curto Prazo</b>			0	0	0		0,00	0,00
<b>Conta Corrente</b>			0	0	0		0,00	0,00
Banco BIC (ex-BPN) - 7241	10 dez 13	10 mar 14	90	21	69	3.479,41	811,86	2.667,55
Banco Popular (10948)	26 dez 13	26 jan 14	31	5	26	2.218,87	357,88	1.860,99
Banif (3046)	13 nov 13	13 fev 14	92	48	44	63,38	33,07	30,31
			0	0	0		0,00	0,00

Quadro nº 7 Especialização de Juros

Seguradora	Ramo	Período do Seguro		Nº Dias			Valor do Prémio		
		Constituição	Vencimento	Total	2013	2014	Total	2013	2014
AXA	Automóvel	25 mai 13	24 mai 14	364	220	144	365,25	220,76	144,49
Fidelidade	Automóvel	09 fev 13	08 fev 14	364	325	39	680,90	607,95	72,95
Tranquilidade	Multiriscos	08 ago 13	07 ago 14	364	145	219	1.230,37	490,12	740,25
				0	0	0		0,00	0,00

Quadro nº 8 Especialização de Seguros

Como é possível verificar, embora o pagamento seja efetuado durante o ano de 2013, parte deste gasto deveria ser reconhecido apenas em 2014, na conta de Gastos a Reconhecer.

Assim, eram analisados os documentos pertinentes cuja periodicidade respeitasse a mais do que um exercício, com intuito de se identificar ou não o cumprimento do princípio do acréscimo e identificar as diferenças que pudessem existir. Caso a empresa não aplicasse este princípio era alertada para este facto e se as diferenças eram ou não materialmente relevantes. Ainda nesta área, era analisado o acréscimo da estimativa de férias e subsídio de férias era testada a sua

<sup>11</sup> §22 da Estrutura Conceptual do SNC

razoabilidade, tendo por base, normalmente, o mês de Dezembro, incluindo os encargos sociais e seguros de acidentes trabalho.



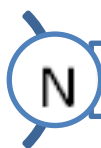
## **FORNECEDORES, COMPRAS E FORNECIMENTOS**

Os procedimentos realizados nesta área, são semelhantes aos realizados para a área de Clientes e Vendas, no que diz respeito ao processo de circularização de saldos de terceiros (ANEXO XVII a XX).

Além destes procedimentos, eram analisadas de forma aleatória e por amostragem algumas aquisições de compras (conta 31), e de fornecimentos e serviços externos (FSE) (conta 62).

Para a análise destas rúbricas era solicitado à empresa os respetivos extratos de compras e de FSE's a uma respetiva data, que serviam de base à seleção para se efetuar os respetivos procedimentos substantivos, conforme papel de trabalho (ANEXO XXI).

A realização destes procedimentos substantivos, têm como principal objetivo verificar o adequado processamento contabilístico e a existência de suporte documental, nomeadamente, faturas, notas de débito, notas de crédito, entre outras. Neste processo era dada ainda especial atenção às implicações fiscais em particular o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), nomeadamente na conta de combustíveis e de conservação e reparação. Esta verificação tinha como base a lista de viaturas da empresa (retirada do site das finanças), onde consta as características das mesmas, e desta forma concluir sobre o disposto no artigo 21º do CIVA (*exclusões do direito à dedução*).



## PESSOAL E BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Nesta rúbrica do passivo, parte do trabalho passava por testar as taxas aplicadas ao nível do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)<sup>12</sup> e da Segurança Social, assim como os respetivos montantes entregues. Nesse sentido era realizado o denominado “*Teste ao Pessoal*”, com referência a uma determinada data. Para isso era solicitada à empresa uma listagem de pessoal na qual conste o cadastro fiscal (nome; estado civil; nº de dependentes; deficiência) e a taxa de segurança social aplicável. Posteriormente eram selecionados, aleatoriamente, alguns trabalhadores, com o intuito de testar a correta aplicação das taxas e descontos conforme o papel de trabalho do (Quadro nº 9).

Na realização deste teste era necessário ter em atenção algumas particularidades, nomeadamente, os limites diários do subsídio de alimentação (4,27€/dia e 6,83€ no caso de receber em vale de refeição), onde o excedente concorre para o valor de tributação. No que diz respeito a ajudas de custo, estas assumem dois tipos: valor diário atribuído ao funcionário (69,19€/dia); e valor atribuído por deslocação em viatura própria (0,36€/km). Os valores pagos acima destes montantes concorrem para o rendimento do indivíduo. Estas ajudas de custo estão sujeitas a tributações autónomas em sede de IRC da empresa, (parte que não é tributada em sede de IRS do trabalhador) conforme estipulado no artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Além do trabalho descrito, era ainda realizado um teste global às remunerações, que podia ser referente a um determinado mês, ou à totalidade das remunerações auferidas no ano, de forma a testar a razoabilidade dos encargos processados, denominado NS4 (quadro nº 10).

<sup>12</sup> Tabela de Retenções – fonte: Portal das Finanças

Nome Trabalhador	Remuneração Base	Subsídio de Férias / Natal	Outros Subsídios	Isenção Horária	Exced. S. Refeição	Total de Incidência S/ Sub. Férias	Taxa IRS (Nosso Cálculo) Sub. Natal / Salário Base	IRS (N/ Cálculo)	IRS do Recibo	DIF. <sup>a</sup>	Seq. Social (N/Cálculo)	S.S. Recibo	DIF. <sup>a</sup>	Sobretaxa (N/ Cálculo)	Sobretaxa do Recibo	DIF. <sup>a</sup>
Manuel Agostinho Catalão	529,00 €		31,80 €	132,25 €	12,30 €	705,35 €	0,00%	7,00 €	7,00 €	0,00 €	77,59 €	77,59 €	0,00 €	4,00 €	4,00 €	0,00 €
Luis da Visitação Afonso	529,00 €			132,25 €	23,37 €	684,62 €	0,00%	51,00 €	51,00 €	0,00 €	75,31 €	75,31 €	0,00 €	2,00 €	2,00 €	0,00 €
Joao de Sousa Almeida	529,00 €				23,37 €	552,37 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,76 €	60,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Baltazar Correia dos Santos	529,00 €				23,37 €	552,37 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	41,43 €	41,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Armando José M. de Almeida	840,00 €			210,00 €	23,37 €	1.073,37 €	0,00%	107,00 €	107,00 €	0,00 €	80,50 €	80,50 €	0,00 €	14,00 €	14,00 €	0,00 €
Fernando Serafim Pereira Pinto	529,00 €				23,37 €	552,37 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00 €	60,76 €	60,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Jorge Manuel de Matos Ferreira Paula	529,00 €			132,25 €	4,37 €	665,62 €	0,00%	33,00 €	33,00 €	0,00 €	73,22 €	73,22 €	0,00 €	2,00 €	2,00 €	0,00 €
Hugo Manuel Henriques Ferreira	529,00 €			132,25 €	15,99 €	677,24 €	0,00%	37,00 €	37,00 €	0,00 €	74,50 €	74,50 €	0,00 €	2,00 €	2,00 €	0,00 €
Vasco Joaquim Santos Paiva	840,00 €			210,00 €	23,37 €	1.073,37 €	0,00%	155,00 €	155,00 €	0,00 €	118,07 €	118,07 €	0,00 €	11,00 €	11,00 €	0,00 €
Agostinho Henriques Viegas	590,00 €				23,37 €	613,37 €	0,00%	30,00 €	30,00 €	0,00 €	67,47 €	67,47 €	0,00 €	1,00 €	1,00 €	0,00 €
José Carlos Ferreira Marques	670,00 €		167,50 €		9,49 €	846,99 €	0,00%	50,00 €	50,00 €	0,00 €	93,17 €	93,17 €	0,00 €	7,00 €	7,00 €	0,00 €
Paulo Jorge Coelho Cardoso	650,00 €				18,45 €	668,45 €	0,00%	3,00 €	3,00 €	0,00 €	73,53 €	73,53 €	0,00 €	3,00 €	3,00 €	0,00 €
Alcino Moreira Barros	1.180,00 €			295,00 €	23,37 €	1.498,37 €	0,00%	172,00 €	172,00 €	0,00 €	164,82 €	164,82 €	0,00 €	23,00 €	23,00 €	0,00 €

Quadro nº 9 Teste aos Gastos com o Pessoal

<b>CLIENTE :</b> FREEZEFISH, S.A.		<b>ANO:</b> 2013		<b>NS4</b>	
<b>SECÇÃO:</b> TESTE GLOBAL AOS ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES					
<b>Prep. Por:</b>		<b>Data:</b>		Revisto por:	
Base de incidência (Decreto-Lei nº 140/D 86 de 14 de Junho)				Data:	
Denominação	Conta	dez-13		dez-12	
		Orgãos Sociais	Restante Pessoal	Orgãos Sociais	Restante Pessoal
Remunerações dos corpos gerentes					
Ordenados e salários		28.000,00	258.987,34		
Diuturnidades					
Comissões					
Bónus			988,20		
Prémios (rendimento, prod., assiduidade., cobr., condução, etc.)			3.067,34		
Horas extraordinárias					
Trabalho em feriados e folgas					
Subsidio de férias					
Subsidio de Natal			7.024,45		
Participação nos lucros da Empresa					
Subsídios (penosidade, perigo, intemp. etc.)					
Isenção de horário de trabalho			5.098,10		
Subsidio de residenc., renda de casa, etc.					
Remuneração do período de suspensão do trabalho com perda de Retribuição como sanção disciplinar					
Prestações de pre-reforma					
Indemnização por despedimentos s/justa causa					
Indemnização por cessão de cont. a prazo					
Ordenados (16,4% a cargo da entidade patronal)					
<b>Total das remunerações sujeitas a contribuições</b>		<b>28.000,00</b>	<b>275.165,43</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Percentagem dos encargos para a Segurança Social</b>		23,75%	23,75%	20,30%	23,75%
Cálculo pela SROC		6.650,00	65.351,79	0,00	0,00
Valores contabilizados (conta 635)		6.650,00	65.350,12		
Diferença para Mais ou para ( Menos )		<b>0,00</b>	<b>1,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Quadro nº 10 Teste Global às contribuições para a Segurança Social (NS4)



## FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os passivos financeiros são parte integrante do capital alheio e constituem uma fonte de financiamento externa. Estes recursos não são provenientes do ciclo da exploração da empresa, ou seja, são originados em operações de natureza financeira.

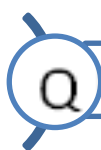
Existem dois critérios de classificação destes passivos, o primeiro prende-se com a duração, ou seja, de curto prazo ou de médio/longo prazo e o outro com a sua finalidade, ou seja, com a sua natureza económica. Portanto, temos passivos financeiros de financiamento e passivos financeiros de funcionamento. Os primeiros caracterizam-se por financiar uma dada operação (por exemplo um projeto de investimento para aquisição de um determinado imobilizado), os segundos definem-se como passivos que visam suprir as necessidades correntes da empresa (por exemplo uma conta corrente caucionada).

Assim nesta área incluem-se todos os financiamentos obtidos (conta 25), nomeadamente empréstimos bancários, locações financeiras e contas correntes caucionadas. O principal objetivo é determinar se os saldos evidenciados nestes passivos financeiros são legítimos, se estão devidamente valorizados, se correspondem aos empréstimos contraídos pela empresa e se não existem passivos não reconhecidos.

Portanto, para apurar a veracidade das respetivas quantias contabilizadas, era solicitado à empresa um balancete da conta 25 com referência a 31 de Dezembro, cruzando esta informação com as respostas dos bancos (fruto do processo de circularização - ANEXO XV), sendo assim possível confirmar se o saldo na contabilidade correspondia efetivamente ao capital em dívida inscrito nos extratos bancários. Com o mesmo fim, eram também enviadas cartas de circularização às locadoras financeiras (ANEXO XXII). Como complemento a este processo era solicitado ainda à empresa o Mapa da Responsabilidade de Crédito, proveniente do Banco de Portugal.

No dossier permanente encontram-se arquivados, no ponto 4, os contratos dos financiamentos obtidos, sejam eles empréstimos bancários ou locações financeiras.

Ainda nesta área era tido em atenção o princípio do acréscimo, nomeadamente ao nível da periodicidade dos juros, sendo que, para tal, era solicitado à empresa os avisos de lançamento ou recibos das últimas prestações dos financiamentos por amortizar, a fim de se conferir essa periodicidade. Consequentemente, caso não houvesse necessidade de diferir os gastos, os juros eram contabilizados como gasto do exercício, analisando-se a respetiva contabilização.

**ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E IMPOSTOS**

Nesta área eram testados os pagamentos ao Estado e à Segurança Social, assim como era verificado se os valores submetidos e declarados coincidiam com a contabilidade.

Inicialmente era recolhida do portal das Finanças (*password* cedida pelas empresas) toda a documentação necessária para testar os pagamentos ao Estado: Pagamentos Antecipados de IRC, Declarações de Retenções na Fonte de IRS/IRC e Imposto de Selo e ainda as Declarações Periódicas do IVA, normalmente referentes aos períodos de Março, Junho, Setembro e Dezembro. Esta informação era cruzada com os extratos da contabilidade fornecidas pela empresa, em particular os seguintes:

<b>Conta</b>	<b>Designação</b>
<b>24.1</b>	Imposto sobre o rendimento
<b>24.2</b>	Retenção de impostos sobre rendimentos
<b>24.3.5</b>	IVA – Apuramento
<b>24.3.6</b>	IVA – A pagar
<b>24.3.7</b>	IVA – A recuperar
<b>24.5</b>	Contribuições para a Segurança Social

Quadro nº 11 Extratos de conta solicitados para a área Q (Fonte: elaboração própria)

Com base na modelo 22 do período anterior (2012), era realizado o teste aos pagamentos por conta e especial por conta. Para o efeito era utilizado o papel de trabalho (ANEXO XXIII) que, após a introdução de alguma informação constante na modelo 22 do período anterior, realizava, automaticamente, os respetivos planos de pagamentos. A partir deste cálculo, e com base na informação já recolhida, era possível verificar se os pagamentos teriam sido efetuados nos prazos legais e pelos montantes devidos.

No que diz respeito à retenção de impostos sobre rendimentos, estes são respeitantes a rendimentos de trabalho dependente, independente e prediais. O teste aos valores contabilizados nestas contas estão relacionados com os procedimentos descritos na área N, que em suma era a verificação das taxas aplicadas aos montantes recebidos/pagos. Deste modo, conjuntamente com a informação recolhida no portal das finanças e com o extrato da conta 24.2, era verificado se a retenção era feita corretamente e se os valores submetidos coincidiam com os constantes nesse

mesmo extrato. No que concerne aos rendimentos prediais, os valores recebidos eram contabilizados como proveitos na classe 7, onde se verificava se a retenção era efetuada de acordo com a legislação aplicável.

No que diz respeito ao IVA, era testado o apuramento deste imposto, verificando os valores apresentados e a contabilização nos respetivos campos da declaração de IVA (ANEXO XXIV). No final, haveria lugar a imposto a entregar ao Estado ou imposto a recuperar. Mais uma vez, o grande objetivo era averiguar se os valores apurados e declarados correspondiam aos movimentos do mês a que reportavam, assim como, no caso de dar origem a pagamento de imposto, se o mesmo teria sido efetuado nos prazos legais, com base no respetivo comprovativo.

No que diz respeito às contribuições para a Segurança Social, o objetivo era confirmar, mais uma vez, se os valores submetidos correspondiam aos registados na contabilidade (procedimentos descritos na área N).

Importa ainda referir que, a par dos restantes documentos, eram requeridas as “Certidões de não dívida” ao Estado e à Segurança Social.



## CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio é o valor contabilístico de uma empresa numa determinada data, ou seja, é a diferença entre os seus ativos e os seus passivos. O capital pode ser classificado como realizado ou não realizado, e é constituído pelas entradas dos sócios, pelos resultados gerados pela empresa, revalorizações, subsídios, doações e ajustamentos em investimentos financeiros.

O objetivo da auditoria nesta área é obter evidência sobre as transações e os saldos, e se a sua apresentação foi efetuada de acordo com os normativos legais, nomeadamente, os seguintes:

- ❖ As contas de capital são movimentadas tendo em atenção os estatutos da sociedade e as deliberações da assembleia geral, nomeadamente, aumentos/diminuições de capital, distribuição de resultados e aplicação de reservas;
- ❖ Os subsídios foram corretamente imputados a capital e a rendimentos tendo por base a **vida útil do bem**;
- ❖ As variações nos capitais próprios das empresas subsidiárias e associadas estão adequadamente refletidas;
- ❖ A realização das reservas de reavaliação está a ser adequadamente imputada a resultados transitados;
- ❖ As reservas legais, segundo o artigo 295.º CSC nº1 refere que *“Uma percentagem não inferior à vigésima parte (5%) dos lucros da sociedade é destinada à constituição da reserva legal e, sendo caso disso, à sua reintegração, até que aquela represente a quinta parte do capital social”*.
- ❖ Análise dos movimentos ocorridos em resultados transitados, e se os mesmos são originados ou não por regularizações não frequentes ou de grande significado;
- ❖ Análise do disposto no artigo 35º do CSC - Perda de metade do Capital Social. (origina uma ênfase na CLC)

Desta forma, a análise de todas as particularidades referidas eram resumidas de acordo com o papel de trabalho (quadro nº 12), juntamente com toda a informação considerada pertinente para análise e conclusões desta área, nomeadamente, extratos de contas, atas da assembleia e lançamentos contabilísticos.

<b>CLIENTE:</b> FREEZEFISH, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	<b>SS4</b>
<b>Secção:</b> Variações nos Capitais Próprios			<b>Ano:</b> <b>2013</b>

CONTAS	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Capital	130.000,00			130.000,00
<b>52 Acções (Quotas) Próprias</b>				
521 Acções (Quotas) Próprias - Valor Nominal	0,00			0,00
522 Acções (Quotas) Próprias - Descontos e Prémios	0,00			0,00
	<b>130.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>130.000,00</b>
53 Outros Instrumentos do Capital Próprio (Prest. Suplementares)	0,00			0,00
54 Prémios de Emissão de Acções (Quotas)	0,00			0,00
<b>55 Reservas</b>				
551 Reservas Legais	43.597,64	5.072,40		48.670,04
552 Reservas Estatutárias	0,00			0,00
553 Reservas Contratuais	0,00			0,00
554 Reservas Livres	0,00			0,00
<b>57 Ajustamentos em Activos Financeiros</b>				
571 Método de Equivalência Patrimonial				
5711 Ajustamentos de Transição	0,00			0,00
5712 Lucros não Atribuídos	0,00			0,00
5713 Outras Variações nos Cap. Próprios das Participadas	0,00			0,00
<b>58 Excedentes de Revalorização de Activos Fixos</b>				
581 Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00			0,00
5811 Antes de Imposto sobre Rendimento	0,00			0,00
5812 Impostos Diferidos	0,00			0,00
589 Outros Excedentes				
5891 Antes de Imposto sobre Rendimento	448.880,99		2.539,36	446.341,63
5892 Impostos Diferidos	0,00			0,00
<b>59 Outras Variações no Capital Próprio</b>				
591 Diferenças de Conversão de Dem. Financeiras	0,00			0,00
592 Ajustamentos por Impostos Diferidos	0,00			0,00
593 Subsídios e Doações	0,00			0,00
599 Outras	0,00			0,00
	<b>492.478,63</b>	<b>5.072,40</b>	<b>2.539,36</b>	<b>495.011,67</b>
56 Resultados Transitados	787.558,35	98.914,92		<b>886.473,27</b>
56 Resultados Transitados - Reserv. Reav. Realizadas				
88 Resultado Líquido do Exercício	101.447,96	93.450,10	101.447,96	<b>93.450,10</b>
89 Dividendos Antecipados	0,00			<b>0,00</b>
<b>T O T A L</b>	<b>1.511.484,94</b>	<b>197.437,42</b>	<b>103.987,32</b>	<b>1.604.935,04</b>

Reserva Legal	5%	5.072,40
Resultado Líquido		101.447,96
Reforçar a Reserva Legal ?? (até 20% do Capital Próprio)		<b>Não</b>
Resultado Distribuído		0,00

**CONCLUSÕES:**

O resultado do exercício de 2013, foi aplicado conforme deliberação da AG, datada de 31 de Março de 2013.

A referida acta encontra-se arquivada no dossier corrente de 2012 e no dossier permanente.

Impostos diferidos

**Quadro nº 12 Variações no Capital Próprio**

## CAPÍTULO IV – ANÁLISE CRÍTICA

A Revisão Legal de Contas/Auditoria está associada a uma dinâmica e volumosa quantidade de matérias, técnicas e legislativas, a que o ROC/Auditor se encontra obrigado a dominar, de forma a organizar os processos e proteger os legítimos interesses dos seus clientes, ao mesmo tempo que acautela os seus próprios interesses e assume as suas responsabilidades perante terceiros.

Assim, creio que, depois dos conhecimentos adquiridos no decurso da minha formação académica, faltava esta importante experiência profissional para melhor estabelecer a relação entre o ensino e o desempenho nesta área profissional. Em suma, durante o meu percurso académico, por mais alertada que tenha sido, quer por professores, quer por alunos que já desempenhavam tarefas na área da auditoria, nada poderia ter maior valor acrescentado do que verificar, no terreno, o cumprimento das regras contabilísticas, a adoção de procedimentos e medidas de controlo interno.

Em resultado do acompanhamento da equipa de auditoria ao terreno, tive a oportunidade de, em particular, verificar o cumprimento de algumas asserções referidas no ponto 2.1 por parte dos clientes da SROC, nomeadamente através dos testes substantivos efetuados foi possível concluir que asserções como ocorrência, rigor e classificação eram cumpridos. Outra asserção constante ao longo do meu estágio foi a plenitude, fortemente relacionada com a circularização de saldos de terceiros. Foi ainda possível verificar asserções como a valorização, imputação/mensuração através do acompanhamento a contagens e verificações físicas efetuadas aos inventários de diversas empresas.

Por fim tive ainda a oportunidade de verificar asserções relativas à apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em particular a classificação e compreensibilidade e a plenitude, através da análise da informação divulgada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

Para a realização das tarefas desenvolvidas ao longo do estágio foi crucial o conhecimento adquirido ao longo da licenciatura e do mestrado, embora algumas disciplinas tenham tido mais impacto do que outras. Considero que as disciplinas que mais contribuíram para o desempenho das funções foram, práticas de auditoria financeira e a contabilidade financeira.

Dada a participação ativa nos diversos trabalhos de auditoria e perante as funções e responsabilidades que me foram delegadas, penso que consegui contribuir na Marques de

Almeida, J. Nunes, V. Simões e Associados - SROC, S.A. de forma positiva, pelo empenho que coloquei nas minhas tarefas, levando-as até ao final e pela boa relação interpessoal que mantive com os demais.

Fazendo um balanço do valor acrescentado ao longo do estágio, considero que esta oportunidade foi deveras enriquecedora a todos os níveis, pois além dos conhecimentos práticos e das competências adquiridas, tive a possibilidade de conhecer e estabelecer fortes ligações com os colegas, a quem, mais uma vez, quero agradecer por todos os ensinamentos, partilha de conhecimento e todo o apoio prestado.

## CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência da auditoria financeira é confirmar a credibilidade das demonstrações financeiras apresentadas pelos órgãos de gestão das empresas, tornando-as, assim, úteis para os utentes e utilizadores da informação financeira. Deste modo, ao revisor/auditor importa determinar se essas demonstrações financeiras refletem uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, tendo por base um vasto conjunto normativo.

A auditoria surgiu numa ótica de deteção de fraudes, evoluindo para um conceito de verificação das demonstrações financeiras, estando hoje em dia mais direcionada para a área de riscos futuros e para a capacidade da organização os diminuir, através de um adequado planeamento e controlo. Existe uma forte regulamentação neste setor de atividade, quer ao nível dos serviços, quer ao nível dos profissionais, tendo o auditor que obedecer a um vasto número de requisitos. O planeamento da auditoria, revela-se a fase mais importante do trabalho de auditoria, juntamente com avaliação da materialidade e risco. Tratando-se de um processo rigoroso, um bom planeamento é a base para um desenrolar adequado do mesmo. A materialidade e o risco são conceitos associados à (quase) impossibilidade do auditor analisar todas as contas e transações. A materialidade é, grosso modo, o conjunto de distorções existentes nas demonstrações financeiras. O risco, definido como a possibilidade que o auditor corre de dar uma opinião inapropriada das demonstrações financeiras, associa-se à materialidade. O processo de auditoria conclui-se com a emissão da CLC (ou Declaração de Impossibilidade de Certificação Legal das Contas), sendo que para que o auditor consiga corroborar a sua opinião nela presente, deverá conseguir recolher, durante o processo, prova suficiente e apropriada, materializada nos papéis de trabalho.

Portanto, a revisão/auditoria às contas e a outros elementos financeiros é fundamental para melhorar a transparência e garantir a credibilidade da informação financeira prestada pelas entidades, possibilitando, desta forma, aos utilizadores dessa informação tomarem decisões mais sustentadas. Com o crescente volume de escândalos e crises financeiras, a auditoria tem, cada vez, mais um papel fulcral na minimização do risco a este nível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Bruno, (2014), Manual de Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco, Escolar Editora, Lisboa

Almeida, Bruno, (Janeiro/Abril de 2013), Amostragem em Auditoria, Revista Revisores e Auditores (OROC)

Almeida, Rui M. P; Dias, Ana Isabel e Carvalho, Fernando (2010), *SNC Explicado*, ATF – Edições Técnicas

ARENS, Alvin, ELDER, Randal e BEASLEY, Mark (2007) Auditing and assurance services: na integrated approach, 12ª edição, Prentice Hall, New Jersey.

Carvalho, Pedro (Abril/Junho de 2013), Continuidade e Auditoria, Revista Revisores e Auditores (OROC)

COSTA, C. Baptista da, (2010), Auditoria financeira – teoria e prática, 9ª edição, Rei dos Livros, Lisboa.

Diretiva 2014/56/UE do Parlamento Europeu do Conselho de 16 Abril de 2014

Documentação interna e de Formação da Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Figueiredo, Óscar (Outubro/Dezembro de 2013), Os valores inseparáveis da profissão: Ética e Qualidade da Auditoria, Revista Revisores e Auditores (OROC)

Godinho, Carla (Julho/Setembro de 2012), O Sistema Interno de Controlo de Qualidade no exercício da atividade de Revisor Oficial de Contas (aplicação da ISQC1), Revista Revisores e Auditores (OROC)

Gomes, Emília (Janeiro/Março de 2014), A importância do Controlo Interno no Planeamento de Auditoria, Revista Revisores e Auditores (OROC)

MORAIS, Georgina e MARTINS, Isabel, (2013), Auditoria Interna – Processo e Função, 4ª edição, Lisboa, Áreas Editora.

Schilder, Arnold (Fevereiro de 2012), Ceticismo Profissional numa Auditoria de Demonstrações Financeiras, Revista Revisores e Auditores (OROC)

## CIBERGRAFIA

<http://www.oroc.pt/> - Directrizes de Revisão/Auditoria - consultado em 25 de Agosto de 2014

<http://www.oroc.pt/> - Manual dos Revisores Oficiais de Contas - consultado em 25 de Agosto de 2014

<http://www.oroc.pt/> - Normas Técnicas de Revisão/Auditoria - consultado em 25 de Agosto de 2014

<http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Bastonario/2011/CodigoEtica2011.pdf> - Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - consultado em 25 de Agosto de 2014

# ANEXOS

## ANEXO I – Declaração de Aceitação



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 838, Capital social: 50.000 €, S.R.O.C. nº 176

### DECLARAÇÃO

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, SROC, S.A. com sede na Rua Batalha Reis, nº 81 – 6300-668 Guarda, representada por José Joaquim Marques de Almeida, casado, residente em Coimbra, Rua Adriano Correia de Oliveira, nº 8- Celas, 3000-006 Coimbra, Revisor Oficial de Contas nº 571, contribuinte nº 160 456 681 declara aceitar expressamente a designação para o cargo de membro efectivo de Fiscal Único da empresa FREEZEFISH, S.A. com sede na Rua da Orta, nº 67 – 3505-401 Viseu, pessoa colectiva nº 876 547 331, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Viseu, sob o mesmo número, para o triénio de 2013-2015, para o qual foi designado em Assembleia Geral de 5 de Maio de 2013.

**ANEXO II – Índice do Dossier Corrente**

<b>Cliente:</b> FREEZEFISH, S.A.	<b>ANO:</b> 2013
<b>Secção:</b> Índice do Dossier de Revisão / Auditoria	

- I - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
  - II - ASSUNTOS À ATENÇÃO DO RESPONSÁVEL DO TRABALHO
  - III - CORRESPONDÊNCIA
  - IV - INDICADORES DE GESTÃO MAIS SIGNIFICATIVOS
  - V - RESUMO DE RECLASSIFICAÇÕES E AJUSTAMENTOS
  - VI - REVISÃO DO TRABALHO DE REVISÃO/AUDITORIA
  - VII - ASSUNTOS A TRATAR EM PRÓXIMA VISITA
  - VIII - MEMORANDOS, RELATÓRIOS E CARTAS DE RECOMENDAÇÕES
  - IX - DECLARAÇÃO DO ORGÃO DE GESTÃO
  - X - LIVROS DAS SOCIEDADES
  - XI - PLANIFICAÇÃO DA REVISÃO/AUDITORIA
  - XII - ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
  - XIII - EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO
  - XIV - ACEITAÇÃO DO TRABALHO
- 
- A. Goodwill e Outros Activos Intangíveis
  - B. Activos Fixos Tangíveis (inclui recursos minerais)
  - C. Propriedade de Investimento
  - D. Inventários, Activo Biológicos, Produção e Custos
  - E. Clientes, vendas e prestações de serviços
  - F. Outros Contas a Receber e a Pagar
  - G. Accionistas (sócios) e Outras Partes Relacionadas
  - H. Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unid. Op. Descontinuadas
  - I. Investimentos Financeiros
  - J. Instrumentos Financeiros Mensurados ao Justo Valor
  - K. Caixa, Depósitos Bancários e Outros Equivalentes de Caixa
  - L. Diferimentos, Impostos Diferidos e Contratos de Construção
  - M. Fornecedores, Compras e Fornecimentos
  - N. Pessoal e Benefícios dos Empregados
  - O. Financiamentos Obtidos
  - P. Provisões e Matérias Ambientais
  - Q. Estado e Outros Entes Públicos e Impostos
  - S. Capital próprio
  - V. Gastos e Perdas, Rendimentos e Gastos, Resultados
  - Z. Responsabilidades, Contingências, Continuidade e Controlo do Trabalho de Campo

**ANEXO III – Índice do Dossier Permanente****CLIENTE :****FREEZEFISH, S.A.**

SECÇÃO: Dossier Permanente - Índice

**ÍNDICE GERAL**

1. ACEITAÇÃO DO TRABALHO
2. CARACTERIZAÇÃO DO CLIENTE E DO NEGÓCIO
3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO
4. INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E OUTROS ELEMENTOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS/AUDITORIA
5. LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS/CONTROLO INTERNO
6. INFORMAÇÃO ESTATUTÁRIA
7. RELATÓRIOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO DE REVISÃO/AUDITORIA
8. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
9. OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PARAFISCAIS
10. PAPÉIS DE TRABALHO DESACTUALIZADOS

## ÍNDICE DETALHADO

### 1. ACEITAÇÃO DO TRABALHO

- 1.1 Memo relativo a informações obtidas sobre o cliente aquando do primeiro contacto
- 1.2 Proposta Inicial de Prestação de Serviços
- 1.3 Actualizações subsequentes da Proposta de Prestação de Serviços
- 1.4 Carta de aceitação do trabalho
- 1.5 Contrato de prestação de serviços de ROC / Auditoria
- 1.6 Questionários de Risk Management
  - 1 Aceitação
  - 2 Renovação

### 2. CARACTERIZAÇÃO DO CLIENTE E DO NEGÓCIO

- 2.1 Breve historial do cliente
  - 1 Denominação social. Tipo de sociedade
  - 2 Data de constituição e publicação no Diário da Republica
  - 3 Capital social e principais detentores
  - 4 Objecto social
  - 5 Orgãos Sociais
  - 6 Endereço Internet - SITE (Informação Relevante)
  - 7 Código de acesso Certidão Registo Comercial
- 2.2 Estrutura da Empresa
  - 1 Organigrama/descrição de funções
  - 2 Delegação de competências
  - 3 Manual(ais) de Contrololnterno Instituído(s)
- 2.3 Natureza do negócio
  - 1 Principais actividades
  - 2 Gama de produtos fabricados e comercializados
  - 3 Serviços prestados
  - 4 CAE

2.4 Anti Money Laundering

- 1 Dever de identificação
- 2 Dever de diligência
- 3 Dever de exame

2.5 Instalações e equipamentos

- 1 Localização das instalações
- 2 Localização dos principais equipamentos

2.6 Acordos globais de compra e/ou venda

2.7 Contratos com entidades oficiais

2.8 Processo de admissão a Bolsa de Valores

2.9 Obrigações no âmbito de Matérias Ambientais

2.10 Notícias da comunicação social

2.11 Lista de contactos

### 3. INFORMAÇÃO FINANCEIRA E DE GESTÃO

- 3.1 Orçamento vs Controlo Orçamental
- 3.2 Business plan (expectativa de aproveitamento de prejuízos reportados)
- 3.3 Controlo de Gestão
- 3.4 Plano de contas
- 3.5 Relatórios específicos
- 3.6 Relatórios de Controlo Interno

### 4. INFORMAÇÃO CONTABILÍSTICA E OUTROS ELEMENTOS DE REVISÃO LEGAL DE CONTAS/AUDITORIA

- 4.1 Resumo dos critérios contabilísticos e de valorimetria
- 4.2 Goodwill e Outros Activos Tangíveis
  - 1 Goodwill
  - 2 Projectos de desenvolvimento
  - 3 Programas de computador
  - 4 Propriedade industrial
  - 5 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
- 4.3 Activos Fixos Tangíveis (Inclui Recursos Minerais)
  - 1 Escrituras de compra /venda
  - 2 Certidões da conservatória do registo predial
  - 3 Certidões do registo automóvel/livrete/certificado de matrícula
  - 4 Contratos de aquisição/alienação
  - 5 Relatórios de avaliações
  - 6 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
- 4.4 Propriedades de Investimento
  - 1 Escrituras de compra /venda
  - 2 Certidões da conservatória do registo predial
  - 3 Contratos de aquisição/alienação
  - 4 Relatórios de avaliações
  - 5 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
  - 6 Controlo perdas e ganhos por redução/aumentos Justo Valor

#### 4.5 Inventários e Activos Biológicos

- 1 Informação geral sobre os inventários e Activos Biológicos
- 2 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
- 3 Controlo perdas e ganhos por redução/aumentos Justo Valor

#### 4.6 Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuad:

- 1 Escrituras de compra /venda
- 2 Certidões da conservatória do registo predial
- 3 Contratos de aquisição/alienação
- 4 Relatórios de avaliações
- 5 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
- 6 Controlo perdas e ganhos por redução/aumentos Justo Valor

#### 4.7 Investimentos Financeiros

- 1 Organigrama do Grupo
- 2 Escrituras e outra documentação aquisição participações
- 3 Demonstrações Financeiras das participadas
- 4 Contratos Suprimentos/Prestações Acess. ou Suplementares
- 5 Controlo das perdas por imparidade/Reversões
- 6 Controlo perdas e ganhos por redução/aumentos Justo Valor

#### 4.8 Meios Financeiros Líquidos /Outros Instrum. Financeiros (OIF)

- 1 Escrituras e outra documentação de aquisição de OIF
- 2 Controlo perdas e ganhos por redução/aumentos Justo Valor

#### 4.9 Subsídios

- 1 Ao investimento
- 2 À exploração
- 3 Para formação profissional

#### 4.10 Contratos de Leasing / ALD

#### 4.11 Contratos de funcionamento

- Licenças de comercialização
- Fees de gestão
- Assistência técnica
- Royalties
- Contratos de arrendamento
- Outros contratos importantes

- 4.12 Acordos com o Estado e outros entes públicos e impostos
- 4.13 Acordos de saneamento financeiro
- 4.14 Financiamentos não bancários (clientes, fornecedores, accionistas, ...)
- 4.15 Financiamentos bancários
  - 1 Correntes
  - 2 Contratos de viabilização/acordos de saneamento financeiro
- 4.16 Empréstimos obrigacionistas
- 4.17 Benefícios de reforma
  - 1 Relatórios de avaliação das responsabilidades (Actuariais)
  - 2 Activos afectos às responsabilidades / Fundos de Pensões
- 4.18 Critérios contabilísticos específicos
- 4.19 Acordos com sócios/accionistas. Acordos parassociais.
- 4.20 Cobertura de seguros
- 4.21 Legislação específica relativa à actividade
- 4.22 Garantias (reais e bancárias)
- 4.23 Responsabilidades contingentes
- 4.24 Contencioso em curso
- 4.25 Principais Contratos com Clientes
- 4.26 Principais Contratos com Fornecedores
- 4.27 Package de contas / consolidação

**5. LEVANTAMENTO DE PROCEDIMENTOS/CONTROLE INTERNO**

- 5.1 Livros e registos contabilísticos
- 5.2 Goodwill e outros activos intangíveis e amortizações
- 5.3 Activos fixos tangíveis (inclui recursos minerais) e depreciações
  
- 5.4 Propriedades de investimento
- 5.5 Inventários e activos biológicos, produção e custos
- 5.6 Clientes, vendas e prestações de serviços
- 5.7 Outras contas a receber e pagar
- 5.8 Accionistas (Sócios) e outras partes relacionadas
- 5.9 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas
- 5.10 Instrumentos Financeiros e Instrum. Financeiros Justo Valor
- 5.11 Caixa, depósitos bancários e outros equivalentes de caixa
- 5.12 Diferimentos, impostos diferidos e contratos de construção
- 5.13 Fornecedores, compras e fornecimentos
- 5.14 Pessoal e benefícios dos empregados
- 5.15 Financiamentos obtidos
- 5.16 Provisões e matérias ambientais
- 5.17 Estado e outros entes público e impostos
- 5.18 Capital próprio
- 5.19 Gastos e perdas, rendimentos e ganhos resultados
- 5.20 Questionário Inicial sobre o Sistema Informático

## 6. INFORMAÇÃO ESTATUTÁRIA

### 6.1 Constituição da sociedade, estatutos e registo comercial

- 1 Escritura de constituição, alterações subsequentes ao contrato sociedade (incluindo aumentos de capital)
- 2 Registo comercial
- 3 Estatutos e respectivas actualizações

### 6.2 Relação dos corpos sociais e período do mandato

- 1 Assembleia geral
- 2 Conselho de Administração
- 3 Conselho Fiscal / Fiscal Único
- 4 Direcção
- 5 Conselho Geral

### 6.3 Principais aspectos das actas dos órgãos sociais

- 1 Conselho de Administração / Fiscal Único
- 2 Conselho Fiscal
- 3 Assembleia Geral

## 7. RELATÓRIOS E OUTRA DOCUMENTAÇÃO DE REVISÃO/AUDITORIA

### 7.1 Cartas de recomendações / Memorandos intercalares de auditoria

### 7.2 Relatórios de controlo interno

### 7.3 Relatórios de auditoria

### 7.4 Pareceres diversos

### 7.5 Relatórios da auditoria interna

### 7.6 Outros relatórios e documentos

## 8. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

- 8.1 Documentos de prestação de contas (assinados) - contas individuais
- 8.2 Documentos de prestação de contas (assinados) - contas consolidadas
- 8.3 Convocatórias das Assembleias Gerais
- 8.4 Diário da República e outras publicações onde foram inscritas as demonstrações financeiras

## 9. OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PARAFISCAIS

- 9.1 Questionário sobre obrigações legais, fiscais e parafiscais  
(vidé Dossier de Auditoria - Módulo Principais Conclusões - QS4)
- 9.2 Declaração de Início de Actividade / Declarações de substituição
- 9.3 IRC
  - 1 Modelo 22/nota de liquidação
  - 2 IES
  - 3 Certidões das Finanças - Situação contributiva Faz. Nacional
- 9.4 IRS
- 9.5 IMI (Ex - Contribuição Autárquica)
- 9.6 IMT (Ex - Imposto de Sisa)
- 9.7 Resumo de incentivos fiscais
- 9.8 Imposto do selo
- 9.9 IVA
- 9.9 Segurança Social
  - 1 Balanço Social / Relatório Único
  - 2 Declarações Sobre a situação contributiva da Seg. Social
- 9.10 Trabalhos realizados por especialistas de impostos
- 9.11 Fiscalizações tributárias, autos, etc.
  - Relatórios de Inspeções / Autos
  - Reclamações / Impugnações da Empresa

9.12 Legislação específica

9.13 Dossier de preços de transferência

**10. PAPÉIS DE TRABALHO DESACTUALIZADOS**

## ANEXO IV – Modelo de relatório de revisão/auditoria para contas individuais



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 \* Capital social: 50.000 € \* S.R.O.C. nº 176

### CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FREEZEFISH, S.A.** as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de € 5.149.107,57 e um total de capital próprio de € 1.604.935,04 incluindo um resultado líquido positivo de € 93.450,10), as demonstrações dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, as variações do capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

#### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
  - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - A verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
  - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FREEZEFISH, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013 o resultado das suas operações, as variações do capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### Relato sobre outros assuntos legais

8. É também da nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 14 de Março de 2014

**Bruno José Machado de Almeida**  
Em representação de:  
**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.**

Delegação Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roo@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel: 271 227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroo@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post/Esq  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 436277 \* Fax: 232 435279  
Email: cff.consultores@mail.telepac.pt

**ANEXO V - Declaração de Impossibilidade de CLC****DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE CERTIFICAÇÃO  
(LEGAL) DAS CONTAS**

Não pudemos examinar as demonstrações financeiras de \_\_\_\_\_ (denominação da entidade) do exercício findo em \_\_\_\_\_ (data) em conformidade com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, por \_\_\_\_\_ (indicar as razões, por exemplo, não ter sido facultado o acesso aos documentos de suporte, não terem sido preparadas as referidas demonstrações, etc.).

Nestas condições, não podemos emitir a Certificação (Legal) das Contas.

..... (Data)

..... (Assinatura)

..... (Nome)

## **ANEXO VI – Planejamento**

---

---

**Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados**

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.*

---

---

**MEMORANDO DE PLANEAMENTO DE AUDITORIA**

**EMPRESA: FREEZEFISH, S.A.**

**ANO: 2013**

**I. ATIVIDADE DO CLIENTE**

1. Organização
2. Propriedade
3. Enquadramento da actividade
  - 3.1. Enquadramento macroeconómico
  - 3.2. Enquadramento sectorial
4. Recursos Humanos
5. Investimentos
6. Revisão Analítica Global

## II. PLANO GERAL DA REVISÃO

1. Condições de compromisso
2. Natureza e oportunidade do compromisso
3. Políticas Contabilísticas adoptadas pelo cliente e suas alterações
4. Grau de confiança no controlo interno
5. Plano geral de abordagem
6. Acontecimentos significativos para a revisão
7. Risco de auditoria
8. Áreas significativas de revisão
9. Planeamento da materialidade
10. Erro tolerável
11. Estratégia de Auditoria
12. Planos de datas e horas
13. Planeamento de equipa

Preparado por::

Data:

Revisto por:

Data:

1ª Atualização: .....

Data:

Revisto por: .....

Data: .....

## I. Atividade do cliente

### 1. Organização

A sociedade por quotas **FREEZEFISH, S.A.**, foi constituída em 1990, com um capital social de € 130.000, sendo a sua atividade o comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos e a sua sede é na Rua da Orta, nº 67, Viseu.

### 2. Propriedade

O capital social é de € 130.000 e encontra-se integralmente realizado.

A sua estrutura acionista é a seguinte:

Acionistas	31-Dez-2012	
	Valor	%
X	€ 117.000	90%
Y	€ 13.000	10%
Somatório	€ 130.000	100%

### 3. Enquadramento da actividade

#### 3.1. Enquadramento macroeconómico

Em 2012, a evolução da Economia Portuguesa foi determinantemente marcada pela suspensão do acesso a financiamento de mercado e pelo início da aplicação do Programa de Assistência Económica e Financeira, o qual condiciona as perspectivas de médio prazo.

Os Indicadores divulgados pelo banco de Portugal e pelo INE registaram em 2012 (PIB) uma redução de 3,2%, quando no ano de 2011 já havia registado uma quebra de 1,6%. Este comportamento reflete uma contração em todas as áreas da procura interna, a qual foi parcialmente compensada por um crescimento de 3,3% das exportações.

Os dados do INE revelam uma tendência de maior deterioração no último trimestre de 2012. Na base da degradação da riqueza está, fundamentalmente, a procura interna motivada por um menor rendimento disponível das famílias e menor investimento das empresas.

O resultado conjugado do défice público elevado e do crescimento da dívida pública e privada, que provocaram a intervenção do FMI, do BCE e da Comissão Europeia, obrigou a que o conjunto de medidas de austeridade adotadas e a adotar possam precipitar a economia nacional numa recessão.

Esta espiral recessiva está a afectar o emprego e, segundo dados do Eurostat, Portugal terá atingido em Dezembro de 2012 uma taxa de desemprego de 15,7%.

O Eurostat reviu em alta as previsões do desemprego, tanto da zona euro como da generalidade da UE. Apenas Espanha, com uma taxa de desemprego de 26,3%, e a Grécia com uma taxa próxima dos 26,4%, apresentam valores mais elevados do que Portugal.

A situação de desemprego é ainda mais grave entre os jovens, que em Dezembro, apresentavam uma taxa de desemprego de 36,3%.

No que se refere às condições de financiamento das empresas, assistiu-se em 2012, a uma forte restrição do crédito e a um elevado aumento dos custos de financiamento disponível, resultante dos acréscimos de *spreads* praticados pela generalidade da banca. A situação não foi ainda mais gravosa, para as empresas, porque as taxas de referência Euribor se mantiveram em valores, significativamente, baixos.

As perspetivas macroeconómicas para 2013 são, por isso, bastante preocupantes, o défice crónico da balança comercial, e a progressiva entrada no comércio mundial dos países asiáticos e do centro e leste da Europa, que alteraram os padrões das vantagens comparativas a nível mundial.

O desequilíbrio das contas públicas e o agravamento do endividamento público acentuaram a exposição da nossa economia a uma conjuntura externa adversa.

Atualmente, o ajustamento da economia portuguesa é prejudicado por um quadro de estagnação da Europa.

Na atual conjuntura, assumem especial importância as reformas estruturais que possibilitem potenciar o crescimento da economia portuguesa, cuja execução se encontra prevista no Programa de Assistência Económica e Financeira.

### 3.2. Enquadramento setorial

Desde o seu início, a empresa esteve sempre vocacionada para o comércio de peixe congelado.

A empresa está inserida num setor que está diretamente ligado ao consumo privado e ao consumo público. Apesar do consumo ter decrescido, o valor do Índice de Preços do Consumidor no grupo da “Alimentação” apresentou uma variação positiva de 2,9% e o segmento do “Peixe Congelado” assinalou uma variação positiva de 5%, como demonstra o Índice de Preços no Consumidor, referente a 2012, divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística.

A estimativa em quantidade de desembarques totais de pescado de 2011/2012, registou uma variação negativa de 8,3%, esta variação foi particularmente expressiva ante a variação positiva de 3% verificada em 2011.

A estimativa de preços médios (2011/2012) teve uma variação positiva de 7,78% comparativamente à estimativa de 6,37% observada em 2011.

A balança comercial dos produtos da pesca assinalou as seguintes variações entre Janeiro e Dezembro (2011 / 2012): diminuição de 0,6% nas quantidades importadas, a que equivaleu um decréscimo de 2,15% no valor das importações; as exportações em 2012 tiveram uma quebra de 2,1% em quantidade, o que correspondeu a um decréscimo de 1,9% em valor.

No subgrupo “Pescado Congelado” verificou-se um crescimento de 7,9% nas quantidades importadas, a que correspondeu um aumento de 2,6% em valor, as exportações voltaram a ter um comportamento positivo, tendo registado um crescimento de 5,3% em quantidade e de 10,9% em valor.

Considerando o contexto nacional e externo, no ano 2012 verificou-se uma contração da procura interna que condicionou a dinâmica da evolução económica que a empresa vinha a registar anteriormente.

Contudo, a redução do volume de negócios não afetou, de igual modo, a globalidade dos segmentos de mercado da empresa.

Na área do retalho a empresa registou uma quebra ligeira de vendas, onde o segmento mais afetado foi a restauração coletiva: a perda de um concurso público por parte de um dos nossos parceiros determinou uma quebra da atividade nesta área de negócio.

Em 2013 a empresa prevê continuar a estabilizar a posição na empresa no mercado nacional, e impulsionar os contactos com novos clientes e mercados no exterior (UE e Países Terceiros).

## 4. Recursos Humanos

A tendência crescente do aumento dos custos com pessoal desacelerou em 2012, devido às medidas de redução do quadro de pessoal, implementadas na sequência da redução da atividade.

Em 2013 é espetável que a tendência de redução destes gastos se mantenha, face à projeção da procura interna conjugada com os ganhos de produtividade que se pretendem alcançar.

## 5. Investimentos

Para 2014, os investimentos são moderados face à atual conjuntura económica e bancária, exceptuando-se algum negócio de oportunidade.

## 6. Revisão Analítica Global

### 6.1. Comparação com o período homólogo

FREEZEFISH, S.A.	30-set-13	30-set-12	Variação	
			Valor	%
<b>ACTIVO</b>				
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>				
Activos Fixos Tangíveis	1.841.419	1.523.646	317.773	20,9%
Participações Financeiras - Outros Métodos	13.800	8.300	5.500	66,3%
	1.855.219	1.531.946	323.273	21,1%
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
Inventários	1.827.363	1.384.195	443.168	32,0%
Clientes	752.019	1.117.928	(365.909)	(32,7%)
Estado e Outros Entes Públicos	25.030	16.177	8.853	54,7%
Outras Contas a Receber	72.815	84.056	(11.241)	(13,4%)
Diferimentos	2.396	2.232	164	7,3%
Activos Financeiros Detidos para Negociação	2.224	-	2.224	n.a.
Outros Activos Financeiros	470.000	220.000	250.000	113,6%
Caixa e Depósitos Bancários	73.794	10.595	63.199	596,5%
	3.225.641	2.835.183	390.458	13,8%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>5.080.860</b>	<b>4.367.129</b>	<b>713.731</b>	<b>16,3%</b>

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

- Os Clientes registaram uma diminuição de 32,7%
- O Estado e Outros Entes Públicos registaram um aumento de 54,7%
- Os Diferimentos registaram um aumento 7,3%

- A Caixa e Outros Depósitos Bancários registaram uma diminuição de 595,5%
- No global o Ativo aumentou 16,3%
- O imobilizado aumentou 20,9%

FREEZEFISH, S.A.	30-set-13	30-set-12	Variação	
			Valor	%
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL</b>				
Capital Realizado	130.000	130.000	-	0,0%
Reservas Legais	48.670	43.598	5.072	11,6%
Resultados Transitados	883.934	789.950	93.984	11,9%
Excedentes de Revalorização	448.881	507.843	(58.962)	(11,6%)
	1.511.485	1.471.391	40.094	2,7%
Resultado Líquido do Período	(381.468)	16.399	(397.868)	(2426,1%)
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>1.130.017</b>	<b>1.487.790</b>	<b>(357.774)</b>	<b>(24,0%)</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Passivos por Impostos Diferidos	39.353	-	39.353	n.a.
	39.353	-	39.353	n.a.
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Fornecedores	977.312	1.187.954	(210.642)	(17,7%)
Estado e Outros Entes Públicos	13.389	15.877	(2.488)	(15,7%)
Financiamentos Obtidos	2.846.487	1.613.340	1.233.147	76,4%
Outras Contas a Pagar	74.303	62.168	12.135	19,5%
	3.911.491	2.879.339	1.032.152	35,8%
<b>Total do Passivo</b>	<b>3.950.844</b>	<b>2.879.339</b>	<b>1.071.505</b>	<b>37,2%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>5.080.861</b>	<b>4.367.129</b>	<b>713.731</b>	<b>16,3%</b>

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

- Os fornecedores registaram uma diminuição de 17,7%;
- As dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos registaram uma diminuição de 15,7%;
- Os financiamentos obtidos aumentaram 76,4%;

FREEZEFISH, S.A.	30-set-13	30-set-12	Variação	
			Valor	%
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>				
Vendas e Serviços Prestados	4.683.071	6.027.389	(1.344.318)	(22,3%)
Subsídios à Exploração	-	672	(672)	(100,0%)
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	(4.205.617)	(5.120.602)	914.984	(17,9%)
Fornecimentos e Serviços Externos	(371.996)	(414.534)	42.538	(10,3%)
Gastos com o Pessoal	(308.662)	(333.456)	24.794	(7,4%)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas / Reversões)	856	400	456	114,0%
Aumentos/Reduções de Justo Valor	(479)	-	(479)	n.a.
Outros Rendimentos e Ganhos	7.356	7.075	281	4,0%
Outros Gastos e Perdas	(34.002)	(34.301)	299	(0,9%)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>	<b>(229.473)</b>	<b>132.643</b>	<b>(362.117)</b>	<b>(273,0%)</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	(71.563)	(60.107)	(11.456)	19,1%
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)</b>	<b>(301.036)</b>	<b>72.536</b>	<b>(373.573)</b>	<b>(515,0%)</b>
Juros e Rendimentos Similares obtidos	6.312	4.615	1.697	36,8%
Juros e Gastos Similares suportados	(86.744)	(60.752)	(25.992)	42,8%
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>(381.468)</b>	<b>16.399</b>	<b>(397.868)</b>	<b>(2426,1%)</b>
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>(381.468)</b>	<b>16.399</b>	<b>(397.868)</b>	<b>(2426,1%)</b>
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>n.a.</b>

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

- As vendas diminuíram 22,3%;
- O CMVMC diminuiu 17,9%;
- Os juros suportados aumentaram 42,8%;
- Os gastos com depreciações e amortizações aumentaram 19,1%;

## 6.2. Comparação com o final do período anterior

FREEZEFISH, S.A.	30-set-13	31-dez-12	Variação	
			Valor	%
<b>ACTIVO</b>				
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>				
Activos Fixos Tangíveis	1.841.419	1.880.791	(39.372)	(2,1%)
Participações Financeiras - Outros Métodos	13.800	8.300	5.500	66,3%
	1.855.219	1.889.091	(33.872)	(1,8%)
<b>ACTIVO CORRENTE</b>				
Inventários	1.827.363	1.827.363	-	0,0%
Clientes	752.019	682.068	69.951	10,3%
Estado e Outros Entes Públicos	25.030	12.102	12.928	106,8%
Outras Contas a Receber	72.815	121.129	(48.314)	(39,9%)
Diferimentos	2.396	15.891	(13.495)	(84,9%)
Activos Financeiros Devidos para Negociação	2.224	2.224	0	0,0%
Outros Activos Financeiros	470.000	-	470.000	n.a.
Caixa e Depósitos Bancários	73.794	238.181	(164.387)	(69,0%)
	3.225.641	2.898.958	326.684	11,3%
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>5.080.860</b>	<b>4.788.048</b>	<b>292.812</b>	<b>6,1%</b>

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

- As dívidas de clientes aumentaram 10,3%;
- A rubrica de Outros Ativos Financeiros registou um aumento de 113,6%
- A Caixa e Depósitos Bancários registaram uma diminuição de 69%

FREEZEFISH, S.A.	30-set-13	31-dez-12	Variação	
			Valor	%
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL</b>				
Capital Realizado	130.000	130.000	-	0,0%
Reservas Legais	48.670	43.598	5.072	11,6%
Resultados Transitados	883.934	787.558	96.376	12,2%
Excedentes de Revalorização	448.881	448.881	0	0,0%
	1.511.485	1.410.037	101.448	7,2%
Resultado Líquido do Período	(381.468)	101.448	(482.916)	(476,0%)
<b>Total do Capital Próprio</b>	1.130.017	1.511.485	(381.468)	(25,2%)
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>				
Passivos por Impostos Diferidos	39.353	-	39.353	n.a.
	39.353	-	39.353	n.a.
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
Fornecedores	977.312	1.281.698	(304.386)	(23,7%)
Estado e Outros Entes Públicos	13.389	37.332	(23.943)	(64,1%)
Financiamentos Obtidos	2.846.487	1.824.450	1.022.037	56,0%
Outras Contas a Pagar	74.303	41.812	32.491	77,7%
Diferimentos	-	91.271	(91.271)	(100,0%)
	3.911.491	3.276.564	634.927	19,4%
<b>Total do Passivo</b>	3.950.844	3.276.564	674.280	20,6%
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>5.080.861</b>	<b>4.788.048</b>	<b>292.812</b>	<b>6,1%</b>

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

- As dívidas a Fornecedores registaram um aumento de 23,7%;
- A Rubrica de Outras Contas a Pagar registou um aumento de 77,7%;
- O Passivo aumentou 6,1%.

Taxa IVA: 23%	30/set/13	30/jun/13	31/mar/13	31/dez/12	30/set/12	30/jun/12	31/mar/12	31/dez/11	31/dez/10
<b>Formulas</b> <i>Rácios Financeiros</i>									
┌ Liquidez Geral / Current Ratio	0,82	0,84	0,83	0,88	0,98	0,96	1,00	1,20	1,15
┌ Liquidez Reduzida / Acid Test	0,36	0,42	0,34	0,33	0,50	0,60	0,65	0,71	0,82
┌ Liquidez Imediata / Cash Ratio	0,02	0,02	0,06	0,07	0,00	0,04	0,02	0,06	0,04
┌ Cobertura do Investimento	0,63	0,58	0,60	0,80	0,97	0,89	1,01	1,36	1,26
┌ Solvabilidade / Solvency Ratio	0,29	0,25	0,30	0,46	0,52	0,35	0,41	0,41	0,41
┌ Autonomia Financeira	0,22	0,20	0,23	0,32	0,34	0,26	0,29	0,29	0,29
┌ Capacidade de Endividamento	0,97	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,68	0,68
<b>Formulas</b> <i>Rácios Económicos - Rendibilidade</i>									
┌ Margem Bruta das Vendas / Gross Margin Ratio	100,00%	100,00%	100,00%	18,40%	100,00%	100,00%	100,00%	15,98%	16,99%
┌ Rendibilidade Operacional das Vendas e Prestações de Serviços	(6,43%)	(8,46%)	(17,37%)	2,97%	1,20%	(1,09%)	5,44%	2,87%	3,02%
┌ Rendibilidade Líquida das Vendas e Prestações de Serviços	(8,15%)	(9,99%)	(18,83%)	1,37%	0,27%	(1,89%)	4,61%	1,66%	1,85%
<b>Formulas</b> <i>Rácios Económico - Financeiros</i>									
┌ Rendibilidade dos Capitais Próprios / Return on Equity (ROE)	(33,76%)	(29,37%)	(24,88%)	6,71%	1,10%	(6,15%)	7,18%	9,77%	11,02%
┌ Rendibilidade do Activo / Return on Assets (ROA)	(5,92%)	(4,95%)	(5,21%)	3,69%	1,66%	(0,93%)	2,47%	4,36%	4,47%
┌ Rendibilidade do Investimento / Return on Investment (ROI)	(7,51%)	(5,85%)	(5,65%)	3,02%	0,38%	(1,61%)	2,09%	3,45%	3,91%
┌ Rotação dos Capitais Totais	5,54	5,93	5,36	4,89	5,42	6,57	6,32	5,87	5,97
┌ Rotação do Activo Não Corrente	3,40	3,49	3,25	3,93	5,29	5,90	6,41	5,47	5,11
┌ Rotação do Activo Corrente	1,94	1,79	1,95	2,55	2,84	2,43	2,58	2,52	2,60
┌ Rotação dos Capitais Próprios	5,54	5,93	5,36	4,89	5,42	6,57	6,32	5,87	5,97
┌ Rotação dos Capitais Permanentes	5,35	5,93	5,36	4,89	5,42	6,57	6,32	4,01	4,06

Da análise do quadro supra podemos constatar que:

Que a MB tem vindo a diminuir, em função das Vendas terem vindo a baixar comparativamente com o CMVMC.

Efectuámos uma revisão analítica dos valores acima referidos.

- ✓ A empresa tem apresentado um volume de negócios crescente nos dois últimos anos.
- ✓ A autonomia financeira piorou comparativamente com os mesmos períodos homólogos.
- ✓ Verifica-se um decréscimo quer nos prazos médios de recebimentos, quer nos prazos médio de pagamentos.
- ✓ O EBITDA encontra-se com € 229.473,00.

## II. Plano Geral da Revisão

### 1. Condições de compromisso

Em 2012 fomos nomeados fiscal único por um mandato de quatro anos.

### 2. Natureza e oportunidade do compromisso

Iremos efectuar a revisão das Demonstrações Financeiras da **FREEZEFISH, S.A.**, para o ano que terminou em 31.12.2013, de acordo com os procedimentos descritos no Programa de Revisão.

Os documentos a emitir são os seguintes (em 2 exemplares, dirigidos à Administração):

	DATA
Certificação Legal das Contas (CLC)	Até 15 de Março de 2014
Relatório e Parecer do Fiscal Único	Até 15 de Março de 2014
Relatório de auditoria	Até 15 de Março de 2014

### 3. Políticas Contabilísticas adoptadas pelo cliente e suas alterações

#### BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da **FREEZEFISH, S.A.** foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, nomeadamente do custo histórico, da continuidade das operações e em conformidade com os conceitos fundamentais de prudência, materialidade, consistência e, em todos os aspectos significativos, da especialização dos exercícios.

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

#### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição. Os terrenos revalorizados foram mensurados, na transição de POC para SNC, pelo montante revalorizado como custo, de acordo com a exceção divulgada na NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das NCRF.

Os encargos com a manutenção e conservação de natureza corrente são registados em resultados ao custo real incorrido.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data da alienação / abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros Rendimentos Operacionais” / “Outros Gastos Operacionais”.

As depreciações são calculadas, em sistema de duodécimos, com base no método das quotas constantes, utilizando a estimativa de vida útil dos bens, conforme a tabela seguinte:

Anos de vida Útil	
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento Básico	4 - 8
Equipamento de Transporte	4 - 7
Equipamento Administrativo	3 - 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3 - 10

### **Ativos Intangíveis**

Os Ativos Intangíveis são mensurados ao custo de aquisição e apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos para a Empresa, que sejam controláveis pela Empresa e que se possa medir, razoavelmente, o seu valor.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com a legislação em vigor. Nos casos de propriedade Industrial a vida útil estimada é de 8 (oito) anos.

### **Inventários**

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do Custo Médio de Aquisição ou de Realização.

Os Produtos Acabados e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao Custo de Produção, que inclui o custo dos Materiais incorporados, mão-de-obra e gastos gerais.

### **Financiamentos Bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados, de acordo com a taxa de juro efectiva, são registados na Demonstração de Resultados de acordo com o Regime do Acréscimo.

### **Diferimentos e devedores e credores por acréscimos**

Nesta rubrica registam-se as receitas e as despesas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputados aos resultados em cada um dos exercícios, bem como os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas ocorrerão em exercícios futuros.

### **Encargos com férias e subsídios de férias**

De acordo com a legislação vigente, os empregados adquirem o direito a um mês de férias e correspondente subsídio no ano anterior ao do seu pagamento.

Deste modo a empresa adopta o procedimento de reconhecer na rubrica de acréscimos de custos o montante relativo às férias e subsídios de férias vencidos e não pagos, adicionando os respectivos encargos sociais.

### **Reconhecimento de gastos e de rendimentos**

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que respeitam independentemente da data do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa no exercício a que dizem respeito.

### **Imposto sobre o rendimento**

A empresa é tributada em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 25%, conforme o art. 87º do CIRC – Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Ao valor da colecta de IRC acresce a Derrama, à taxa de 1,50% – nos Municípios de Tondela, Fundão, Peso da Régua e Maia – sobre o Lucro Tributável.

Ao valor da colecta a empresa acresce, também, a tributação autónoma que incide sobre um conjunto de encargos, conforme o art. 88º do CIRC – Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

### **Locação**

A classificação das locações, como financeiras ou operacionais, é realizada em função da substância dos contratos.

Os bens adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades encontram-se são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis, sendo depreciados de acordo com as taxas máximas ao abrigo do Dec. Regulamentar 25/2009. Os juros incluídos nas rendas e as depreciações dos Ativos Fixos Tangíveis são reconhecidos como gastos do exercício, na Demonstração de Resultados.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades e como custos financeiros.

Nas Locações Operacionais as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração de Resultados numa base linear, durante o período da Locação.

### **Subsídios e Apoios do Governo**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu Justo Valor e quando existem as certezas de serem recebidos e de a empresa cumprir com as condições exigidas à sua concessão.

#### 4. Grau de confiança no controlo interno

Atendendo a que se trata de uma empresa de reduzida dimensão, familiar, estruturada num reduzido número de pessoas optamos por realizar uma abordagem substantiva. No entanto não deixaremos de efetuar os seguintes testes aos controlos:

Ativos Fixos Tangíveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar a existência de um ficheiro do ativo fixo tangível, e analisar a forma como se encontra organizado.</li> <li>• Confirmar que ficheiro de imobilizado se encontra atualizado.</li> <li>• Confirmar se existe um arquivo de aquisições de ativos fixos tangíveis, contendo toda a documentação relativa a tais aquisições.</li> </ul>
Inventários, Ativos Biológicos, Produção e Custos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confirmar que são feitas regularmente contagens físicas dos Inventários, ou, no caso de se tratar de Sistema de Inventário permanente, se são efetuados alguns testes por amostragem ao longo do ano.</li> <li>• Verificar a atualização dos registos individuais dos bens em armazém, os quais devem ser corrigidas sempre que são efetuadas contagens. Verificar a forma como se encontram organizados aqueles registos.</li> </ul>
Clientes, Vendas e Prestações de Serviços	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar sequência numérica dos diversos arquivos: Encomendas dos Clientes, Guias de Remessa, Faturas, Vendas a Dinheiro, Recibos, Notas de Crédito, etc., e concluir sobre a forma como os referidos arquivos se encontram organizados.</li> <li>• Confirmar que os diferentes documentos emitidos pela Empresa são pré-numerados tipograficamente, através de consulta dos diferentes arquivos.</li> <li>• Através de consulta do arquivo de faturas, verificar se em todas elas é indicado o nº da respetiva guia de remessa. Efetuar igualmente o teste inverso, isto é, partindo do arquivo de guias de remessa, e confirmando a inscrição do número da fatura.</li> <li>• A partir do arquivo de Notas de Crédito emitidas, verificar se é inscrito o número da fatura a que diz respeito.</li> </ul>
Fornecedores, Compras e Fornecimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar que as compras de valores significativos são desencadeadas com a elaboração de pedidos de encomenda devidamente autorizados.</li> <li>• Verificar que todos os contratos de fornecimentos são suportados posteriormente por faturas após a sua satisfação.</li> <li>• Verificar que todos os pagamentos estão suportados por recibos de quitação.</li> <li>• Confirmar que existe uma adequada segregação de funções ao nível de quem encomenda, quem recebe as mercadorias e confere as faturas dos fornecedores, quem</li> </ul>

	emite notas de débito a fornecedores, quem movimenta essas contas na contabilidade e quem prepara as reconciliações das contas correntes.
Estado e Outros Entes Públicos e Impostos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Indagar se a Empresa foi objeto de alguma fiscalização recente da Administração Fiscal. Caso tenha havido alguma fiscalização solicitar os relatórios da Administração Fiscal e confirmar o devido reflexo contabilístico.</li></ul>
Capital Próprio	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar se a empresa tem o número mínimo de detentores de capital, previsto para o respetivo tipo de sociedade.</li></ul>
Meios Líquidos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Verificar a periodicidade da elaboração de reconciliações bancárias;</li><li>• Verificar se quem efetua a revisão da reconciliação é diferente da pessoa que a preparou.</li></ul>

## 5. Plano geral de abordagem geral

Atualização do Arquivo Permanente e elaboração do Plano de abordagem.

Testes aos controlos dos sistemas de Proveitos, Recebimentos, Compras, Pagamentos, Pessoal e Existências. Pretende-se com este trabalho determinar a profundidade dos trabalhos substantivos a efectuar com referência a 31 de Dezembro de 2013.

Testes substantivos às áreas de ativos fixos tangíveis e a terceiros, incluindo a circularização de Bancos, Advogado, Terceiros, Seguros, Sociedades de *Leasing*.

Após o fecho das contas com o objectivo de decompor e analisar os saldos à data de 31 de Dezembro de 2012, atendendo ao programa de revisão definido, a fim de se emitir a CLC e o RPFU.

Antes da emissão da CLC e do RPFU, discussão do relatório de auditoria e determinar se existem acontecimentos subsequentes que possam afectar as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013 e que devem por isso ser evidenciados na CLC ou pelo cliente nas notas no anexo às

demonstrações financeiras.

## 6. Acontecimentos significativos para a revisão

A revisão ao exercício de 2013, será efetuada no seguimento da do exercício anterior, continuando a haver especial incidência nas contas do balanço, nomeadamente no que concerne aos ativos fixos tangíveis, inventários, clientes e fornecedores. Relativamente aos gastos e aos rendimentos, os mesmos serão acompanhados de forma comparativa com o exercício anterior.

## 7. Risco de auditoria

ACESSO	ÁREAS DE AUDITORIA	Risco Global	Risco Sectorial por Asserção				Perfil de Risco				Significância	
			P	E	M	V	P	E	M	V	Valor	Áreas Signif.
A	Goodwill e outros activos intangíveis	Médio									0,0	<input type="checkbox"/>
B	Activos fixos tangíveis (Inclui recursos minerais)		B	B	B	B	M	M	M	M	35,4	<input checked="" type="checkbox"/>
C	Propriedades de investimento										0,1	<input type="checkbox"/>
D	Inventários e activos biológicos		M	B	M	M	M	M	M	M	141,6	<input checked="" type="checkbox"/>
E	Clientes, vendas e prestações de serviços		B	B	B	B	M	M	M	M	145,5	<input checked="" type="checkbox"/>
F	Outras contas a receber e a pagar		B	B	B	B	M	M	M	M	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>
G	Accionistas (Sócios) e outras partes relacionadas										0,0	<input type="checkbox"/>
H	Activos não correntes detidos para venda										0,0	<input type="checkbox"/>
I	Investimentos financeiros										0,2	<input type="checkbox"/>
J	Instrumentos financeiros mensurados justo valor										0,0	<input type="checkbox"/>
K	Caixa, depósitos bancários e outros equiv. caixa		B	B	B	B	M	M	M	M	4,4	<input checked="" type="checkbox"/>
L	Diferimentos, imp. diferidos e cont. construção		B	B	B	B	M	M	M	M	2,9	<input checked="" type="checkbox"/>
M	Fornecedores, compras e fornecimentos		B	B	M	M	M	M	M	M	33,0	<input checked="" type="checkbox"/>
N	Pessoal e benefícios dos empregados		B	B	B	B	M	M	M	M	8,4	<input checked="" type="checkbox"/>
O	Financiamentos obtidos		B	B	B	B	M	M	M	M	34,2	<input checked="" type="checkbox"/>
P	Provisões e matérias ambientais										0,0	<input type="checkbox"/>
Q	Estado e outros entes públicos e Impostos		B	B	B	B	M	M	M	M	1,3	<input checked="" type="checkbox"/>
S	Capital próprio		B	B	B	B	M	M	M	M	27,2	<input checked="" type="checkbox"/>
V68	Outros gastos e perdas										0,5	<input type="checkbox"/>
V69	Gastos e perdas de financiamento										0,2	<input type="checkbox"/>
V75	Subsídios à exploração										0,0	<input type="checkbox"/>
V78	Outros rendimentos e ganhos										0,0	<input type="checkbox"/>
V79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares										0,0	<input type="checkbox"/>
Z	Responsabilidades, contingências, continuidade										0,0	<input type="checkbox"/>

Uma vez que se trata de uma empresa familiar, vamos correr um risco de auditoria baixo - médio (10%).

## 8. Áreas significativas de revisão

ÁREAS DE AUDITORIA	31 dez 2012	Demonstrações Financeiras					Materialidade Específica	Significância		
		Activo			Passivo	Custos e Proveitos		Valor	Áreas Signif.	
		V. Bruto	AA	V. Líquido		Custos				Proveitos
<b>A</b>	Goodwill e outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>B</b>	Activos fixos tangíveis (Inclui recursos minerais)	2 393 402	(512 611)	1 880 791	-	84 886	-	35,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>C</b>	Propriedades de investimento	-	-	-	-	69	4 500	0,1	<input type="checkbox"/>	
<b>D</b>	Inventários e activos biológicos	1 827 363	-	1 827 363	-	6 033 973	-	141,6	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>E</b>	Clientes, vendas e prestações de serviços	749 535	(67 468)	682 068	-	910	7 394 639	145,5	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>F</b>	Outras contas a receber e a pagar	121 129	-	121 129	(10 095)	-	-	2,0	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>G</b>	Accionistas (Sócios) e outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>H</b>	Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>I</b>	Investimentos financeiros	8 300	-	8 300	-	-	1 759	0,2	<input type="checkbox"/>	
<b>J</b>	Instrumentos financeiros mensurados justo valor	2 224	-	2 224	-	-	285	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>K</b>	Caixa, depósitos bancários e outros equiv. caixa	238 181	-	238 181	-	-	5 887	4,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>L</b>	Diferimentos, imp. diferidos e cont. construção	15 891	-	15 891	142 750	-	-	2,9	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>M</b>	Fornecedores, compras e fornecimentos	-	-	-	1 281 698	549 145	2 086	33,0	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>N</b>	Pessoal e benefícios dos empregados	-	-	-	429	466 350	-	8,4	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>O</b>	Financiamentos obtidos	-	-	-	1 824 450	71 744	-	34,2	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>P</b>	Provisões e matérias ambientais	-	-	-	-	-	-	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>Q</b>	Estado e outros entes públicos e Impostos	12 102	-	12 102	37 332	20 705	-	1,3	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>S</b>	Capital próprio	-	-	-	1 511 485	-	-	27,2	<input checked="" type="checkbox"/>	
<b>V68</b>	Outros gastos e perdas	-	-	-	-	30 431	-	0,5	<input type="checkbox"/>	
<b>V69</b>	Gastos e perdas de financiamento	-	-	-	-	9 494	-	0,2	<input type="checkbox"/>	
<b>V75</b>	Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	672	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>V78</b>	Outros rendimentos e ganhos	-	-	-	-	-	2 288	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>V79</b>	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	-	-	-	-	-	314	0,0	<input type="checkbox"/>	
<b>Z</b>	Responsabilidades, contingências, continuidade	-	-	-	-	-	-	0,0	<input type="checkbox"/>	
Volume de Negócios					7 394 307					
Capital Realizado					(130 000)					

A revisão ao exercício de 2013, deverá ter especial atenção às seguintes áreas:

✓ **Ativos fixos tangíveis**

- Teste às aquisições, alienações, cálculo das depreciações e correcta contabilização das locações.
- Contabilização de impostos diferidos decorrentes da reavaliação técnica.

✓ **Cientes, Vendas e Prestações de Serviços:**

- A empresa opera num mercado concorrencial, onde habitualmente os prazos médios de recebimentos são muito dilatados.
- Verificar, qual o impacto nos resultados resultantes da aplicação na NCRF 19.
- Confirmação das asserções da existência e da ocorrência.

✓ **Acréscimos e Diferimentos:**

- Verificar, qual o impacto nos resultados resultantes da aplicação na NCRF 19
- Verificar a estimativa para imposto sobre o rendimento.
- Verificar a estimativa de férias e subsídio de férias.
- Verificar a especialização dos gastos e dos rendimentos relacionados com DP's e financiamentos

✓ **Estado e Pessoal**

- Correcta aplicação das taxas de retenção na fonte e das taxas de segurança social.
- Preenchimento da mod. 22.
- Estimativa de imposto.
- Entrega das importâncias retidas no cofre do estado.

✓ **Capital Próprio**

- Aplicação dos resultados do exercício anterior conforme deliberação da AG.

✓ **Fornecedores, FSE's e Compras**

- Testes substantivos às mais importantes rubricas de FSE's
- Confirmação das asserções da existência e da ocorrência.

## 9. Planeamento da materialidade

Cliente: <b>FREEZEFISH, S.A.</b>	Preparado por:	Revisto por:	<b>XI.9</b>
Secção: <b>Materialidade de Auditoria</b>			
			<b>2013</b>

### Materialidade de Auditoria

#### 1. DADOS BASE PARA CÁLCULO DA MATERIALIDADE

	31 dez 12
Volume de Negócios	7 394 307
Total do Activo	5 368 127
Total do Activo Líquido	4 788 048
Resultado antes de Impostos	124 016
Total dos Gastos e Perdas	7 247 002
Total dos Rendimentos e Ganhos	7 412 429

#### 2. NÍVEIS MÁXIMOS DE MATERIALIDADE

Condição	Orientação	Escolha %	Montante
Entidades Comerciais	0,5% a 1% do Volume de Negócios	1,0%	73 943
Entidades de Investimento	1% a 2% do Activo Bruto	2,0%	107 363
	2% a 5% do Activo Líquido	5,0%	239 402
Entidades Comissionistas	3 a 10% do Resultado antes Impostos	10,0%	12 402
Entidades sem fins lucrativos	0,5% a 2% dos Gastos e Perdas	2,0%	144 940
	0,5% a 2% dos Rendimentos e Ganhos	2,0%	148 249

#### 3. MATERIALIDADE

3.1. Nível de Materialidade da Auditoria:

3.2. Materialidade de Desempenho:

Entre 50% e 75% da materialidade:	Escolha % 75%	Materialidade de Desempenho 55 500
-----------------------------------	------------------	---------------------------------------

3.3. Quantia Claramente Trivial:

Por defeito é 1% da materialidade	Escolha % 1,0%	Quantia Claramente Trivial 740
-----------------------------------	-------------------	-----------------------------------

#### 4. BASES DE DECISÃO

Tendo por base as demonstrações financeiras finais de 2012, consideramos que a materialidade preliminar de 2013 é de 74.000.

## 10. Distorção tolerável

Materialidade: 74 000 €  
 Erro Tolerável: 148 000 € 2x materialidade

FREEZEFISH, S.A.	31/12/2012	Peso Total do Balanço	Erro Tolerável (1ª alocação)	Peso no total das rubricas alvo de amostragem	Erro Tolerável (2ª alocação)
<b>ACTIVO</b>					
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>					
Activos Fixos Tangíveis	1 880 791	19,64%	29 068	24,22%	35 841
Propriedades de Investimento	0	0,00%	0		
Goodwill	0	0,00%	0		
Activos Intangíveis	0	0,00%	0		
Activos Biológicos	0	0,00%	0		
Clientes	0	0,00%	0		
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00%	0		
Participações Financeiras - Método Equivalência Patrimonial	0	0,00%	0		
Participações Financeiras - Outros Métodos	8 300	0,09%	128		
Estado e Outros Entes Públicos	0	0,00%	0		
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Outras Contas a Receber	0	0,00%	0		
Diferimentos	0	0,00%	0		
Outros Activos Financeiros	0	0,00%	0		
Activos por Impostos Diferidos	0	0,00%	0		
	1 889 091	19,73%	29 196	24,22%	
<b>ACTIVO CORRENTE</b>					
Inventários	1 827 363	19,08%	28 242	23,53%	0
Activos Biológicos	0	0,00%	0		
Clientes	682 068	7,12%	10 541	8,78%	30 409
Adiantamentos a Fornecedores	0	0,00%	0		
Estado e Outros Entes Públicos	12 102	0,13%	187		
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Outras Contas a Receber	121 129	1,26%	1 872	1,56%	2 308
Diferimentos	15 891	0,17%	246	0,20%	303
Activos Financeiros Deitados para Negociação	2 224	0,02%	34		
Outros Activos Financeiros	0	0,00%	0		
Activos Não Correntes Deitados para Venda	0	0,00%	0		
Caixa e Depósitos Bancários	238 181	2,49%	3 681		
	2 898 958	30,27%	44 804	34,08%	
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>4 788 048</b>	<b>50,00%</b>	<b>74 000</b>	<b>58,29%</b>	
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>CAPITAL</b>					
Capital Realizado	130 000	1,36%	2 009		
Acções ( Quotas ) Próprias	0	0,00%	0		
Outros Instrumentos de Capital Próprio	0	0,00%	0		
Prémios de Emissão	0	0,00%	0		
Reservas Legais	43 598	0,46%	674		
Outras Reservas	0	0,00%	0		
Resultados Transladados	787 558	8,22%	12 172		
Ajustamentos de Activos Financeiros	0	0,00%	0		
Excedentes de Revalorização	448 881	4,69%	6 938		
Outras Variações no Capital Próprio	0	0,00%	0		
	1 410 037				
Resultado Líquido do Período	101 448	1,06%	1 568		
Dividendos Antecipados		0,00%	0		
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>1 511 485</b>	<b>15,78%</b>	<b>23 360</b>		<b>0</b>
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>					
Provisões					
Fornecedores					
Adiantamentos de Clientes					
Estado e Outros Entes Públicos					
Accionistas / Sócios					
Financiamentos Obtidos					
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego					
Passivos por Impostos Diferidos					
Outras Contas a Pagar					
Diferimentos					
Outros Passivos Financeiros					
	0				
<b>PASSIVO CORRENTE</b>					
Provisões					
Fornecedores	1 281 698	13,38%	19 809	16,50%	41 836
Adiantamentos de Clientes	0	0,00%	0		
Estado e Outros Entes Públicos	37 332	0,39%	577		
Accionistas / Sócios	0	0,00%	0		
Financiamentos Obtidos	1 824 450	19,05%	28 197	23,49%	34 767
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	0	0,00%	0		
Outras Contas a Pagar	41 812	0,44%	646	0,54%	797
Diferimentos	91 271	0,95%	1 411	1,18%	1 739
Passivos Financeiros Deitados Para Negociação	0	0,00%	0		
Outros Passivos Financeiros	0	0,00%	0		
Passivos Não Correntes Deitados para Venda	0	0,00%	0		
	3 276 564			41,71%	
<b>Total do Passivo</b>	<b>3 276 564</b>	<b>34,22%</b>	<b>50 640</b>	<b>41,71%</b>	
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>4 788 048</b>	<b>100,00%</b>	<b>148 000</b>	<b>100,00%</b>	<b>148 000</b>

0,00

- a) optamos por analisar toda a conta  
 b) influenciada por todas as rubricas  
 c) Vamos utilizar amostragem não estatística, pelo que o valor do erro tolerável desta rubrica 28.242 vai ser realocado em igual parte aos clientes e aos fornecedores  
 d) Realocação do erro tolerável: +17.411,5/cada

### 11. Estratégia de Auditoria

Face à dimensão da empresa, à concentração do poder de decisão e ao nº de funcionários optamos por fazer uma abordagem predominantemente substantiva em detrimentos dos testes aos controlos.

ÁREAS DE AUDITORIA	XI.12 Perfil de Risco			XI.13 Revisão Analítica Preliminar	XI.14 Confiança no Controlo Interno	Significância		Estratégia de Auditoria Proposta												Estratégia de Auditoria Definitiva											
	Áreas					Valor	PC's	PSRA's	OPS's	PC's			PSRA's			OPS's			PC's			PSRA's			OPS's						
	P	E	M							V	P	E	M	V	P	E	M	V	P	E	M	V	P	E	M	V	P	E	M	V	
A	Goodwill e outros activos intangíveis					0,0																									
B	Activos fixos tangíveis (inclui recursos minerais)	M	M	M	Consistente	Elevada	25,8																								
C	Propriedades de investimento						0,0																								
D	Inventários e activos biológicos	M	M	M	Consistente	Elevada	133,9																								
E	Clientes, vendas e prestações de serviços	M	M	M	Consistente	Intermédia	161,1																								
F	Outras contas a receber e a pagar	M	M	M	Nula	Nula	2,5																								
G	Acionistas (Sócios) e outras partes relacionadas						0,0																								
H	Activos não correntes detidos para venda						0,0																								
I	Investimentos financeiros						0,1																								
J	Instrumentos financeiros mensurados justo valor						0,0																								
K	Caixa, depósitos bancários e outros equív. caixa	M	M	M	Nula	Elevada	2,6																								
L	Diferimentos; imp. diferidos e cont. construção	M	M	M	Consistente	Nula	1,0																								
M	Fornecedores, compras e fornecimentos	M	M	M	Consistente	Intermédia	41,7																								
N	Pessoal e benefícios dos empregados	M	M	M	Limitada	Elevada	7,7																								
O	Financiamentos obtidos	M	M	M	Nula	Nula	20,4																								
P	Provisões e matérias ambientais						0,0																								
Q	Estado e outros entes públicos e impostos	M	M	M	Limitada	Elevada	1,0																								
S	Capital próprio	M	M	M	Nula	Nula	22,8																								
V68	Outros gastos e perdas						0,1																								
V69	Gastos e perdas de financiamento						0,1																								
V75	Subsídios à exploração						0,0																								
V78	Outros rendimentos e ganhos						0,1																								
V79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares						0,1																								
Z	Responsabilidades; contingências; continuidade						0,0																								

## 12. Planos de revisão, datas e horas

Fases	Datas	Trabalho a desenvolver	Horas Estimadas
1º Visita Interina	Setembro	<p>Atualização do dossier permanente;</p> <p>Revisão analítica;</p> <p>Testes aos controlos das seguintes áreas: MLF, compras, vendas, imobilizado e gastos com o pessoal;</p> <p>Testes substantivos: Imobilizado, compras, principais rubricas de rendimentos e de gastos</p>	14
Teste às contagens	Dezembro/Janeiro	<p>Testar quais os procedimentos instituídos pela empresa em relação à contagem de inventários.</p> <p>Assistir à contagem de inventários</p>	7
Preparação da circularização e envio das cartas	Fevereiro	<p>Circularizar as instituições financeiras</p> <p>Circularizar os principais credores e devedores</p> <p>Circularizar os advogados</p>	7
Trabalho de campo final	Fevereiro/Março	<p>Efetuar os últimos testes aos controlos e os testes substantivos</p> <p>Teste às operações de fim de exercício</p> <p>Teste à valorização dos inventários e ao corte às entradas e às saídas</p> <p>Teste às estimativas</p> <p>Teste à especialização do exercício</p> <p>Teste à valorização</p>	21

Revisão do trabalho	Março	Rever os papéis de trabalho e se estes suportam as conclusões retiradas	4
Reunião final	Março	Reunião com o órgão de gestão Apresentação das conclusões e do relatório de auditoria em versão DRAFT	3
Emissão dos relatórios	Março	Obtenção da DOG Emissão da CLC Emissão do RPFU Emissão do RA	1
<b>TOTAL DE HORAS</b>			<b>57</b>

**Honorários anuais: € 4.200**

### 13. Planeamento de equipa

ROC: Bruno Almeida

Colaboradores: Filipa Silva

Dina Monteiro (Fevereiro de 2014)

ANEXO VII - Mapa da evolução do Ativo Fixo Tangível (BS4)

POC	DESIGNAÇÃO	31 DEZ N-1	AQUISIÇÕES	REF	ABATES	+/-	1º Trimestre	AQUISIÇÕES	REF	ABATES	+/-	2º Trimestre	AQUISIÇÕES	REF	ABATES	+/-	3º Trimestre	AQUISIÇÕES	REF	ABATES	+/-	31 DEZ N	
43	<b>ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>																						
1	Terenos e Recursos Naturais	718.246,12				0,00	718.246,12				0,00	718.246,12				0,00	718.246,12				0,00	718.246,12	
2	Edifícios e Outras Construções	809.545,40				0,00	809.545,40				0,00	809.545,40				0,00	809.545,40				800,00	810.345,40	
3	Equipamento Básico	474.789,76				0,00	474.789,76	1.219,86			1.219,86	476.009,62	4.718,67			4.718,67	480.728,29	98.704,70			98.704,70	579.412,99	
4	Equipamento Transporte	285.107,42	3.200,00			3.200,00	288.307,42	12.105,69	12.105,69		12.105,69	300.413,11	10.249,90	a)		10.249,90	310.663,01	96.756,79	b)		38.568,50	349.225,51	
5	Equipamento Administrativo	37.256,27				0,00	37.256,27				0,00	37.256,27	705,00			705,00	37.961,27				0,00	37.961,27	
6	Equipamentos Biológicos					0,00					0,00					0,00					0,00		
7	Outros Activos Fixos Tangíveis					0,00					0,00					0,00					0,00		
		2.324.924,97	3.200,00		0,00	3.200,00	2.328.124,97	13.325,55		0,00	13.325,55	2.341.450,52	15.667,57			15.667,57	2.357.118,09	196.261,49			58.188,29	2.495.191,29	
433	<b>INVESTIMENTOS EM CURSO</b>					0,00					0,00					0,00					68.479,39	69.088,99	
		68.477,11	3.200,00		0,00	3.200,00	2.396.602,08	13.325,55		0,00	13.325,55	2.409.927,63				15.667,57	2.425.595,20	265.352,76			126.667,68	2.564.280,28	
	<b>TOTAL TANGÍVEIS</b>																						
438	<b>DEPRECAÇÕES ACUMULADAS</b>																						
1	Terenos e Recursos Naturais					0,00					0,00					0,00						0,00	
2	Edifícios e Outras Construções	84.206,11	5.022,75			5.022,75	89.228,86	5.022,75			5.022,75	94.251,61	5.022,61			5.022,61	99.274,22	8.324,12			8.324,12	108.098,34	
3	Equipamento Básico	161.038,36	11.861,37			11.861,37	172.899,73	11.861,88			11.861,88	184.761,61	11.988,61			11.988,61	196.750,22	12.010,50			12.010,50	208.760,72	
4	Equipamento Transporte	239.474,42	6.053,12			6.053,12	245.527,54	6.517,14			6.517,14	252.044,68	6.239,05			6.239,05	258.283,73	8.674,06			8.674,06	213.433,71	
5	Equipamento Administrativo	27.392,51	673,38			673,38	28.065,89	627,20			627,20	28.693,09	643,14			643,14	29.336,23	648,44			648,44	29.984,67	
6	Equipamentos Biológicos					0,00					0,00					0,00					0,00		
7	Outros Activos Fixos Tangíveis					0,00					0,00					0,00					0,00		
		512.611,40	23.610,62		0,00	23.610,62	536.222,02	24.058,97		0,00	24.058,97	560.280,99	23.893,41			23.893,41	584.174,40	29.657,12			53.524,08	640.307,44	
	<b>TOTAL AMORTIZAÇÕES</b>																						
439	<b>IMPARIIDADES ACUMULADAS</b>																						
1	Terenos e Recursos Naturais																						
2	Edifícios e Outras Construções																						
3	Equipamento Básico																						
4	Equipamento de Transporte																						
5	Equipamento administrativo																						
6	Equipamentos biológicos																						
7	Outros activos fixos tangíveis																						
439	Investimentos em curso																						
	<b>TOTAL IMPARIIDADES</b>	0,00				0,00				0,00	0,00					0,00	0,00				0,00	0,00	
	<b>NET</b>	1.880.290,68	-20.410,62		0,00	-20.410,62	1.859.880,06	-10.733,42		0,00	-10.733,42	1.849.146,64	-23.893,41			-23.893,41	1.841.420,80	235.695,64			73.143,60	2.003.972,84	

% Substanciada  
45%

Depreciações do exercício face ao imobilizado bruto				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2013	1,01%	1,03%	1,01%	1,19%
2012	1,06%	1,06%	1,03%	2,01%

Depreciações acumuladas face ao imobilizado bruto				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
2013	23,03%	23,93%	24,78%	22,46%
2012	22,48%	23,54%	24,00%	22,05%

	IMOBILIZADO		AMORTIZAÇÕES/IMPARIIDADES	
	Aumentos globais /	Abates	Aumentos globais /	Regular.
431	0,00	0,00	2	23.392,23
432	800,00	0,00	3	47.752,36
433	104.643,23	0,00	4	27.483,37
434	122.306,38	58.188,29	5	2.592,16
435	705,00	0,00	6	0,00
436	0,00	0,00	7	0,00
437	0,00	0,00		
453	69.091,27	68.479,39		101.220,12

Total s/AFT em curso 228.454,61 58.188,29  
Total c/AFT em curso 297.545,88 126.667,68

a) Contrato de leasing arquivado no dossier corrente e no permanente  
b) S deslizado 79.756,79

## ANEXO VIII – Modelo 22 de 2013, quadro 07 (página 2-5)

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	93,450,10
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e ativos intangíveis com vida útil indefinida [art.º 22.º n.º 1, al. b)]	702	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	703	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	705	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 + 707)	708	93,450,10
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	712	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	
Gastos não documentados (art.º 23.º, n.º 1)	716	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	
Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.º 35.º)	718	
Depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), perdas por imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35.º, n.º 4) e desvalorizações excecionais (art.º 38.º), não aceites como gastos	719	3,300,08
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do D.R. 25/2009, de 14/9)	720	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	
IRC e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	724	16,793,87
Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	725	874,52
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 45.º, n.º 1, al. b)]	726	
Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar [art.º 45.º, n.º 1, al. c)]	727	
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 45.º, n.º 1, al. d)]	728	4,721,91
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 45.º, n.º 1, al. e)]	729	
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 45.º, n.º 1, al. f)]	730	
Encargos não devidamente documentados [art.º 45.º, n.º 1, al. g)]	731	
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 45.º, n.º 1, al. h)]	732	
Encargos com combustíveis [art.º 45.º, n.º 1, al. i)]	733	
Juros de suprimentos [art.º 45.º, n.º 1, al. j)]	734	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 45.º, n.º 1, al. n)]	735	

A  
ACRESCER

Contribuição sobre o setor bancário [art.º 45.º, n.º 1, al. o)]	780	
Menos-valias contabilísticas	736	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	5.551,82
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	

07 APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)			
A ACRESCEER (cont.)	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.ºs 1, 4 e 5)	740	
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção das partes de capital na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.ºs 6 e 7)	741	
	Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	742	
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	
	Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)]	745	
	Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 65.º)	746	
	Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	
	Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento (art.º 67.º)	748	
	Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte (art.º 68.º)	749	
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º e 62.º-A do EBF)	751	
	Encargos financeiros não dedutíveis (art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	
		752	
	SOMA (campos 708 a 752)	753	124.692,30

A DEDUZIR	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do D.R 25/2009, de 14/9]	754	
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756	
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: réditos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	758	
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	
	Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art.º 28.º, n.º 3) e de perdas por imparidade tributadas (art.º 35.º, n.º 3)	762	
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 35.º n.ºs 1 e 4)	781	
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º, n.º 4)	764	
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	
	Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	766	
	Mais-valias contabilísticas	767	5.835,79
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (art.º 51.º)	771	

Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.º 74.º, 76.º e 77.º)	773	
Benefícios Fiscais	774	
	775	
SOMA (campos 754 a 775)	776	5,835,79
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) (A transportar para o Quadro 09)	777	
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (A transportar para o Quadro 09)	778	118,856,51

08 REGIMES DE TAXA			
08,1	REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Estabelecimentos de ensino particular (art.º 56.º do EBF)	242	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 43.º do EBF)	245	10% / 15%
	Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16 de dezembro)	248	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 35.º do EBF)	260	3 %
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º do EBF)	265	4 %
		247	
08,2	REGIME GERAL	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2 / 99 / A, de 20 de janeiro)	246	17,5%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2 / 2001 / M, de 20 de fevereiro)	249	25%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável [art.º 87.º, n.º 4, alínea f)]	262	15%
	Mais-valias imobiliárias / Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263	25%
	Mais-valias imobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266	25%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264	

09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL								
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime Simplificado
<b>1. PREJUÍZO FISCAL</b>	301		312		323			
<b>2. LUCRO TRIBUTÁVEL</b>	302		313		324		400	
		118.856,51						

**Regime Especial dos Grupos de Sociedades**

Soma algébrica dos Resultados Fiscais Lucros distribuídos (art. 76.º, n.º 2) Valor Líquido

Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime  NIF

**Regime Especial dos Grupos de Sociedades**

Soma algébrica dos Resultados Fiscais Lucros distribuídos (art. 76.º, n.º 2) Valor Líquido

Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime  NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303	314	325	401
Prejuízos fiscais com transmissão autorizada (art.º 75.º, n.º 1)	383	386	389	392
Prejuízos fiscais com transmissão autorizada [art.º 15.º, n.º 1, al. c)]	384	387	390	393
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	388	391	394
<b>3. DEDUÇÕES:</b> Prejuízos fiscais deduzidos	309	320	331	407
Benefícios fiscais	310	321	332	408
<b>4. MATÉRIA COLETÁVEL:</b> (2 - 3)	311	322	333	409
	118.856,51			

Existindo prejuízos fiscais com transmissão autorizada, indique:

**Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)**

**Valor utilizado no período [ (art.º 15.º, n.º 1 al. c) ]**  NIF

**Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)**  NIF

**MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA (311 + 322 ou 409)**

10	CÁLCULO DO IMPOSTO	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) = (311 x 12,5%)	347-A	
Imposto à taxa normal (311 x 25%)	347-B	29.714,13
Imposto a outras taxas (322 ou 409 x taxa <input type="text" value="348"/> %)	349	
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350	
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370	
<b>COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)</b>	351	29.714,13
Dupla tributação internacional (art.º 91.º)	353	
Benefícios fiscais	355	17.833,05
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	1.000,00
<b>TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 355 + 356)</b>	357	18.833,05
<b>IRC LIQUIDADO (351 - 357) ≥ 0</b>	358	10.881,08
<b>Resultado da liquidação (art.º 92.º)</b>	371	
Retenções na fonte	359	2.136,68
Pagamentos por conta (art.º 105.º)	360	23.074,00
<b>IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360) &gt; 0</b>	361	
<b>IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360) &lt; 0</b>	362	14.329,60

IRC de períodos anteriores	363	
Reposição de benefícios fiscais	372	
Derrama	364	1.782,85
Derrama estadual (art.º 87.º - A)	373	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	374	
Tributações autónomas	365	3.129,94
Juros compensatórios	366	
Juros de mora	369	
<b>TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 + 373 - 374 + 365 + 366 + 369] &gt; 0</b>	367	
<b>TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 + 373 - 374 + 365 + 366 + 369] &lt; 0</b>	368	9.416,81

**JUROS COMPENSATÓRIOS**

Discriminação do valor indicado no campo 366 do Quadro 10:

Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração  Juros compensatórios declarados por outros motivos

11		OUTRAS INFORMAÇÕES			
Total de rendimentos do período	410	6.385.862,57	Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422	
Volume de negócios do período	411	6.357.107,32	Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424	
Encargos com viaturas (art.º 88.º, n.º 3)	420	31.299,22	Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º	416	
Encargos com viaturas (art.º 88.º, n.º 4)	421		Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art. 51.º, n.º 9 e art. 88.º, n.º 11)	418	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	414		Tratando-se de microentidade, indique se opta pela aplicação das normas contabilísticas previstas no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (art. 5.º da Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro)	423	
Encargos com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415		Sim ? <input type="checkbox"/>		
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417				
12		RETENÇÕES NA FONTE			
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1	500792615	RETENÇÃO NA FONTE	2	1,959,98

ANEXO IX – Modelo 31: Mais- Valias

Descrição dos elementos do activo	Valor de realização	Valor de aquisição para efeitos fiscais	Valor de aquisição para efeitos contabilísticos	Depreciações / Amortizações e perdas por imparidade registadas	Mais-valias ou menos-valias contabilística	Mais-valias não tributada	Depreciações / Amortizações e Perdas de Imparidade aceites fiscalmente	Coefficiente de desvalorização da dívida	Mais-valias ou menos-valias fiscal
(1)	(2)	(3)	(4)	(6)	(8) = (2) - [(5) - (6)]	(9)	(10)	(11)	(12) = (8) - (9) - (10) x (11)
Viatura Pesada VU-62-22	469,35	2.600,00	2004	2.600,00	469,35	0,00	2.600,00	1,0	469,35
Semi-Reboque L-110017	616,20	3.400,00	2004	3.400,00	616,20	0,00	3.400,00	1,0	616,20
Semi-Reboque L-110017 ( Terminado )	144,90	801,00	2007	801,00	144,90	0,00	801,00	1,0	144,90
Viatura Pesada VU-62-22 (Reparação)	528,15	2.925,00	2007	2.925,00	528,15	0,00	2.925,00	1,0	528,15
Viatura Pesada L-110017 (Reparação)	484,05	2.680,00	2007	2.680,00	484,05	0,00	2.680,00	1,0	484,05
Viatura Pesada L-110017	4.620,00	25.610,00	2008	25.610,00	4.620,00	0,00	25.610,00	1,07	4.620,00
Semi-Reboque L-110017 (Reparação)	2.836,05	16.713,99	2009	16.713,99	44,84	0,00	12.833,10	1,08	275,31
Viatura Pesada VU-62-22 ( Motor )	631,05	3.500,00	2011	3.500,00	768,95	0,00	2.100,00	1,03	810,95
Viatura VU-62-22	173,25	958,30	2011	958,30	210,07	0,00	574,98	1,03	221,57
<b>TOTAL</b>	<b>10.500,00</b>	<b>58.188,29</b>		<b>53.524,08</b>	<b>5.835,79</b>	<b>0,00</b>	<b>53.524,08</b>		<b>5.551,82</b>

## ANEXO X – Modelo de carta de circularização a clientes



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.  
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

<p>N/ Referência: CC - FREEZEFISH – 1/2013</p> <p>Data: 11-03-2014</p>	<p>Morada do cliente</p>
--	--------------------------

**Assunto: Certificação Legal das Contas**

## FREEZEFISH, S.A.

Exmo(s). Senhor(es),

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efectuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 43 do Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, agradecemos que se dignassem dar resposta, às seguintes questões:

A. Vimos solicitar V. Ex.as. o favor de confirmarem as seguintes informações, relativas à data de 31 de Dezembro de 2013.

1. Saldo a favor da empresa em epígrafe, assim discriminado

Conta Corrente:	EUR.	1.111,30 €
Letras a receber:	EUR.	0,00 €
Outras responsabilidades:	EUR.	0,00 €
Garantias:	EUR.	0,00 €
Adiantamentos:	EUR.	0,00 €
Cauções:	EUR.	0,00 €

B. Junto enviamos uma fotocópia do extracto da conta da vossa empresa.

C. Assim, solicitamos o preenchimento do impresso de confirmação em anexo a esta carta, e o envio do respectivo extracto conta corrente da vossa conta.

Pedimos o favor de responderem directamente para:

**MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC**

Av. Fernão Magalhães, nº 619 - Sala 101  
3000-178 Coimbra

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

<p>Autorizamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta (Carimbo e assinaturas)</p>	<p>Atenciosamente, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões &amp; Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas</p> <p>José Joaquim Marques de Almeida</p>
---	--



## ANEXO XI - Modelo de reconciliação de saldos

<b>Empresa:</b>	<b>FREEZEFISH, S.A.</b>				<b>Ano:</b>	<b>2013</b>	<b>E - 08</b>
<b>Secção:</b>	<b>E - CONTAS A RECEBER E A PAGAR (CLIENTES)</b>						
<b>Título:</b>	Conferência de Clientes						
<b>Preparado por:</b>	<b>D.M.</b>	<b>Data:</b>	31-03-2013	<b>Revisto por:</b>		<b>Data:</b>	
<b>Cliente:</b>	<b>XPTO, Lda.</b>						
<b>1. SALDO DA CONTABILIDADE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>							<b>21.126,40 €</b>
<b>2. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS PELO CLIENTE</b>							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
							- €
<b>3. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELO CLIENTE</b>							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
							- €
<b>4. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE</b>							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
<b>31-12-2013</b>		<b>Cheque</b>				<b>3.494,18 €</b>	
							<b>3.494,18 €</b>
<b>5. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELA CONTABILIDADE</b>							
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR	
							- €
<b>6. (1-2+3-4+5)</b>							<b>17.632,22 €</b>
<b>7. SALDO A PRESENTADO PELO CLIENTE</b>							<b>17.632,22 €</b>
<b>8. DIFERENÇA (6-7)</b>							<b>0,00 €</b>
<b>CONCLUSÕES</b>							
	<input type="checkbox"/> CONCORDANTE	<input checked="" type="checkbox"/> RECONCILIADO	<input type="checkbox"/> NÃO RECONCILIADO				
<b>NOTAS:</b>							
1	<b>Valor movimentado pelo cliente não evidenciado na contabilidade</b>						
2							
3							

## ANEXO XII – Modelo de reconciliação de saldos – Procedimentos Alternativos

Empresa: <b>FREEZEFISH, S.A.</b>		Ano: <b>2013</b>		<b>E - 04</b>	
Secção: <b>E - CONTAS A RECEBER E A PAGAR (CLIENTES)</b>					
Título: <b>Conferência de Clientes</b>					
Preparado por: <b>D.M.</b>		Data: 31-03-2014	Revisto por:		Data:
Cliente: <b>ALPHA, Lda.</b>					
<b>1. SALDO DA CONTABILIDADE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>					<b>23.673,04 €</b>
<b>2. VALORES EM ABERTO MOVIMENTADOS A DÉBITO</b>					
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA	VALOR
		Diversas Faturas		<b>1</b>	23.673,04 €
					<b>23.673,04 €</b>
<b>3. VALORES EM ABERTO MOVIMENTADOS A CRÉDITO</b>					
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA	VALOR
					<b>- €</b>
<b>4. REGULARIZAÇÃO DOS VALORES EM ABERTO MOVIMENTADOS A DÉBITO</b>					
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA	VALOR
02-01-2014		Recibo	49087	<b>2</b>	8.148,88 €
30-01-2014		Recibo	49448	<b>2</b>	15.524,16 €
					<b>23.673,04 €</b>
<b>5. REGULARIZAÇÃO DOS VALORES EM ABERTO MOVIMENTADOS A CRÉDITO</b>					
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA	VALOR
					<b>- €</b>
<b>6. Diferença</b>					<b>- €</b>
<b>CONCLUSÕES</b>					
<input checked="" type="checkbox"/> PROCEDIMENTOS ALTERNATIVOS SATISFATÓRIOS <input type="checkbox"/> PROCEDIMENTOS ALTERNATIVOS NÃO SATISFATÓRIOS <input checked="" type="checkbox"/> FORAM VISUALIZADAS AS FATURAS CONSTANTES NO DOCUMENTO					
<b>NOTAS:</b>					
<b>1</b>	Diversas Faturas ver extrato em anexo				
<b>2</b>					
<b>3</b>					

## ANEXO XIII - Resumo da informação do processo de circularização - Clientes

Resumo de Circ. Clientes					
		TOTAL DE SALDOS		TOTAL DE SALDOS	
		Nº	%	Quantia	%
TOTALIS EM: 31 de Dezembro de 2013			100%	905 112,32	100%
SALDOS CIRCULARIZADOS		13		482 742,75	53,34%
RESPOSTAS	Responderam	7	53,85%	264 179,62	54,72%
	Não Responderam	6	46,15%	218 563,13	45,28%
	(Sub-Total)	13	100,00%	482 742,75	100,00%
RESULTADO	Concordante	6	46,15%	243 053,82	50,35%
	Reconciliado	1	7,69%	21 125,80	4,38%
	(Sub-Total)	7	53,85%	264 179,62	54,72%
Respostas não Reconciliadas	PA (satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	PA (não satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	Não realização PA	0	0,00%		0,00%
Não Responderam	PA (satisfatórios)	6	46,15%	218 563,13	45,28%
	PA (não satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	Não realização PA	0	0,00%		0,00%
	(Sub-Total)	6	46,15%	218 563,13	45,28%
Total		13	100,00%	482 742,75	100,00%

ANEXO XIV - Mapa de trabalho das vendas

CLIENTE **FRESHFISH, S.A.** ANO **2013**  
 SECCÃO \_\_\_\_\_  
 Preparado por: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_  
 Revisão por: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Documento Interno	Data	Nº Doc.	Notas	Descrição	REF.º	Valor			Factura		Cliente / Fornecedor	Suporte documental	Classificação / Contabilização	Pagamento / Recebimento	Especialização	IVA / IRS	Autorização
						S/ IVA	IVA	TOTAL	Nº	Data							
	04-01-2013	2312		bacalhau a posta demolhada	E.71	8.427,77 €	1.938,39	10.366,16	FA Nº 2312/2013	04-01-2013	António Freitas & Irmãos, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	10-01-2013	2318		Merluza n.º 1 e 2	E.71	2.842,48 €	653,77	3.496,25	FA Nº 2318/2013	10-01-2013	DDGC, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	16-01-2013	2326		Diversos produtos - dobrada, miolo camarão, pescada, red fish	E.71	8.763,97 €	2.015,71	10.779,68	FA Nº 2326/2013	16-01-2013	InICE, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	22-01-2013	2338		Diverso produtos - perna frango, panadinhos, filetes pescada, costeletas	E.71	16.743,69 €	3.851,05	20.594,74	FA Nº 2338/2013	22-01-2013	FRESHFISH, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	30-01-2013	2357		Diversos produtos - Raia, Brocolos, feijão, perca	E.71	24.688,91 €	5.678,45	30.367,36	FA Nº 2357/2013	30-01-2013	FRESHFISH, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	31-01-2013	2358		Diversos produtos - postja pescada, atum posta, maruca	E.71	10.620,55 €	2.442,73	13.063,28	FA Nº 2358/2013	31-01-2013	FRESHFISH, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	07-02-2013	2370		Calamar inicia 10/20	E.71	16.005,92 €	3.681,36	19.687,28	FA Nº 2370/2013	07-02-2013	António Freitas & Irmãos, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	15-02-2013	2381		Filete Cola trio, merluza n.º 1, 2 e 3	E.71	32.822,71 €	7.549,22	40.371,93	FA Nº 2381/2013	15-02-2013	António Freitas & Irmãos, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	28-02-2013	2400		Camarão 40/60 e 60/80	E.71	22.325,38 €	5.134,84	27.460,22	FA Nº 2400/2013	28-02-2013	António Freitas & Irmãos, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	07-03-2013	2412		Borrrego dianteiro congelado	E.71	14.976,65 €	3.444,63	18.421,28	FA Nº 2412/2013	07-03-2013	DDGC, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	08-03-2013	2418		Diversos Produtos - perna de frango, tiras entrecosto, chapulia almondegas e crispe	E.71	2.955,06 €	679,66	3.634,72	FA Nº 2418/2013	08-03-2013	DDGC, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	12-03-2013	2421		Diversos produtos - miolo camarão, batata, couve, panadinhos, pescada filetes	E.71	8.073,04 €	1.856,80	9.929,84	FA Nº 2421/2013	12-03-2013	InICE, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	14-03-2013	2425		Diversos produtos - fantazias do mar, red fish, cabeça pata, polvo, mings paloco	E.71	11.364,41 €	2.613,81	13.978,22	FA Nº 2425/2013	14-03-2013	GESFISH, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	20-03-2013	2436		Diversos produtos - jardineira, chicharro, abroteza, maruca, pescada, sardinha	E.71	9.091,00 €	2.090,93	11.181,93	FA Nº 2436/2013	20-03-2013	DMM, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	22-03-2013	2440		alho frances, esparregado	E.71	9.281,86 €	2.134,83	11.416,69	FA Nº 2440/2013	22-03-2013	DMM, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	03-04-2013	2453		Ervilha	E.71	3.875,07 €	891,27	4.766,34	FA Nº 2453/2013	03-04-2013	DMM, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
	10-04-2013	2462		Diversos produtos - miolo camarão, batata, roti peru, salmao, pescada	E.71	14.290,89 €	3.286,90	17.577,79	FA Nº 2462/2013	10-04-2013	DIÁZ & PAULO, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	10-04-2013	2468		Diversos produtos - perna de frango, sardinha, costeletas, pescada, canala, bacalhau	E.71	26.075,69 €	5.997,41	32.073,10	FA Nº 2468/2013	10-04-2013	DIÁZ & PAULO, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
	03-05-2013	2497		Diverso material - salada do mar, peito, filete pescada, paloco, Maruca, pescada, lulas	E.71	5.917,90 €	1.361,12	7.279,02	FA Nº 2497/2013	03-05-2013	FRESHFISH, Lda.	X	X	X	n/a	X	X

**ANEXO XV - Modelo de carta de circularização a bancos**

<b>Nº Referência:</b> CB - FREEZEFISH – 1/2013  <b>Data:</b> 11-03-2014	<b>Morada do banco</b>
---	------------------------

**Assunto: Certificação Legal das Contas****FREEZEFISH, S.A.**

Exmo(s). Senhor(s),

Estando os nossos auditores, MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADO, SROC a proceder presentemente à revisão das nossas Demonstrações Financeiras, solicitamos a V. Ex.as, nos termos do art.º 43º do Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, o favor de lhes fornecerem as seguintes informações, com referência à data de 31 de Dezembro de 2013, enviando-nos simultaneamente uma cópia da vossa resposta:

1. Saldos de todas as contas de depósitos, indicando condições de prazo, taxas de juro e outras, e se os mesmos estão disponíveis ou se encontram sujeitos a qualquer restrição (incluindo acordos de natureza fiduciária com terceiros, que limitem a sua movimentação) informando qual a natureza, quantia e condições de tal restrição;
2. Indicação dos números das contas abertas e/ou encerradas no período de 1 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, e respectivas datas de abertura e fecho;
3. Discriminação das acções, obrigações, ou outros valores mobiliários depositados à guarda dessa Instituição, com indicação de quaisquer encargos ou ónus;
4. Quantia de impostos retidos na fonte;
5. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
  - a) letras e quaisquer outros valores à cobrança;
  - b) letras descontadas e não vencidas;
  - c) letras descontadas, vencidas e não pagas, pendentes de devolução ou reembolso;
6. Relação discriminada, por cada rubrica, de:
  - a) Descobertos em contas de depósitos à ordem;
  - b) Contas correntes caucionadas, com indicação da natureza, vencimentos, taxa de juro, data de pagamento dos juros e tipo e valor da caução;
  - c) Empréstimos de qualquer natureza, titulados ou não, com indicação dos vencimentos, taxa de juro e data de pagamento dos juros;
7. Responsabilidades por cartas de crédito, créditos abertos não utilizados, garantias, fianças, avales, cartas de conforto, hipotecas, penhores, etc.
8. Responsabilidades resultantes de contratos a prazo, nomeadamente forwards em moeda estrangeira de títulos, de operações de reporte, de swaps de taxas de juro, de opções de balcão (OTC), de contratos de futuros ou outros instrumentos financeiros derivados (a especificar);

9. Quaisquer acordos de saneamento financeiro, contratos de viabilização ou consolidação de passivos;
10. Informação detalhada sobre as responsabilidades que se encontram vencidas, com indicação, por tipo de operação, do capital em dívida, juros moratórios e demais encargos não liquidados, ou sobre outros valores que se encontrem por cobrar;
11. Informação completa sobre operações ou valores em contencioso;
12. Informações respeitantes a operações contratadas, realizadas ou previstas em nome e/ou a favor de terceiras entidades em que a nossa empresa intervenha a qualquer título, indicando também qual o tipo de tal intervenção;
13. Detalhes de qualquer acordo de compensação entre duas ou mais contas ou posições;
14. Informações sobre quaisquer outras situações ou operações activas ou passivas, efectuadas ou em curso, que representem para a empresa responsabilidades efectivas ou contingentes ou limitações ou ónus aos seus activos;
15. Nome das pessoas cujas assinaturas obriguem a nossa empresa perante essa instituição, indicando as condições em que essas assinaturas são consideradas válidas.

Autorizamos a vossa Instituição a debitar a nossa conta pelo custo do serviço prestado, caso a vossa resposta a este nosso pedido seja enviada até 31 de Março de 2014.  
No caso de não haver resposta a dar a qualquer dos requisitos, queiram fazer o favor de inscrever "NADA CONSTA".

Pedimos o favor de responderem directamente para:

**MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC**  
Av. Fernão Magalhães, nº 619 - Sala 101  
3000-178 Coimbra

Esperando a vossa colaboração,  
subscrevemo-nos:

Atentamente,

(Assinaturas autorizadas)

## ANEXO XVI - Modelo de Reconciliação Bancária

<b>CLIENTE:</b> FREEZEFISH, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	<b>Ano</b> <b>2013</b>
<b>Secção:</b> Reconciliação Bancária			
<b>Banco:</b>			
<b>Conta nº:</b>			

**Saldo por Banco** 0,00

*Valores creditados nos livros e não debitados pelo Banco ( retirar )*

Data	Descrição	Valor
<b>Sub - Total</b>		<b>0,00</b>

*Valores debitados nos livros e não creditados pelo Banco ( adicionar )*

Data	Descrição	Valor
<b>Sub - Total</b>		<b>0,00</b>

*Valores creditados pelo Banco e não debitados nos livros ( retirar )*

Data	Descrição	Valor
<b>Sub - Total</b>		<b>0,00</b>

*Valores debitados pelo Banco e não creditados nos livros ( adicionar )*

Data	Descrição	Valor
<b>Sub - Total</b>		<b>0,00</b>

**Saldo pelos livros** 0,00

**Desvio** 0,00

## ANEXO XVII - Modelo de carta de circularização a fornecedores



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.  
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

<p>Nº Referência: CF - FREEZEFISH – 1/2013</p> <p>Data: 11-03-2014</p>	<p>Morada do fornecedor</p>
--	-----------------------------

Assunto: Certificação Legal das Contas

**FREEZEFISH, S.A.**

Exmo(s). Senhor(es)

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efectuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 43 do Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, agradecemos que se dignassem dar resposta, às seguintes questões:

- A. Vimos solicitar V. Ex.as. o favor de confirmarem as seguintes informações, relativas à data de 31 de Dezembro de 2013**
- B. Solicitamos o envio do extracto da conta desta empresa.**
- C. Solicitamos o preenchimento e envio, para a nossa morada de Coimbra, do impresso anexo a esta carta.**

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

<p>Autorizamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta (Carimbo e assinaturas)</p>	<p>Atenciosamente, Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões &amp; Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas</p> <p>José Joaquim Marques de Almeida</p>
---	--

<p><b>Delegação de Coimbra</b> Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101 3000 - 178 COIMBRA Tel: 239 821 777 * Fax: 239 84 1027 Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com</p>	<p><b>Sede</b> Rua Batalha Reis, nº81, 2º Andar 6300 – 668 GUARDA Tel: 27 12 27303 * Fax: 271 227304 Email: vsroc@mafltelepac.pt</p>	<p><b>Delegação Viseu</b> Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post.Esq. 3510 – 030 VISEU Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279 Email: cft.consultores@mail.telepac.pt</p>
---	--	---



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.  
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

## FREEZEFISH, S.A.

Nº Referência: CF - FREEZEFISH – 1/2013

1. Conforme nos foi solicitado, confirmamos que, de acordo com os nossos registos, os saldos a nosso favor em 31 de Dezembro de 2013 eram os seguintes:

Conta Corrente:	EUR.		€
Letras a receber:	EUR.		€
Outras responsabilidades:	EUR.		€
Garantias:	EUR.		€
Adiantamentos:	EUR.		€
Cauções:	EUR.		€

2. Juntamos extractos dos saldos acima indicados.

**Carimbo:**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

<p>Delegação de Coimbra Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101 3000-178 COIMBRA Tel: 239 821 777 * Fax: 239 84 1027 Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com</p>	<p>Sede Rua Batalha Reis, nº91, 2º Andar 6300 – 668 GUARDA Tel: 27 12 27 303 * Fax: 27 12 27 304 Email: vsroc@mail.telepac.pt</p>	<p>Delegação Viseu Av. Alberto Sampaio, nº 66 – 1º Post.Esq 3510 – 030 VISEU Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435 279 Email: cft.consultores@mail.telepac.pt</p>
--	---	---

## ANEXO XVIII - Modelo de reconciliação de saldos

Empresa: <b>FREEZFISH, S.A.</b>					Ano: <b>2013</b>	<b>M - 03</b>
Secção: <b>M - CONTAS A PAGAR E A RECEBER (FORNECEDORES)</b>						
Título: <b>Conferência de Fornecedores</b>						
Preparado por: <b>D.M.</b>		Data: 31-03-2013	Revisto por:		Data:	
Fornecedor: <b>António Freitas &amp; Irmão, Lda.</b>						
<b>1. SALDO DA CONTABILIDADE A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>						<b>42.970,35 €</b>
<b>2. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR</b>						
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR
						- €
<b>3. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELO FORNECEDOR</b>						
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR
						- €
<b>4. VALORES MOVIMENTADOS A DÉBITO NÃO MOVIMENTADOS NA CONTABILIDADE</b>						
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR
		<b>S.I</b>				<b>387,47 €</b>
						<b>387,47 €</b>
<b>5. VALORES MOVIMENTADOS A CRÉDITO NÃO MOVIMENTADOS PELA CONTABILIDADE</b>						
DATA	N.DOC.INT.	DESCRIÇÃO	N.DOC	NOTA		VALOR
						- €
<b>6. (1+2-3+4-5)</b>						<b>43.357,82 €</b>
<b>7. SALDO APRESENTADO PELO FORNECEDOR</b>						<b>43.357,82 €</b>
<b>8. DIFERENÇA (6-7)</b>						<b>0,00 €</b>
<b>CONCLUSÕES</b>						
<input type="checkbox"/> CONCORDANTE <input checked="" type="checkbox"/> RECONCILIADO <input type="checkbox"/> NÃO RECONCILIADO						
<b>NOTAS:</b>						
<b>1 Diferença de Saldos Iniciais</b>						
<b>2</b>						
<b>3</b>						



## ANEXO XX – Resumo da informação do processo de circularização – Fornecedores

Resumo de Circ. Fornecedores					
		TOTAL DE SALDOS		TOTAL DE SALDOS	
		Nº	%	Quantia	%
TOTAIS EM:	31 de Dezembro de 2013		100%	1 417 009,00	100%
SALDOS CIRCULARIZADOS		11		854 227,17	60,28%
RESPOSTAS	Responderam	7	63,64%	684 797,39	80,17%
	Não Responderam	4	36,36%	169 429,78	19,83%
	(Sub-Total)	11	100,00%	854 227,17	100,00%
RESULTADO	Concordante	3	27,27%	522 606,88	61,18%
	Reconciliado	4	36,36%	162 190,51	18,99%
	(Sub-Total)	7	63,64%	684 797,39	80,17%
RESULTADO	Concordante	3	27,27%	522 606,88	61,18%
	Reconciliado	4	36,36%	162 190,51	18,99%
	(Sub-Total)	7	63,64%	684 797,39	80,17%
Respostas não Reconciliadas	PA (satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	PA (não satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	Não realização PA	0	0,00%		0,00%
Não Responderam	PA (satisfatórios)	4	36,36%	169 429,78	19,83%
	PA (não satisfatórios)	0	0,00%		0,00%
	Não realização PA	0	0,00%		0,00%
	(Sub-Total)	4	36,36%	169 429,78	19,83%
Total		11	100,00%	854 227,17	100,00%

ANEXO XXI- Mapa de trabalho de compras e FSE

CLIENTE **FREZEPESH, S.A.** ANO **2013**

SEÇÃO **Compras, Fornecimentos e Fornecedores**

Preparado por: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Revisado por: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Documento Interno	Data	Diário	Doc	Descrição	REF. a	Valor			Factura		Cliente / Fornecedor	Suporte documental	Classificação / Contabilização	Pagamento / Recebimento	Especialização	IVA / IRS	Autorização
						SI	IVA	TOTAL	Nº	Data							
30-jun-13	41	6002		Camarão 40/60	M.31	14.094,00	3.241,62	17.335,62	FAC Nº 302726/2013	6-jun-13	Gelstio - Produtos Alimentares Congelados, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6013		Diversos Produtos - sardinha, dourada, ervilha, atcaira vitela, pesca	M.31	14.126,05	976,41	15.102,46	FAC Nº 3596/2013	4-jun-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6034		Diversos Produtos - pescada, salmão posta, mariscada cov., maruca	M.31	1.677,99	146,30	1.824,29	FAC Nº 3617/2013	14-jun-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6049		Diversos Produtos - dourada inteira, robalo inteiro, mariscada cov., p	M.31	21.340,13	1.817,93	23.158,06	FAC Nº 3632/2013	25-jun-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6067		Perca	M.31	60.013,03		60.013,03	Factura Nº 576	11-mai-13	Seamark Corporate Limited	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6068		Filete Perca e Perca	M.31	85.599,98		85.599,98	Factura Nº 659	20-mai-13	Seamark Corporate Limited	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6070		Bacalhau posta demolhada (granel, cx. 6kg) e bacalhau badanas Dem	M.31	8.267,40	496,04	8.763,44	FAC Nº 27543/2013	18-jun-13	Brasmar III - Comercio de produtos Alimentares sa	X	X	X	n/a	X	X
30-jun-13	41	6081		Merluza nº 0; 1; 2;3 e Raya s/p nº 1 e 2	M.31	69.947,50		69.947,50	FT Nº 171/2013	14-jun-13	Pesqueiras Galimar SL	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7007		Diversos Produtos - eucalipo mranigo, Conegel Chocolate; Conegel	M.31	3.092,75	711,33	3.804,08	Factura Nº 4018	2-jul-13	Gelados Gobbo - Manuel Fernandes dos Santos & Filhos, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7027		Choco e Lulu	M.31	51.073,31		51.073,31	Factura nº 31	11-jun-13	M/s. Real exports	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7028		300lgs de Filete de Merluza sem pele	M.31	73.457,31		73.457,31	Factura nº 133	10-jun-13	Pescados Congelados, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7034		Filete Peixe-Gato-Riscado 170/220 (saco 1kg)	M.31	4.812,80	288,77	5.101,57	FAC Nº 1314/2013	9-jul-13	Luso Atlantís - Paulo Machado & Irmão - Alimentos Congelados, Lda.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7045		Bac. Cong. Migas Bandeja	M.31	4.860,00		4.860,00	FT Nº 1310/2013	24-jul-13	D'Mares - Baciao Pérez España S.L	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7071		Diversos Produtos - garoupa posta, polvo covete, choco limpo, espe	M.31	3.654,14	380,61	4.034,75	FAC Nº 3659/2013	9-jul-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7092		Diversos Produtos - almondegas porco, perca do nlo posta, petinga,	M.31	9.993,06	809,15	10.802,21	FAC Nº 3680/2013	17-jul-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7111		Diversos Produtos - madalhões peixe, maruca posta, pota media inte	M.31	2.129,58	151,74	2.281,32	FAC Nº 3699/2013	26-jul-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X
31-jul-13	41	7126		Filete de Pangasius	M.31	31.671,09		31.671,09	Factura nº 305115	17-jul-13	Seafod Connection B.V.	X	X	X	n/a	X	X
31-ago-13	41	8026		Bacalhau: postinhas demolhadas, posta demolhada, badanas demolh	M.31	14.010,84	840,65	14.851,49	FAC Nº 29950/2013	20-ago-13	Brasmar III - Comercio de produtos Alimentares sa	X	X	X	n/a	X	X
31-ago-13	41	8045		Diversos Produtos - Peixe espada preto, bntos pescada, cenoura b	M.31	13.448,12	1.052,40	14.500,52	FAC Nº 3716/2013	6-ago-13	Deltagel - Produtos Alimentares, S.A.	X	X	X	n/a	X	X

## ANEXO XXII - Modelo de carta de circularização a locadoras financeiras



MARQUES DE ALMEIDA,  
J. NUNES, V. SIMÕES  
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.  
NIPC: 505 261 898 - Capital Social: 50.000 € - S.R.O.C. nº 176

N/ Referência: CL - FREEZEFISH – 1/2013

Morada da locadora

Data: 31/12/2013

Assunto: Certificação Legal das Contas

**FREEZEFISH, S.A.**

Exmo(s). Senhor(es),

Estando a nossa sociedade, dentro dos procedimentos inerentes à Certificação Legal das Contas, a efectuar análise da entidade acima citada, nos termos do n.º 3 do art. 43 do Decreto-Lei n.º 224/2008 de 20 de Novembro, vimos solicitar a V. Ex.as. o favor de nos prestarem o mais urgentemente possível as seguintes informações, relativas à data de 31 de Dezembro de 2013.

Relação dos contratos de locação financeira celebrados com a empresa em epígrafe com indicação, para cada um deles, dos seguintes elementos:

- Número do contrato;
- Vigência dos contratos (início e termo);
- Objecto do contrato - descrição e preço do equipamento (valor sem IVA);
- Valor residual;
- Total das prestações vencidas e vincendas, devidamente discriminadas (valor sem IVA).

Antecipadamente, gratos pela vossa colaboração, subscrevemo-nos,

Autorizamos o fornecimento das informações pedidas nesta carta  
(Carimbo e assinaturas)

Atenciosamente,  
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

José Joaquim Marques de Almeida

Delegação de Coimbra  
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101  
3000 - 178 COIMBRA  
Tel: 239 821777 \* Fax: 239 841027  
Email: marquesdealmeida.roc@gmail.com

Sede  
Rua Batalha Reis, nº81, 2º Andar  
6300 – 668 GUARDA  
Tel: 27 1227303 \* Fax: 271 227304  
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Viseu  
Av. Alberto Sampaio, nº 65 – 1º Post.Esq  
3510 – 030 VISEU  
Tel: 232 435277 \* Fax: 232 435279  
Email: cft.consultores@mail.telepac.pt

## ANEXO XXIII - Modelo de Pagamento por Conta e Pagamento Especial por Conta

#REF! FREEZEFISH, S.A.	Preparado por:	Revisto por:	Q 102
Secção: Validação Pagamento por Conta e Especial por Conta	Dina Monteiro		Ano 2013

PAGAMENTO ESPECIAL POR CONTA (A partir de 2004)	
( + ) Volume de Negócios (ano N-1)	7.394.307,00
( x ) Aplicação do coeficiente de 1%	73.943,07
Mínimo = 1000 €	n.a.
MAX = 1000€ + [20% x (1% VN_N-1 - 1.000€)] até 70000 €	15.588,61
Como o cálculo < 70000 €	15.588,61
( - ) Valor Pagamentos por Conta relativo ao ano N-1 ( Campo 360-Mod 22)	21.840,00
( = ) Valor a PAGAR de PEC relativo ao ano N	0,00

PLANO DE PAGAMENTOS:	
<u>31 MAR N</u>	0,00
<u>31 OUT N</u>	0,00
	0,00

Limite Mínimo do Pagamento Especial por Conta :	1.000,00
Limite Máximo do Pagamento Especial por Conta :	70.000,00

PAGAMENTOS POR CONTA	
(+) Valor da Colecta (ano N-1) (Excluir derrama)( Campo 351-Mod 22)	38.455,00
(-) Retenções na fonte( Campo 359-Mod 22)	1.581,08
(=)	36.873,92
Volume de Negócios (ano N-1)	7.394.307,00
(x) Aplicação do coeficiente de 80 ou 95%	35.030,22
(=) Valor a PAGAR em N	35.030,22

PLANO DE PAGAMENTOS:	
<u>31 JUL N</u>	11.676,74
<u>30 SET N</u>	11.676,74
<u>31 DEZ N</u>	11.676,74
	35.030,22

Limite do VN de N-1 para a aplicação do coeficiente de 80%:	500.000,00
---	------------

DERRAMA ESTADUAL - PAGAMENTO ADICIONAL	
( + ) Lucro Tributável (N-1)( Quadro 07 - linha 778-Mod 22)	
2% x [(LT N-1) - (2.000.000)] > 0	0,00

PLANO DE PAGAMENTOS:	
<u>31 JUL N</u>	0,00
<u>30 SET N</u>	0,00
<u>31 DEZ N</u>	0,00
	0,00

## ANEXO XXIV- Teste Global ao IVA

Taxas aplicáveis:	- Taxa Reduzida:	6%
	- Taxa Intermédia:	13%
	- Taxa Normal:	23%

## IVA DEDUTÍVEL

Contas do Razão		Dezembro		
Nº	Descrição	6%	13%	23%
<b>AQUISIÇÕES DE ACTIVOS TANGÍVEIS:</b>				
432	Edifícios e Outras Construções			
433	Equipamento Básico			911,62
434	Equipamento de Transporte			
435	Equipamento Administrativo			
436	Equipamentos Biológicos			
437	Outros Activos Fixos Tangíveis			
45	Investimentos em Curso - Tangível			
442	Projectos de Desenvolvimento			
443	Programas de Computador			
444	Propriedade Industrial e Outros Direitos			
446	Outros Activos Intangíveis			
45	Investimentos em Curso - Intangível			
<b>COMPRAS:</b>				
311	Mercadorias (Nacional)	261.246,96		30.879,69
	Mercadorias (Aq. Países Intracomunitários)	110.403,05		
	Mercadorias (países terceiros)	115.558,82		
312	Mat. Primas, Subs. e de Consumo (Nacional)			
	Mat. Primas, Subs. e de Consumo (Comunitário)			
313	Activos Biológicos			
317	Devoluções de Compras			
318	Descontos e Abatimentos em Compras			
	<b>TOTAL</b>	487.208,83	0,00	31.791,31
	<b>TOTAL*IVA</b>	29.232,53	0,00	7.312,00
	<b>Total da Conta 2432</b>	29.232,53		7.312,00
	<b>Diferença</b>	(0,00)	0,00	0,00
	<b>Diferença Global</b>			0,00

<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>			
	Subcontractos		997,60
	<i>Serviços Especializados</i>		
6221	Trabalhos especializados		8.956,55
6222	Publicidade e propaganda		142,98
6223	Vigilância e segurança		40,00
6224	Honorários		526,50
6225	Comissões		
6226	Conservação e reparação		4.387,32
6228	Outros		114,00
	<i>Materiais</i>		
6231	Ferramentas e utensílios		
6232	Livros e documentação técnica		
6233	Material de escritório		75,65
6234	Artigos para oferta		
	<i>Energia e Fluidos</i>		
6241	Electricidade	6,75	3.339,31
6242	Combustíveis		9.952,95
6243	Água	29,05	
6248	Outros fluidos		
	<i>Deslocações, Estadas e Transportes</i>		
6251	Deslocações e estadas		953,01
6252	Transporte de pessoal		
6253	Transporte de Mercadorias		
	<i>Serviços Diversos</i>		
6261	Rendas e Alugueres		2.370,13
6262	Comunicação		797,90
6263	Seguros		
6264	Royalties		
6265	Contencioso e notariado		
6266	Despesas de representação		
6267	Limpeza, higiene e conforto		
68883	Rappel		200,43
6913	leasing		214,10
2513	Amortizações de Capital Leasing		10.243,90
	<b>TOTAL</b>	35,80	0,00
	<b>TOTAL*IVA</b>	2,15	0,00
	<b>Total da Conta 2432</b>	2,15	5.630,60
	<b>Diferença</b>	(0,00)	0,00
	<b>Diferença Global</b>		0,00

**IVA LIQUIDADO**

Contas do Razão		Dezembro		
Nº	Descrição	6%	13%	23%
<b>VENDAS</b>				
711	Mercadorias	430.797,47		44.645,66
712	Produtos Acabados e Intermédios			
713	Subprodutos, Desperdicos, Resíduos e Refugos			
714	Activos Biológicos			
716	IVA das Vendas com Imposto Incluído			
717	Devoluções de Vendas			
718	Descontos e Abatimentos de Vendas			
721	Prestações de Serviços			
725	Serviços Secundários			
726	IVA dos Serviços com Imposto Incluído			
728	Descontos e Abatimentos			
78	Proveitos Suplementares			
788	Outros Rendimentos e Ganhos			
	Aquisições intracomunitárias	110.403,05		
	<b>TOTAL</b>	541.200,52	0,00	44.645,66
	<b>TOTAL*IVA</b>	32.472,03	0,00	10.268,50
	<b>Total da Conta 2433</b>	32.472,25		10.268,39
	<b>Diferença</b>	(0,22)	0,00	0,11
	<b>Diferença Global</b>			(0,11)

**IVA REGULARIZAÇÕES EMPRESA**

Contas do Razão		Dezembro		
Nº	Descrição	6%	13%	23%
<b>DESCONTOS E DEVOLUÇÕES DE VENDAS</b>				
7171	Devoluções de Vendas	4.927,30		232,39
7172	Dev. Prod. Acab. E Inter.			
718	Descontos e Abatimentos em Vendas			
728	Descontos e Abatimentos			
	Outros descontos			
	Outras correcções de períodos anteriores			
	<b>TOTAL</b>	4.927,30	0,00	232,39
	<b>TOTAL*IVA</b>	295,64	0,00	53,45
	<b>Total da Conta 2434</b>	295,64		53,45
	<b>Diferença</b>	(0,00)	0,00	(0,00)
	<b>Diferença Global</b>			(0,00)